

Formas do *Habitat*

“terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

Susana Figueiredo Ribeiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

Orientador: Prof. Dr^a. Ana Cristina dos SantosTostões

Júri

Presidente: Prof. Manuel de Arriaga Brito Correia Guedes

Orientador: Prof. Dr^a. Ana Cristina dos SantosTostões

Vogal: Prof. Daniela Arnaut Godinho Antunes

Maio de 2023

DECLARAÇÃO

Declaro que o presente documento é um trabalho original da minha autoria e que cumpre todos os requisitos do Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa.

RESUMO

A presente tese de mestrado investiga o tema do *Habitat*, com especial incidência no *Habitat* de génese rural, no contexto português. Partindo do conceito principal, habitar, tendo como escopo o pensamento do filósofo Martin Heidegger que se bifurca em dois conceitos principais, *Colere* e *Aedificare*, traduzindo assim uma visão humanista do habitar. Seguindo estes conceitos, será estudada a noção de *Habitat*, utilizando como pilares de referência a reflexão sobre a condição humana de Hannah Arendt. Ambas as referências nascem fruto das catástrofes da segunda Guerra Mundial e da perda da grande tradição humana numa tentativa de entender o fracasso de uma sociedade que se revelou incapaz resolver os problemas da modernidade.

Assim, a linha temporal será o pós-Guerra, fase em que ocorreu uma humanização da arquitetura, e por essa mesma razão, é o principal tema discutido nos congressos do CIAM. É nesta última fase dos congressos, que é formado o grupo português. A tese debruça-se no contexto português da época, cedendo principal atenção ao Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e à proposta portuguesa no CIAM X.

O objeto de estudo é o projeto proposto no CODA do arquiteto Sérgio Fernandez, em Rio de Onor, pois suscita a introdução de novos temas e preocupações, mais sensíveis ao espaço da comunidade, e demonstram de que modo mundo rural serve de referência para uma relação harmoniosa entre o indivíduo e a comunidade.

A investigação baseou-se sobretudo na recolha de documentos originais do Arquivo do Centro de documentação da FAUP e na entrevista ao arquiteto Sérgio Fernandez (participante no último CIAM, Otterlo). O tema surge da vontade de entender: Que características deverá tomar a estrutura do *Habitat* para restabelecer o equilíbrio (económico e social) das áreas rurais em Portugal? de forma a atenuar o seu despovoamento e estagnação.

Palavras chave: *Habitat, Rural, Habitar, Humanista, Pós-Guerra, CIAM, Inquérito, CIAM X, Rio de Onor, Comunidade*

ABSTRACT

The present master's thesis investigates the theme of *Habitat*, with special focus on the *Habitat* of rural genesis, in the Portuguese context. It starts from the main concept, *Habitar* (to dwell), having as scope the thought of the philosopher Martin Heidegger that branches into two main concepts, *Co-lere* and *Aedificare*, translating a humanistic vision of *Habitat*. Following these concepts, the notion of *Habitat* will be studied, using Hannah Arendt's reflection on the human condition as reference. Both references are born from the catastrophes of World War II and the loss of the great human tradition in an attempt to understand the failure of a society that proved unable to solve the problems of modernity.

Thus, the time line will be the Post-War period, a era in which a humanization of architecture occurred, and for this very reason, it is the main theme discussed in the CIAM congresses. It is in this last phase of the congresses that the Portuguese group is formed. And so, the dissertation focuses on the Portuguese context of the time, giving main attention to the “*Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*” the and the Portuguese proposal at CIAM X.

The case study is the project proposed at CODA by architect Sérgio Fernandez, in Rio de Onor, as it raises the introduction of new themes and concerns, more sensitive to the community space, and demonstrates how the rural world serves as a reference for a harmonious relationship between the individual and the community.

The research was based mainly on the collection of original documents in “*Arquivo do Centro de documentação da FAUP*” and on the interview with the architect Sérgio Fernandez (participant in the last CIAM, Otterlo). The theme arises from the desire to understand: What characteristics should the habitat structure take in order to reestablish the balance (economic and social) of the rural areas in Portugal? In a way to mitigate its depopulation and stagnation.

Keywords: *Habitat, Rural, Dwelling, Humanist, Post-War, CIAM, Inquérito, CIAM X, Rio de Onor, Community*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Prof. Doutora Ana Tostões, pela orientação metodológica, pela partilha do seu conhecimento e por mostrar o seu entusiasmo ao longo da investigação sem nunca descorar a exigência e o rigor. Também por proporcionar o contacto com o Arquiteto Sérgio Fernandez, o qual nutro uma profunda admiração e a quem se segue também o meu agradecimento, pelas disponibilidades e gentileza em responder a algumas questões sobre a sua experiência em Rio de Onor. A forma apaixonante em como transmitiu das suas vivências contribui ainda mais para a minha curiosidade e gosto de abordar este tema. À Dra. Teresa Godinho, pela simpatia e pelo notável trabalho que desenvolve diariamente no arquivo da FAUP, e que foi essencial durante os meus períodos de procura de documentos.

Aos meus pais e ao meu irmão.

ÍNDICE

Declaração	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Agradecimentos	viii
Índice	ix
Índice de Figuras e Abreviaturas	x
Introdução	xii
Capítulo 1 - HABITAR, presença do Homem no meio físico-natural	15
1.1. Habitar	15
1.2. As transformações do Homem	17
1.3. As atividades fundamentais do Homem	19
1.4. Um Habitat para o Homem	27
Capítulo 2 - A QUESTÃO DO <i>HABITAT</i>, no pós-guerra	29
2.1. Do funcionalismo ao humanismo	29
2.2. Portugal na matriz de discussão Europeia	32
2.3. A pertinência do contexto português	44
Capítulo 3 - FORMAS DO <i>HABITAT</i>, ruralidade	50
3.1. A Lição de Rio de Onor	50
Conclusão	68
Bibliografia	79
Anexos	
Entrevista ao Arq.º Sérgio Fernandez	81
Discurso de Viana de Lima, CIAM VIII	85
Programa CIAM IX	87
Carta de Arménio Losa	90
Discurso de Sert, CIAM X	91
Calendário agrícola de Rio de Onor	97
Página Inquérito às famílias de Rio de Onor	98

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 1 - HABITAR, presença do Homem no meio físico-natural

1.2. As transformações do Homem

1.2.1. Segunda Conferência de Darmstadt, “Mensch und Raum” (Man and Space), Agosto de 1951. 16

1.2.2. Viana de Lima, Esquiço, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 19

1.2.3. Esquema síntese para *Habitat* e ciclo de vida do Homem. 21

1.2.4. Esquema síntese para a definição de *Habitat*. 22

1.4. Um *Habitat* para o Homem

1.4.1. Esquema síntese para a definição de Habitar e Habitat 28

Capítulo 2 - A QUESTÃO DO *HABITAT*, no pós-guerra

2.1. Do funcionalismo ao humanismo

2.1.1. CIAM VIII, “The Core of the City”, Capa do programa, espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 30

2.1.2. CIAM VIII, “The Core of the City”, Planta, Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 31

2.2.1. Carta 22 Setembro 1948 (Viana De Lima a André Bouxin), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.2. Carta 8 Março 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion) , Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.3. Carta 13 Março 1951 (Siegfried Giedion a Viana De Lima), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.4. Carta 8 Março 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.5. Carta , 10 Maio 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.6. Carta 19 Maio 1951 (Siegfried Giedion a Viana De Lima), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 34

2.2.7. Carta 24 Maio 1951 (grupo MARS a Viana De Lima), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 35

2.2.8. Carta 31 Maio 1951 (Viana De Lima ao grupo MARS), Espólio do Arq.Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 35

2.2.9. Carta 16 Junho 1951 (Mars A Viana De Lima), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. 35

2.2. Portugal na matriz de discussão Europeia

2.2.10. Viana de Lima, discurso CIAM VIII, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.	36
2.2.11. Manifesto de Doorn, resultado do encontro em Doorn em 1954.	40
2.2.12. Viana de Lima, Esquício com os elementos pertencentes ao grupo CIAM Port, Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.	42

2.3. A pertinência do contexto português

2.3.1. Painel 1, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista <i>Arquitectura</i> , 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».	44
2.3.2. Painel 2, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista <i>Arquitectura</i> , 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».	45
2.3.3. Painel 3, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista <i>Arquitectura</i> , 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».	46
2.3.4. Painel 4, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista <i>Arquitectura</i> , 1956., «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».	47
2.3.5. Jerzy Soltan, Alfredo Viana de Lima, Oskar Hansen, Ralph Erskine, Kenzo Tange, no último CIAM de Otterlo, em 1959 , ASP Archive, Warsaw.	49

Capítulo 3 - FORMAS DO HABITAT, ruralidade

3.1. A Lição de Rio de Onor

3.1.1. Sérgio Fernandez, Página do diário, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	51
3.1.2. Sérgio Fernandez, Levantamento, Planta da aldeia de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	52
3.1.3. e 3.1.4. Sérgio Fernandez, População, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	53
3.1.5. e 3.1.6. Sérgio Fernandez, Paisagens de inverno e primavera, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	54
3.1.7. Sérgio Fernandez, Conselho de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	55
3.1.8. e 3.1.9. Sérgio Fernandez , Atividades agrícolas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	56
3.1.10. Sérgio Fernandez, Inquérito feito às famílias de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	57

3.1.11. Sérgio Fernandez, Levantamento, Desenho técnico de detalhes construtivos das construções de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	58
3.1.12. Sérgio Fernandez, Levantamento, Desenho técnico do mobiliário das construções de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	59
3.1.13. e 3.1.14. Sérgio Fernandez, Fotografias das casas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	60
3.1.15. Sérgio Fernandez, Levantamento, Alçados das casas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	61
3.1.16. e 3.1.17. Sérgio Fernandez, Fotografias das ruas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	62
3.1.18. Sérgio Fernandez, Planta do Projeto para a casa do povo de Rio de Onor , Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	64
3.1.19. Sérgio Fernandez, Calendário de tarefas agrícolas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	66
3.1.20.;3.1.21.;3.1.22.;3.1.23.;3.1.24.;3.1.25. Sérgio Fernandez, Fotografias da população de Rio de Onor a executar tarefas agrícolas, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.	67

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

CIAM	- Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
SNA	- Sindicato nacional dos arquitetos
MARS	- Modern Architectural Research
ODAM	- Organização dos Arquitectos Modernos
CODA	- Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto
ESBAP	- Escola Superior de Belas Artes do Porto

INTRODUÇÃO

Por considerar o papel principal da arquitetura, o de proporcionar o bem-estar ao Homem, em busca de respostas para o contexto português atual, a questão inicial imposta foi: Que características deverá tomar a estrutura do habitat para restabelecer o equilíbrio (económico e social) das áreas rurais em Portugal? É, obviamente um tema complexo, e por essa mesma razão espero que este pequeno pensamento possa contribuir ou despertar soluções para a resolução desta problemática.

Os problemas do interior do nosso país desde há vários anos que vêm a ser revelados, inclusive na linha temporal deste estudo, segunda metade XX. As assimetrias são notórias em todos os domínios quando comparamos a zona interior e a zona litoral de Portugal, o que evidentemente origina desfasamentos no desenvolvimento bastante expressivos.

O litoral mais urbano, economicamente mais desenvolvido e por isso com uma população mais jovem, contrasta com um interior rural e maioritariamente envelhecido, e com uma economia estagnada. Apesar de terem sido feitos avanços relativamente às infraestruturas viárias, acessibilidade (ainda que falem muitas melhorias nesta área), eletrificação, comunicação... E que, evidentemente, as questões que eram necessárias resolver há umas décadas não serão efetivamente as mesmas, a verdade é que a maioria da população ainda está fixada nas cidades e o êxodo da população rural não está a ser atenuado. Vários problemas agravam-se de forma alarmante, e é necessário refletir sobre o *Habitat* e o que está a impossibilitar a fixação de pessoas nestas regiões. O facto de existir uma tendência à saída de habitantes faz com que obviamente prejudique a população que atualmente é lá residente, reduzindo a sua qualidade de vida.

É necessário preservar e enaltecer estas regiões pois são parte identitária do país e deveria ser o nosso papel lutar pela preservação da herança tanto natural como construída destes meios, bem como não negligenciar o bem-estar dos seus habitantes. Por essa mesma razão, a escolha do subtítulo da dissertação, “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”, um ditado popular utilizado em Rio de Onor. Pois é essencial a noção de uma forma do *Habitat* que traduza um habitar que vai para além da construção de edifícios, ou seja, que este esteja em sintonia e equilíbrio com planos de preservação e cuidado da parte natural. Assim, é uma bonita missão, devolver a dignidade a esta população que tem direito a um *Habitat* que lhe providencie uma vida que vale a pena valorizar.

Para isso, torna-se crucial repensar o planeamento do território, de maneira a existir um equilíbrio económico e social. Muito se tem discutido sobre este tópico, mas como pode a arquitetura de facto contribuir para a coesão do *Habitat*? Tendo a experiência de ser nascida e criada no meio rural, e sabendo o contraste entre viver na capital ou no interior, esta discussão é do meu particular interesse. Qualquer jovem atualmente se questiona como será possível sustentar-se numa área com tão poucos recursos e vesse obrigado a deslocar-se para meios urbanos. Mesmo existindo uma atração por um

estilo de vida que promete calma e uma vida menos intensa do que nas grandes cidades, o potencial é esmorecido pela falta de oportunidades e os reduzidos ou extintos serviços públicos no interior: transportes, escolas, serviços de saúde...

Existe uma elevada parte da população que não tem condições para procurar uma vida melhor numa outra cidade pelas mais diversas razões, quer seja por terem familiares a seu encargo, ou por realmente o seu percurso profissional só fazer sentido no meio rural... Tendo assim, de se conformar em construir uma vida bastante limitada a nível de recursos e pouco apoiada pelo estado. O *Habitat* deverá satisfazer todas as necessidades do Homem, pois caso seja a sua vontade permanecer terá as condições de um *Habitat* saudável, a população não deverá ver-se obrigada a abandonar se não o desejar.

Em contrapartida, nos grandes centros urbanos o que está a acontecer, é uma cidade sobre-povoada com uma grande crise de habitação estando o resto do país, despovoado e com inúmeras habitações sem uso. Esta realidade, germina uma insatisfação coletiva e individual e estes conflitos nas relações sociais induzem a vários desequilíbrios.

Capítulo 1 - HABITAR, presença do Homem no meio físico-natural

1.1. Habitar

Como ponto de partida para o estudo do conceito de *Habitat*, será utilizado como referência o texto “*Bauen Wohnen Denken*”¹, do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Este entendimento humanista de Heidegger torna-se pertinente no pensamento contemporâneo pois, necessitamos novamente de um espírito humano para rever e revigorar a nossa relação com os outros e com o *Habitat*. Na “Carta sobre o Humanismo”², Heidegger, chega à conclusão de que o termo Humanismo abrange o processo que conscientemente, embora sob aspetos cada vez mais diversos, situa o Homem no centro do Ser. O Homem, aqui, significa, portanto, a humanidade singular, a humanidade universal, o indivíduo ou uma coletividade, o povo ou um aglomerado de povos, tornando sempre como prioridade a certeza do destino e segurança da vida humana. Assim, vamos iniciar uma pesquisa do *Habitat* segundo uma visão humanista, considerando o humanismo no sentido amplo, como a preocupação com Homem e a sua dignidade.

O texto “*Bauen Wohnen Denken*” foi apresentado no Simpósio de Darmstadt sobre o Homem e o Espaço, em 1954, sendo um dos textos que mais influenciou o pensamento arquitetónico na segunda metade do século XX e início do século XXI. Apesar de Heidegger não se debruçar diretamente sobre a arquitetura, mas sim sobre construção, o habitar e o pensamento inerente a ambos, o facto de negar aproximar-se à arquitetura faz com que o seu estudo seja ainda mais interessante, pois irá trabalhar com os principais elementos da arquitetura, sem se pronunciar diretamente sobre ela. Esta reinterpretação expande as possibilidades de redirecionar o pensamento arquitetónico para outras perspetivas e questões, pois, tanto o habitar como a construção são conceitos fundamentais para a nossa disciplina e repensar neles faz obviamente com que repensemos a arquitetura.

Este esclarecimento é essencial pois, no texto, tal como Heidegger nos indica, construir não surge num sentido de edificar ou associado à lógica arquitetónica, mas no domínio de algo associado à condição humana, do Ser. Para Heidegger, falar em arquitetura seria parte do problema pois, na sua opinião os arquitetos estariam mais preocupados com teorias estéticas do que propriamente o *Habitat* e os seus habitantes. A construção não pode ser vista meramente como uma gestão de projetos de arquitetura ou engenharia, é necessário ser mais sensível aos aspetos associados ao Ser.

Nesta provocação ao pensamento arquitetónico, Heidegger acredita que todo o significado e essência dos conceitos permanecem na linguagem e, é nas camadas mais profundas e originais que

¹Tradução do alemão: “Construir, Habitar, Pensar”; fonte obra de Martin Heidegger, 2010 [1951]. «Construir, habitar, pensar». Em *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, 349-351. José Manuel Rodrigues (coord.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio.

²A “Carta Sobre o Humanismo” escrita em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, por Martin Heidegger como resposta ao questionamento do filósofo francês Jean Beaufret, aquando da reflexão da civilização moderna e das barbaridades que tinham sido capazes de fazer. Beaufret levantou a questão de como se poderia devolver um sentido a palavra “humanismo”.

se dá a conhecer a sua forma original. Ao longo do tempo vão-se sedimentando novas lógicas e construções sociais e por isso é necessário fazer um trabalho quase arqueológico para chegarmos ao basilar de cada conceito.

Assim, é segundo as deduções etimológicas que vamos rever o que é de facto habitar. No seu texto, Martin Heidegger propõem duas questões, *What is to dwell?*³ e a segunda questão, *How does building belong to dwell?*⁴.

Da primeira questão, particularmente importante para nós, resumem-se em três pontos:

O primeiro, “*Building is really dwelling*”, construir já é habitar, ou seja, no alemão antigo *Bauen* já significa habitar, isto é, permanecer, ficar num sítio. Nós praticamos atividades (trabalho, lazer, entre outras) e procuramos abrigos para essas atividades, qualquer tipo de atividade e não apenas o alojamento é considerado habitar, pois qualquer tipo de atividade exige algum tipo de permanência independentemente da quantidade de tempo.

Segundo, “*Dwelling is the manner in which mortals are on the earth*”, habitar é a maneira como os mortais estão na terra. Em alemão “*Bin*” (“*Ich Bin*” traduzido para português como “Eu Sou”) pertence à palavra “*Bauen*” (Construir). Daí conclui-se que habitar é uma característica inerente ao Ser, ser um Humano significa estar na Terra como um mortal, a maneira de como nós, seres humanos, estamos na Terra já é habitar. Habitar deixou de ser pensado como carácter básico do ser humano.

Por último, “*Building as dwelling unfolds into the building that cultivates growing things and the building that erects buildings*”⁵. *Bauen* (Construir) também significa prezar e proteger, o ato de construir aparece em Heidegger também como cultivar (*colere*) e construir como erguer edifícios (*aedificare*). Ambas as ações constituem o construir genuíno, que é habitar.



Figura 1.2.1. Segunda Conferência de Darmstadt, “Mensch und Raum” (Man and Space), Agosto de 1951.

³Tradução do inglês: “O que é habitar?”

⁴Tradução do inglês: “Como é que o construir pertence ao habitar?”

⁵Tradução do inglês: “Construir enquanto a Habitar desdobra-se no construir que cultiva coisas em crescimento e no construir que ergue edifícios”

fonte obra de Martin Heidegger, 2010 [1951]. «Construir, habitar, pensar». Em Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX, 349-351. José Manuel Rodrigues (coord.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio.

Partindo destas três conclusões, é agora possível estabelecer uma equidade lógica, de forma a resumir estes conceitos para que possamos estudar de maneira pragmática as presentes relações:

(1) *Habitar = maneira como os seres humanos estão na terra*

(2) *Habitar = colere + aedificare*

1.2. As transformações do Homem

Para consolidar a primeira relação, (1) , faz sentido limitar o estudo à presença inicial do Homem na Terra, para que deste modo, se possa extrair uma análise imparcial e sintética da nossa essência primitiva. Não para recuperar este modo de vida, mas para termos consciência das qualidades que foram perdidas e que podem ser oportunas para o papel atual da arquitetura. A história não é tão linear como irá aparentar, existiram vários avanços e recuos na nossa evolução entre a forma de habitar de móvel para sedentária, sendo muito lento todo o processo de domesticação.

Para entender as transformações ocorridas no homem primitivo que levaram à criação do *Habitat*, será utilizado como elemento base o raciocínio patente no livro de Lewis Mumford (1895-1990), “As transformações do Homem”, segundo ele, o desenvolvimento humano ocorre a partir da insistência numa resposta satisfatória para os utilizadores e de posteriormente a enquadrar num modelo significativo.

Assim, o Homem foi-se libertando das suas limitações orgânicas e da vagarosa transição de mudança biológica, desenvolvendo uma “segunda natureza”, a cultura, transmitida por imitação e hábito. “Deste modo, o acto de agarrar na comida transforma-se na cerimónia do jantar, a necessidade de companhia sexual dá origem às formas de namoro e casamento, e mil outras situações da vida assumem formas que tornam os estímulos originais a parte menos significativa dessas situações.” ⁶

Essa cultura, acabou por se tornar mais natural do que a natureza original do homem. Foi sendo transmitida e conservada através de gestos e fala, porém, hoje em dia são vários os vestígios concretos, tais como, edifícios, cidades... A formação dos primeiros grupos humanos deverá ter demonstrado o mesmo tipo de comportamentos em relação ao território.

O *Habitat* defendia “contra a intrusão de estranhos da própria espécie. No interior da área reivindicada desenvolver-se-ia um modo de vida local assente na oferta alimentar local, nos hábitos sexuais locais...” ⁷. O Homem começou a preocupar-se com a perpetuação da espécie, e por isso, o processo de domesticação, inicia-se sobretudo com a seleção e ao cultivo de plantas, de modo a assegurar a subsistência da espécie.

⁶ Pensamento retirado da seguinte obra: Lewis Mumford, 2021. As Transformações Do Homem, Lisboa: Antígona, p.50

⁷ *idem*, p.59

gurar a subsistência da espécie. “O cultivo de cereais proporcionou pela primeira vez ao Homem uma fonte segura de alimento ao longo do ano, já não depende da sorte e da magia, mas do seu esforço pessoal. Com ele veio a noção de lar e família: uma habitação permanente e um modo de vida regular, favorável a um maior desenvolvimento. Embora a posterior domesticação de animais ter voltado a incentivar o nomadismo, em busca de pastagens verdejantes, a domesticação de plantas deu origem à sedentarização humana. Assim, a vida humana passou a ter uma continuidade visível no espaço e no tempo, que até então lhe faltava: um grupo de famílias estável, a viver em aldeias...”⁸ Quanto mais se cultiva, preza ou cuida de um local, de tornar algo selvagem em algo doméstico mais temos o “direito” à sua apropriação.

do Latim: Colere (cultivar)

A visão sobre o mundo tinha uma perspetiva diferente, a natureza era humanizada através das ações do Homem e este era naturalizado pois o meio onde estava inserido refletia as suas intenções.

do Latim: Aedificare (edificar)

Nesta sequência, da nossa presença física na Terra já podemos verificar que habitámos através do cultivo e do edificar, sendo o segundo o início de um processo de domesticação. Os primeiros agrupamentos tinham um conceito muito interessante de território, a maneira de como a comunidade reclamava o espaço era através de apropriação simbólica, mas sem estabelecer direitos de exclusividade. Construir uma modificação das condições naturais, implicava que cada pessoa poderia utilizar, é deixado no local, o que exprimia um grande sentido de pertença ou ocupação, mas aberta em relação a outros grupos. Não existe um forte sentido de lar, mas existe um forte sentido de *Habitat*.

Tal como Ana Tostões indica, Heidegger evidenciava que a maior problemática no que diz respeito à habitação, não reside na falta de alojamentos, mas sim no facto de nós, humanos não sabermos habitar. Assim, Heidegger identifica o problema na própria crise do ser e não na crise da habitação. A crise do ser tem a sua origem na falta de proximidade que nós, coisas mortais, temos com as demais coisas que nos cercam. É deste distanciamento da materialidade imediata que surge a crise do ser e, consequentemente, a crise do habitar.⁹

Talvez, estas alterações pelas quais estamos a atravessar também sejam um reflexo da nossa ignorância face ao modo como habitamos, como lidamos com os que no rodeia, uma crise individual que se repercute posteriormente numa dimensão coletiva.

Uma vez que, já investigámos o âmago de habitar, é possível progredir para a análise das

⁸ Pensamento retirado da seguinte obra: Lewis Mumford, 2021. *As Transformações Do Homem*, Lisboa: Antígona, p.63

⁹ De acordo com o seguinte artigo de Ana Tostões, 2013a. «Pensar, habitar, construir». Em *Habitar, Pensar, Investigar, Fazer* – Colóquio Internacional, 45-60. Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

lógicas inerentes ao *Habitat*, fruto da domesticação e da posterior influência da cultura ocidental. Esta análise será apoiada nas associações encontradas no espólio de Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913-1991) aquando do estudo do mesmo tópico.

Considera-se *Habitat*, a habitação e o seu prolongamento. De maneira geral, compreende-se por habitação do Homem, simplesmente o alojamento. Daí o considerar-se o problema do alojamento, como sendo o problema da habitação. Porém, a habitação é, por definição, o local onde o Homem habita e permanece. Tal como vimos anteriormente, na definição de habitar segundo Heidegger, construir já é habitar, qualquer atividade, que seja associada à permanência um sitio já é habitar. Portanto, é importante distinguir o problema do alojamento do da habitação. Isto é, o problema do alojamento é parte integrante de um problema mais abrangente, problema da habitação. Assim, consideramos o alojamento e os locais onde o Homem “age” como grandes conjuntos, conjuntos estes que devem ser moldados em função das necessidades do Homem, do meio e da sociedade. Compete à arquitetura fazer o arranjo dos locais onde o Homem vai agir e viver.

Habitat = Habitação + Prolongamento Habitação

Habitat = Homem + Organização Social + Meio

Homem = Necessidade Material + Necessidade Espiritual

Organização Social = Económico + Social + Financeiro + Leis

Meio = Geografia + Clima

Iremos então, debater estas conexões dos elementos presentes na equação do *Habitat* e que refletem eficazmente esses princípios individuais e coletivos.

1.3. As atividades fundamentais do Homem

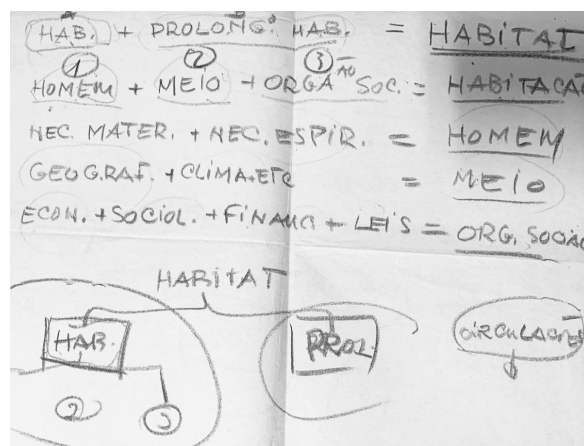


Figura 1.2.2. Viana de Lima, Esquízo, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

Sendo parte integrante da equação do *Habitat*, o Homem, a principal função do Habitat será corresponder tanto as suas necessidades materiais como espirituais. Apenas com a devida compreensão da nossa orgânica e biologia será possível organizar o mundo físico à nossa volta.

Homem = Necessidade Material + Necessidade Espiritual

As necessidades básicas à sobrevivência de cada indivíduo são comuns, no entanto, com a evolução da nossa espécie houve necessidades que foram sendo construídas e podem ser consideradas subjetivas pois estão associadas às sensações humanas. E, como estas podem depender tanto de fatores socioeconómicos e culturais, como os hábitos de vida e as condições de vida de grupos, de regiões, surge daí a ambiguidade. Ou seja, a sensação do indivíduo se sentir bem, depende da sua experiência. Por exemplo, as condições fisiológicas, relacionadas ao conforto e bem-estar, estão naturalmente associados ao quadro do clima e da adaptação do homem ao meio ambiente de cada região ou civilização.¹⁰ E essas necessidades são ainda diferentes de acordo com o tipo de função que se desempenha na habitação, ou seja, o tipo de ocupação e de atividade que se exerce.

A própria noção de comunidade e a rede de ligações criadas entre os vários indivíduos, surgem das necessidades tanto materiais como espirituais do Homem. Quando o Homem vem ao mundo, o coletivo surge de modo a facilitar a sua vida e assegurar que a partir do seu nascimento as suas necessidades básicas estão garantidas, providenciando assim, também a continuidade da espécie. Caso não existisse esta salvaguarda, o Homem sozinho só conseguiria no fim de vida aquilo que era suposto e indispensável ter na sua chegada ao mundo.

É por este amparo criado pela comunidade, que Homem deve abdicar ou subjugar alguns dos seus interesses particulares em prol do bem coletivo, é importante que cada Homem cumpra uma função neste corpo socialmente organizado.

Segundo Hannah Arendt (1906-1975), existem três atividades fundamentais do Homem, a qual dá o nome de *vita activa*, são: *labour*, *work* e *action*. Denomina-as como fundamentais pois considera que cada uma delas corresponde uma das condições básicas por meio das quais a vida na Terra foi dada ao Homem.

O *labour* é a atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie, corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo *labour* no processo da vida. A condição humana do *labour* é a própria vida.¹¹

¹⁰ Lógica descrita por João Santa Rita na sua tese de doutoramento: Projectar com o clima em Portugal: entre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e a Revolução de Abril, 1955-1974, Lisboa: IST - tese para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura.

¹¹ Pensamento descrito na seguinte obra de Hannah Arendt, (2001), *The Human condition*. Lisboa: Relógio d'Água, p.19.

Quanto ao *work*, este assegura o produto da vida, conferem uma certa permanência e durabilidade à banalidade da vida, dada a nossa efemeridade, é através do *work* que nos podemos opor ao tempo, à nossa mortalidade. O *work* é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O *work* produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.

Por último, a *action*, é a única atividade que isenta de qualquer relação com a parte material do mundo. Corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de não habitar a Terra de maneira individual. A pluralidade é a condição da ação humana pelo facto de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exactamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.¹²

Obviamente estas três atividades estão condicionadas e conectadas às condições determinantes da existência humana, o nascimento e a morte. É a partir da natalidade que surgem as três atividades, pois a tarefa é produzir e preservar o mundo para os recém-chegados.

O esquema apresentado resume os conceitos que foram apresentados, concluindo, que a vida do Homem compreendida entre a sua natalidade e a sua mortalidade ocorre expectavelmente entre quatro fazes infância, adolescência, idade adulta e velhice. Uma vez que, o que define o ser são as três atividades fundamentais, cada uma destas fases é constituída por três tópicos da *vida activa*. O *Habitat* deve ser capaz de acompanhar este ciclo de vida do Homem, proporcionando o seu bem-estar ao satisfazê-lo nos três âmbitos.

Hannah Arendt apresenta uma peculiar distinção entre *labour* e *work*. Para ela *labour* engloba qualquer tarefa que tenha como finalidade a manutenção e a reprodução da vida, ou seja, qualquer atividade relacionada aos cuidados físicos.

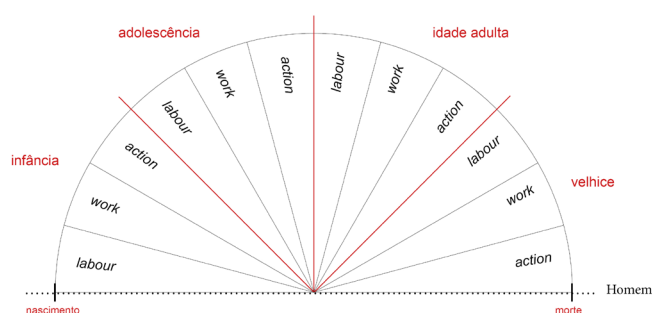


Figura 1.2.3. Esquema síntese para o Habitat e ciclo de vida do Homem.

¹² Pensamento descrito na seguinte obra de Hannah Arendt, (2001), *The Human condition*. Lisboa: Relógio d'Água, p.20.

Deste modo, quando falamos de tarefas como agricultura, cuidar de crianças, arranjar lenha para nos aquecer as casas e até mesmo as atividades industriais que têm por objetivo ajudar-nos a viver e a reproduzir-nos estamos a falar em *labour*. São coisas que temos a necessidade de as fazer constantemente, isto é, são repetitivas e por isso inserem-se numa conceção circular do tempo. Só são interrompidas após a morte, acompanham o ciclo biológico, por exemplo, depois de comermos, somos obrigados a procurar mais comida para podermos comer de novo, e assim por sucessivamente...

Arendt enfatiza o facto de os produtos do nosso *labour* serem finitos, não é algo permanente esgota-se no consumo. O *labour* nunca produz nada a não ser vida. Só tendo esta distinção, e a perspetiva de *labour* e *work* é que podemos ver a realidade do *labour* como um modo de ser.

Na outra vertente, *work*, é a atividade que cria o mundo que habitamos, através do *work* produz-se algo durável, com o objetivo de ter algum grau de permanência no tempo, ou seja, deixa algo que vai para além da satisfação das necessidades biológicas do seu criador. Quer sejam objetos mundanos (cadeiras, mesas,...), edifícios, objetos abstratos (poemas, música,...).

Ao contrário do *labour*, o *work* introduz uma conceção alternativa do tempo, que é linear e não circular. O que é criado destina-se para a posterioridade do tempo de vida do seu criador e a permanece no mundo. Desta forma, há a possibilidade de uma espécie de imortalidade para o criador, pode sair dos limites biológicos da natureza. Podemos referir-nos ao tempo linear do *work*, como o “tempo humano” em contrapartida ao tempo do *labour*, o tempo circular, o “tempo natural”.

Na sua definição dos atributos públicos e privados da *vita activa*, Arendt ampliou ainda mais a sua invulgar distinção entre *work* e *labour*. Argumentou que o *labour*, pelo facto de ser um processo repetitivo, que como vimos anteriormente acompanha o ciclo da sobrevivência biológica, é inerentemente processual, privado e impermanente, ao passo que o *work*, é por definição estático, público e permanente.

O mundo no qual acontece a *vita activa* é constituído por coisas produzidas pelas atividades humanas, ou seja, os homens criam constantemente as suas próprias condições e todas as atividades humanas são condicionadas pelo facto de os homens viverem juntos. Por essa mesma razão, o interesse será a partir de agora estudar essa vivência conjunta.

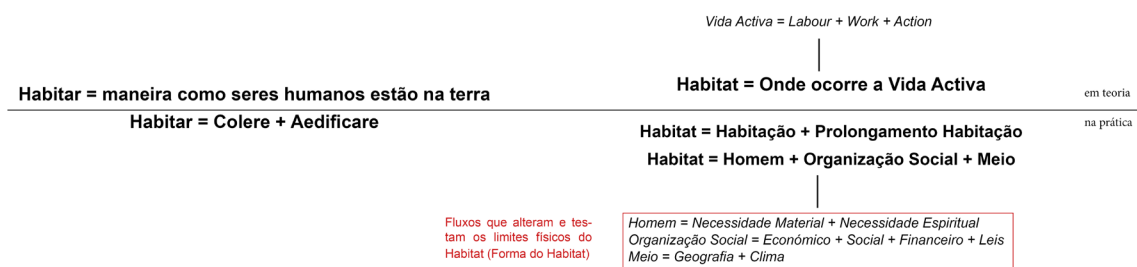


Figura 1.2.3. Esquema síntese para a definição de Habitar e Habitat

Organização Social = Económico + Social + Financeiro + Leis

Assim, a Organização Social, também interfere no desenvolvimento das lógicas do *Habitat* e depende de fatores económicos, sociais, financeiros que se regem e articulam através de leis. De acordo com Hannah Arendt, o que consideramos sociedade no fundo é um “conjunto de famílias economicamente organizadas”¹³, é desta cópia e reprodução que se forma uma única família sobre-humana, a organização social não passa de uma administração doméstica coletiva. Este corpo socialmente organizado, não é um simples agregado ocasional de indivíduos, o *Habitat* é a expressão da multiplicidade de trocas sociais, que se fundem num organismo único.

Neste sentido, a sociedade pode ser encarada uma esfera híbrida entre o privado e o público, na qual os interesses privados assumem por vezes uma importância pública. A administração doméstica e todas as questões inerentes à esfera privada da família transformaram-se consequentemente em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas recaem constantemente uma sobre a outra, como onda no perpétuo fluir próprio processo da vida.

Sendo a esfera pública, o comum, tudo que se insere neste meio pode ser do conhecimento coletivo pode ser visto e ouvido por todos e pode ser propagado e divulgado por todos. Por outro lado, a esfera privada, reside na ausência dos outros. “O termo “privado”, na sua original aceção de “privação”, tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destruído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do facto de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” com eles decorrente do facto de se ligar e separar deles através de um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida.”¹⁴

Seguindo esta lógica, é intuitiva conclusão de que, o que quer que aconteça na esfera privada não tem relevância ou consequência direta para os outros. “A feição não privativa da esfera doméstica residia originalmente no facto de o lar ser a esfera do nascimento e da morte, que devia ser escondida da esfera pública por abrigar coisas ocultas aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento humano. É oculta porque o homem não sabe de onde vem quando nasce, nem tem conhecimento do lugar para onde vai quando morre.”¹⁵

Da privacidade advém então o refúgio, na nossa propriedade particular, estamos protegidos mundo público comum. Deste significado revela-se de que há coisas que devem permanecer na esfera privada e outras que apenas vivem e ganham existência quando são partilhadas por um público, cada atividade humana converge e encontra a sua localização adequada no mundo.

¹³ Conceito utilizado por Hannah Arendt, *The Human condition*. Lisboa: Relógio d'Água, p.44

¹⁴ *idem*, p.73.

¹⁵ *idem*, p.77.

“A *vida activa*, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu.”¹⁶

A cada atividade e vivência está associado uma localização, um espaço. Este por essa mesma razão não é homogêneo e linear, está em constante mutuação e é tão dinâmico quanto as nossas relações e interações com os outros.

Podemos até considerá-lo como um produto social, e, portanto, são necessárias políticas e leis que regulamentem essas transformações.

A gestão das diferentes intenções tanto particulares como coletivas relativamente ao uso do espaço podem torná-lo um objeto rivalidade. A leitura do *Habitat* não pode ser feita como um objeto acabado, é a configuração de uma realidade ele própria inconstante, por isso é necessário que a sua-conceção seja ampla e coletiva, que traduzam lógicas que tenham em consideração tanto o percurso do indivíduo como o da sociedade.

Diante disto, a esfera pública, enquanto nos une com os outros Homens é nela que também ocorre o nosso fracionamento. Com isto quere-se dizer que, é também o palco para a nossa individualidade, para comparações entre características particulares de cada um. Na generalidade e amplitude do espaço comum, é através das ações particulares que nele ocorrem que nos podemos distinguir, enfatizar o nosso papel no contexto coletivo. E é nesta situação que é importante definir os limites da liberdade individual.

Meio = Geografia + Clima

O Homem habita um meio, uma geografia e um clima, de maneira que, este desempenha igual importância quando falamos em *Habitat*. Da etimologia de ambas as palavras, do grego, vem que: Geografia deriva de *Geo* (Terra) com *Graphein* (descever), ou seja, no seu sentido literal é a descrição da superfície terrestre.

¹⁶ Passagens extraídas da obra de Hannah Arendt, (2001), *The Human condition*. Lisboa: Relógio d'Água, p.38.

Por outro lado, o Clima vem de *Klima* que significa posição inclinada de um ponto no planeta, relativamente ao Sol. Segundo Santa Rita explica, “O significado inicial de clima estava deste modo associado ao “factor astronómico de carácter periódico” que é gerado, simultaneamente, pelo movimento de translação da Terra sobre o Sol, pela inclinação do seu eixo face ao plano da elíptica e pelo movimento de rotação sobre ela própria, tendo como resultado directo a variação das estações do ano e a desigual duração dos ciclos do dia e da noite. Este movimento aparente do Sol em torno da Terra vê-se reflectido no ângulo de incidência dos raios solares sobre a superfície terrestre, que, por sua vez, vai gerar ao longo do ano diferentes níveis de intensidade da radiação solar, quantificados em kw/hora, e condicionar, deste modo, a temperatura e as condições atmosféricas das diferentes regiões do globo.”¹⁷

Os climas são definidos por uma série de parâmetros que se conseguem medir, a radiação solar, a temperatura e as condições de iluminação natural, a pressão do ar e o vento, a humidade e a precipitação...

A compreensão destes fatores que condicionam o clima na Terra foi, desde sempre, uma das preocupações do homem numa tentativa de previsão do clima de modo a conseguir articula-lo com as suas tarefas de diárias, e utilizá-lo em seu benefício para desempenhá-las, por exemplo na construção, no cultivo, nas viagens.

Se considerarmos a arquitetura o mediador entre o meio e a vida humana veremos que o clima e a geografia têm especial importância na sua leitura. Um dos principais papéis do *Habitat* é o de providenciar lugares protegidos da ferocidade climática e dos acidentes geográficos, defendendo contra os insultos das estações e do terreno. Assim, é através da construção que se define um outro clima mais propício ao homem. Sendo o seu objeto principal o espaço, isto é, aquilo que é removido do espaço geral da atmosfera terrestre, e está encerrado entre quatro paredes, porque só assim, confinando um certo volume de ar, é que as características físicas se podem alterar para tornar esse espaço habitável pelo homem. Uma vez que, todo o espaço natural, é à partida, demasiado quente ou demasiado frio, chuvoso ou nevado, demasiado húmido, demasiado ensolarado ou demasiado escuro, ou seja, inabitável. Mais do que formas geométricas o arquiteto deve desenhar um novo meio. Modificar os parâmetros físicos do clima para que seja habitável para o homem.

A geografia, pode ser considerada como uma matriz tridimensional à qual a estrutura se molda, assim, o conjunto de circunstâncias imposto pelo meio físico natural, tais como, o relevo e os seus limites. O ato de construir, edificar pode ser visto como a negação do espaço natural, do meio existente, por parte do Homem. Uma afirmação de um ambiente criado e originado pelo Homem, um lugar projetualmente humano, em que não se aceitou as condições naturais presentes.

¹⁷ Definição de clima segundo João Santa Rita apresenta na obra: 2021, *Projectar com o clima em Portugal: entre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e a Revolução de Abril, 1955-1974*, Lisboa: IST - tese para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura, p.34.

Daí surge a diferença de *aedificare* e *colere* no modo de habitar. Ao contrário do que acontece quando construímos algo, o cultivo do meio está apenas a modificar, adaptar e aceitar o ambiente natural, não está a criar algo novo. Ao edificar estamos a declarar um espaço interior que acolhe o Humano.

Por essa mesma razão cada região tem as suas características geográficas e climatéricas, cujo Homem deve saber adequar-se e permitir que sejam habitáveis. Dada a mesma região, parte-se do pressuposto o uso das mesmas soluções que resolvem as problemáticas do meio face à sua inabitabilidade ou enaltecer as maiores qualidades que o contexto proporciona. Porém, a globalização irá inevitavelmente copiar, hibridizar ou deslocalizar, o saber-fazer e as tradições culturais, de certas condições geográficas e climáticas.

É importante estudar o meio, entender a sua geografia e a variação do clima ao longo do tempo, ao perceber estas condicionantes, torna-se mais fácil concluir sobre padrões de acontecimentos e ciclos, sendo possível antecipar e prever estes episódios.

De forma a sintetizar foram classificados diferentes climas, e criaram-se zonas climáticas que partilhavam de características semelhantes. Os climas, tal como a etimologia da palavra nos dá a conhecer, são derivados da localização geográfica do lugar e da consequente intensidade de luz solar que recebem durante os diferentes períodos, pois a luz que incide na superfície terrestre não é uniforme ou homogénea. É importante relembrar que existem também outros fatores que influenciam o clima como a topografia, a vegetação... Que fazem acrescentar à orientação solar, outros parâmetros como o regime dos ventos dominantes, temperatura e humidade.

Ao criar-se então, um novo meio para o humano habitar mais propício ao seu bem-estar surge um novo conceito na equação, a noção de conforto, é uma construção diria social e cultural e que por isso varia ao longo do tempo. Humanos ao controlarem a noção de conforto e ao fazerem as alterações necessárias no meio em prol desse conceito, reforça a experiência de pertencer ao mundo.

Eleição do sítio de implantação face à condicionantes topográficas e climáticas, faz com que habitar se torne mais complexo quer no sentido de cuidar/prezar como também no que diz respeito ao edificar/construir.

A construção feita para abrigar as atividades do Homem deverá providenciar o seu conforto seja qual for o período do ano e do dia, como o clima é variável, isto é, as condições ao podem se alterar inclusive nos vários períodos do dia, torna-se um desafio criar uma estrutura com soluções flexíveis consoante as circunstâncias climáticas. A pesquisa do local é o requisito para se atingir o real e o concreto, cada pessoa vê de forma diferente, a tarefa é ultrapassar a paisagem como aspeto, para chegar ao seu significado através da geografia e do clima.

1.4. Um *Habitat* para o Homem

Habitat é o lugar a que nós pertencemos, é importante reforçar que nós humanos criamos uma segunda natureza, a cultura, ao contrário das outras espécies. Logo, viver num local a que pertencemos esta naturalmente conectado com questões de identidade. Quando o conceito de *Habitat* é movido para a disciplina de arquitetura, leva consigo também uma essa segunda natureza, edificar passa a ser identitário de um local, de um modo de construir específico de uma localidade com um conjunto de habitantes com hábitos e cultura em comum.

Para habitar ter novamente significado na arquitetura é necessário que esta se dedique ao pensamento e à construção que reivindiquem o bem-estar e satisfação do Homem nos parâmetros mencionados, habitar como transformação do lugar tanto através da edificação como também da preservação para conseguir que este seja uma parte do Homem e reciprocamente, esse Homem consiga ser uma parte do *Habitat*. O espaço só existe porque somos capazes de identificar lugares, esta identificação é feita por cada habitante. Os lugares são tornados particulares por indivíduos, de maneira complexa e sempre mutável dentro da generalidade do espaço. Imaginar um local envolve a nossa projeção mental para lá, mais do que uma imagem meramente visual que surge no nosso pensamento.

Num exemplo que Heidegger utilizou, a casa de campo na floresta negra, sugeriu que a construção e a habitação são uma única atividade continua. As necessidades de habitação tanto a nível do local como do clima, mas também as necessidades da vida quotidiana são decisivas no planeamento, adaptadas a uma variedade de escalas, cada estrutura tem camadas sucessivas de habitação, envolvem a construção e a sua mutabilidade ao longo do tempo. A construção deve conseguir adaptar-se ao modo de habitar, ter a capacidade de mudança que acompanhe a evolução.

O esquema apresentado resume os conceitos que foram apresentados, concluindo, que a vida do Homem compreendida entre a sua natalidade e a sua mortalidade ocorre expectavelmente entre quatro fases infância, adolescência, idade adulta e velhice. Cada uma destas fases é constituída por três tópicos da *vida activa*.

O *Habitat* deve ser capaz de acompanhar este ciclo de vida e proporcionar o bem-estar ao Homem consoante a progressão das suas necessidades. Se conseguirmos estruturar um *Habitat* que se seja regido por esta visão humanista que revimos, somos capazes de gerar equidade e bem-estar para o homem, quer Intra geracional como também interjacional, o que é uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável e duradouro. Isto é, conceber uma forma do *Habitat* que dê ao homem a capacidade de viver uma vida que se tem razões para valorizar.

Formas do Habitat “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

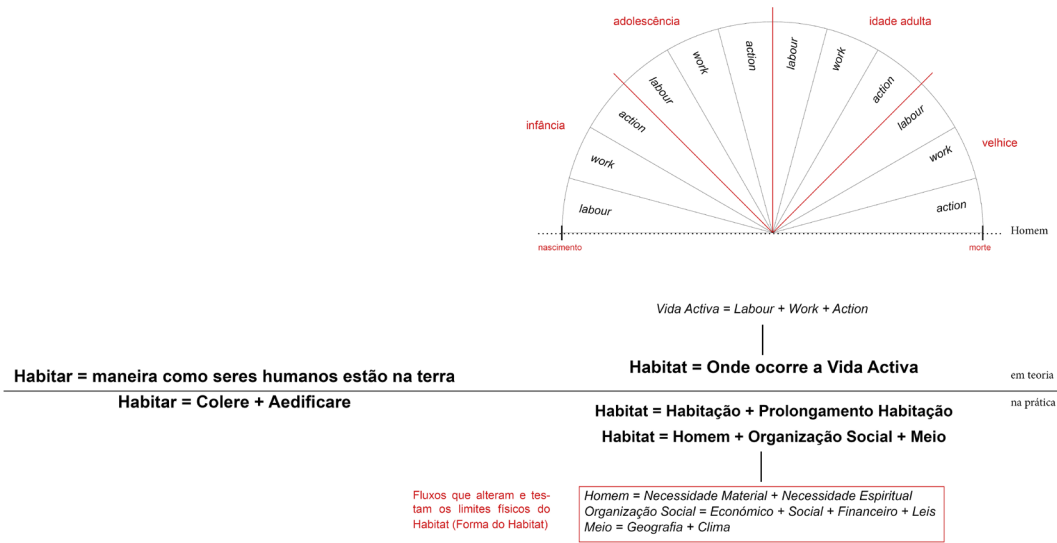


Figura 1.4.1. Esquema síntese para a definição de Habitat.

Capítulo 2 - A QUESTÃO DO *HABITAT*, no pós-guerra

2.1. Do funcionalismo ao humanismo

Após o período da Segunda Guerra Mundial, o termo humanismo é onnipresente nos debates sobre a arquitetura moderna. Depois da destruição massiva provocada pela guerra, sentiu-se a necessidade que a reconstrução do Habitat que respondesse às carências humanas e que visasse o bem-estar do Homem para o funcionamento equilibrado da sociedade. Uma vez que, o domínio da mecanização e do progresso andou a par com a crescente perda do espírito mais humano, que teve o seu apogeu nas catástrofes presenciadas na guerra, estava-se agora ciente de que já não se poderia basear nas lógicas anteriores e que um novo paradigma deveria ser iniciado.

Assim, esta preocupação é o principal tema discutido nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) posteriores à guerra, ou seja, o CIAM VII, IX, X e '59, os quais serão aprofundados no presente capítulo. Estes congressos contribuirão para uma reconceptualização e foram o motor de regeneração da arquitetura, revitalizando também o papel dos arquitetos na transformação das sociedades do pós-guerra.

Uma discussão focada na questão do *Habitat*, retomando à essência do mesmo e ao modo de como este pode proporcionar uma vida melhor quer a nível individual como coletivo. Por um lado, uma nova visão do mundo e do lugar que o homem ocupa, por outro, a vontade e necessidade de estabelecer ligação entre passado, o presente e o futuro.

A nível estrutural dos congressos houve uma mudança significativa, a presidência da organização dos CIAM passou a ser de José Luis Sert (1902-1983) em substituição de Cornelis van Eesteren (1897-1988), contudo manteve-se a vice-presidência em nome de Le Corbusier (1887- 1965) juntamente com Walter Gropius (1883 - 1969) e, como secretário-geral, Sigfried Giedion (1888 - 1968). Este será o último mandato em vigor e marca uma reforma nos CIAM.

Neste seguimento, surge a necessidade de uma reinterpretação da comunidade, o que levou a que o tema escolhido pelo oitavo congresso dos CIAM fosse “*The Core of the city*”. Este interesse no *core*, do aglomerado urbano é fruto de um processo de humanização da arquitetura, como referido anteriormente, uma tentativa de entender e retomar a sua escala humana.

O congresso realizou-se em Hoddesdon em 1951, e pretendia completar a Carta de Atenas rompendo as suas barreiras demasiadas rígidas. A Carta de Atenas dividia a vida urbana em apenas quatro funções – *habiter, travailler, cultiver le corps et l'esprit, circuler* - existindo então uma consciencialização de que a vida é mais complexa do que estas quatro funções, há uma tentativa em entender as inter-relações e dinâmicas entre estes quatro tópicos.

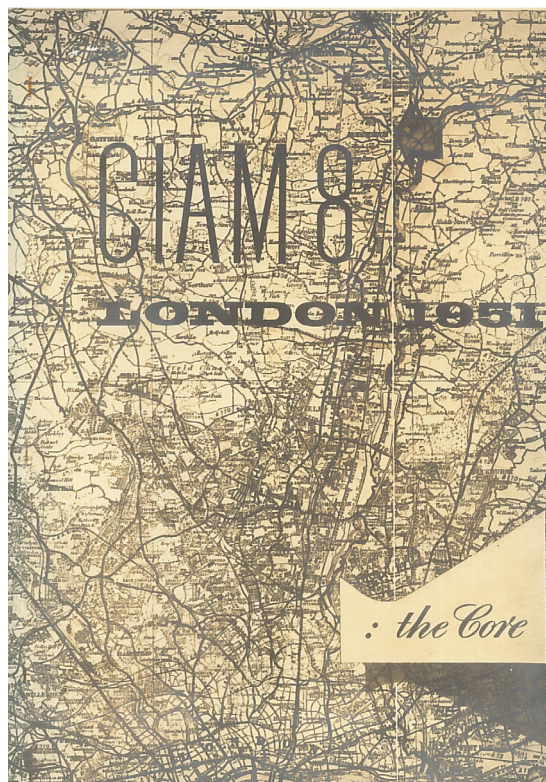


Figura 2.1.1. CIAM VIII, “The Core of the City”, Capa do programa, espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

Este novo modo de olhar para a Carta de Atenas por si só, já se trata de estudar o *core*, ao debruçarem-se sobre os problemas dos núcleos centrais das cidades, traduzem uma importante viragem relativamente às matérias que até então objeto de estudo.

Para este Congresso, foi abandonada toda a pretensão de sistematização e recolha de dados quantificáveis. Em vez disso, o *core* foi visto em grande parte como a imagem de um espaço construído, um lugar onde o “sentido de comunidade” é fisicamente expresso, e não como um lugar que pudesse ser analisado cientificamente à maneira dos congressos CIAM anteriores à guerra. No congresso, Sert admitiu que o tema se tinha revelado difícil de estudar, mas precisamente por não ter sido explorado, deveria ser um tema do CIAM. A escolha do tema reflectia também, uma tomada de consciência dos efeitos da suburbanização, pois, como Sert afirmou, “o urbanismo transformou-se realmente em suburbanismo”. E acrescenta: “descobrimos que, se queremos fazer algo com as nossas cidades, temos de voltar a falar em termos cívicos e urbanos” e, por isso, o CIAM “deve abordar o difícil problema do *Core* da cidade”.¹⁸

¹⁸ Citações do discurso de Sert retiradas da obra: Eric Mumford, 2002, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928–1960*. The MIT Press, p.203.

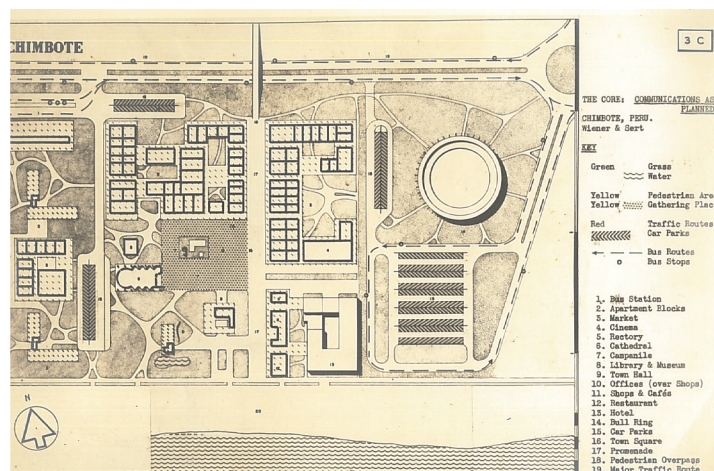


Figura 2.1.2. CIAM VIII, “The Core of the City”, Planta, Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

“Of the talks presented at CIAM 8, the most significant was Sert’s opening talk, titled “The Theme of the Congress: The Core” in the unpublished CIAM 8 proceedings.... He stated that at five different levels of comunal organization, from the village to the residential neighborhood to the town to the city to the metropolis, there should be a special physical environment devoted to expressing the sense of community: the “Core”. ”¹⁹

O CIAM VIII pode ser visto como ponto de referência para a espaço público e para uma arquitetura social coletiva. As participações dos arquitetos portugueses nos congressos dos CIAM têm início também nesse ano, 1951, neste mesmo congresso e enquadra-se na terceira e última fase de desenvolvimento dos CIAM. Os grupos “em formação”, como foram chamados, pagariam taxas e iriam ter a possibilidade de ir aos congressos, mas seriam apenas aceites como grupos oficiais dos CIAM se o trabalho apresentado realmente tivesse boa qualidade.

À semelhança do que acontecia na Europa, também uma visão mais social e humana da arquitetura começa a emergir em Portugal. Segundo Sérgio Fernandez descreve, apesar do regime, o interesse pelos aspectos sociais que se ligam à atividade do arquitecto, embora sem a fundamentação sociológica que só mais tarde será preocupação de alguns, começa a ganhar forma em Portugal. A luta por uma arquitetura nova não se confinava apenas ao tratamento das questões de ordem estética. Era, antes de mais, e porque diretamente ligada a concepções de organização social radicalmente diversas das vigentes, uma luta de base eminentemente política. Muitos, senão todos os arquitetos da nova geração, integravam os movimentos de oposição ao regime.

¹⁹ Citação da obra: Eric Mumford, (2002), The CIAM Discourse on Urbanism, Tradução livre: “Dos discursos apresentados no CIAM 8, o mais significativo foi o discurso de abertura de Sert, intitulado “The Theme of the Congress: The Core” nos procedimentos não publicados do CIAM 8.... Afirmou que em cinco níveis diferentes de organização comunitária, da aldeia ao bairro residencial, à vila, à cidade e à metrópole, deveria haver um ambiente físico especial dedicado a expressar o sentido de comunidade: o “Core”.”,p.206.

²⁰ Pensamento patente na obra de Sérgio Fernandez,1988. Percurso da Arquitectura Portuguesa 1930-1974. Porto: FAUP.

2.2. Portugal na matriz de discussão Europeia

Neste contexto, e numa tentativa de introduzir Portugal na matriz de discussão europeia formase o grupo português dos CIAM. Viana de Lima foi a peça fundamental na formação deste grupo CIAM, pois, estabeleceu as primeiras correspondências com o secretário-geral dos CIAM, Siegfried Giedion. As tentativas apesar de serem assinadas em nome próprio, têm início no mesmo ano em que se realizou o primeiro Congresso Nacional de Arquitetura e são representativas de uma vontade coletiva dos arquitetos portugueses.

O primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, foi promovido pelo governo, e foi onde os arquitetos criticaram as imposições estéticas que até ali tinham suportado, fazendo apologia do movimento moderno e da Carta de Atenas. Houve permissão sem censura para a sua realização, sob a liderança de Keil do Amaral (1910-1975), sendo este eleito presidente do SNA (Sindicato Nacional dos Arquitetos).

A realidade política, social e económica era distinta da dos anos 30, há um momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos e também um revisitar do interrompido processo do moderno. O atraso neste processo do moderno em Portugal permitiu também a sua distinção de face ao resto da Europa. Os arquitetos portugueses basearam-se em aproximações como a valorização do contexto e do território, priorizando os materiais naturais e métodos artesanais. Definindo-se assim, uma arquitetura de autor com sentido de autonomia.

É de destacar a afirmação portuense no contexto do pós-guerra, e serão inclusive eles os representantes portugueses nos congressos dos CIAM. Segundo o arquiteto Sérgio Fernandez, o facto de a esposa de Viana de Lima ser luso-francesa e das suas conseqüentes viagens a Paris fizeram com que Viana de Lima estabelecesse relações com indivíduos do atelier de Le Corbusier nomeadamente, o próprio Le Corbusier. No seu espólio, é possível aceder às tentativas de correspondência com Siegfried Giedion e é admirável a sua insistência para que o grupo português fosse formado.

A primeira tentativa data 22 de Setembro de 1948, em que André Bouxin dá a conhecer a Siegfried Giedion, o arquiteto português, Viana de Lima. Nesta carta Bouxin explica que Viana de Lima é um arquiteto proveniente do Porto que lhe fez uma visita a Paris e exprime o seu interesse em formar um grupo português nos CIAM. Diz ainda, que Viana de Lima visitou o atelier de Le Corbusier, na rua de Sèvres, mas que não pode encontrar-se pessoalmente com o próprio, uma vez que este estava muito ocupado. Enfatiza a ideia de que Le Corbusier mostrava-se de acordo com a formação do grupo com a condição que Giedion encaminhasse e trate-se do assunto, pede ainda que contacte Viana de Lima que já tinha regressado a Portugal por aquela altura, para lhe enviar então as diretrizes necessárias.

Esta primeira tentativa não obteve qualquer resposta por parte de Giedion, levando a que Viana de Lima lhe redigisse uma outra carta a 8 de Março de 1951 em que reforça manter-se o interesse na formação do grupo CIAM Portugal pois existe uma corrente de arquitetos interessados nos princípios dos CIAM, mas sobretudo porque Portugal foi convidado a fazer parte do *Comité D'organisation Subsidiaire do Sous-Comité do Habitat*, da Comissão Económica para a Europa. Realça ainda a concordância da formação do grupo português por parte de Le Corbusier. Nesse mesmo ano, a 13 de Junho, realizou-se uma importante exposição no Porto coordenada pelos ODAM onde se reproduziram os ideais dos CIAM, e mais uma vez reflete uma vontade comum de se colocar Portugal no epicentro das reflexões.

Finalmente, a 13 de Março de 1951 Viana de Lima obteve uma resposta por parte de Giedion que lhe enviará uma copia dessa mesma carta ao secretário do grupo MARS (*Modern Architectural Research*) para que lhe envie um convite para o 8º congresso dos CIAM, de 7 a 17 de Julho de 1951.

A 28 de Março, Viana de Lima ainda não teria recebido o convite o que faz com que lhe envie uma outra carta. Continuando sem resposta, insiste novamente a 10 de Maio, acrescentando ainda a foto de duas habitações da sua autoria. Após nove dias, Viana de Lima obtém uma resposta por parte de Giedion que diz que brevemente receberá informações do grupo MARS. Assim, é a 24 de Maio, o grupo MARS envia o programa do CIAM VIII e informa que a sua estadia em Hoddesdon já foi assegurada, uma vez que já lhe reservaram um quarto individual.

A 31 de Maio, Viana de Lima agradece toda a disponibilidade e hospitalidade e pergunta se seria possível ser acompanhado por dois arquitetos portugueses que também estariam muito interessados em participar. Nesta carta, Viana de Lima, não indica nomes. Porém, o grupo MARS recusa, uma vez que, o alojamento é limitado e informa que as conferências são prioritárias para os grupos CIAM e que uma exceção já teria sido feita para Viana de Lima, por referência de Sert.

Formas do Habitat “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

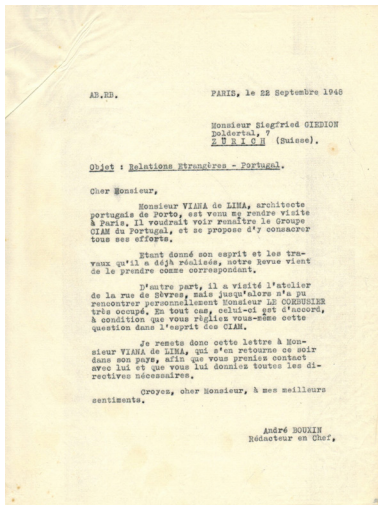


Figura 2.2.1. Carta 22 Setembro 1948 (Viana De Lima a André Bouxin), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

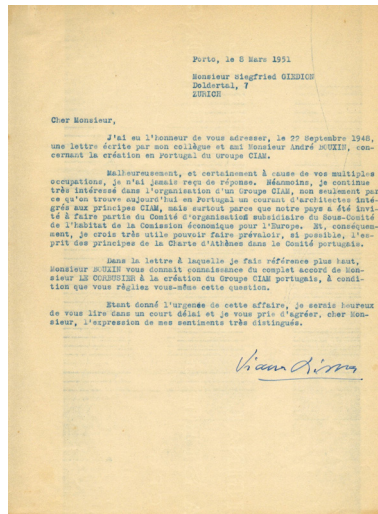


Figura 2.2.2. Carta 8 Março 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

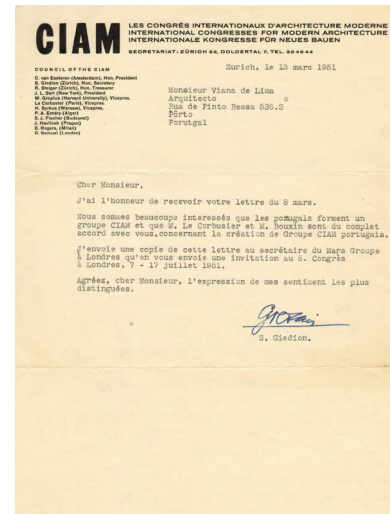


Figura 2.2.3. Carta 13 Março 1951 (Siegfried Giedion a Viana De Lima), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

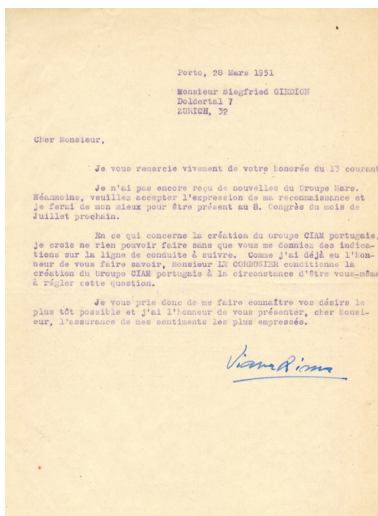


Figura 2.2.4. Carta 8 Março 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

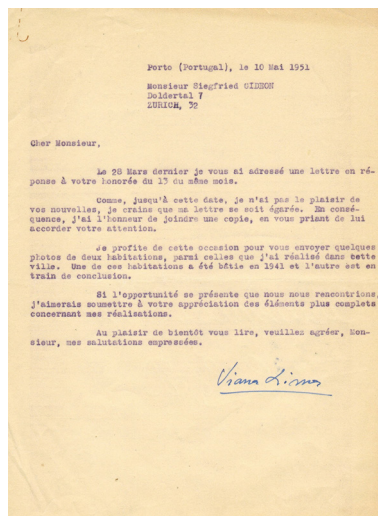


Figura 2.2.5. Carta 10 Maio 1951 (Viana De Lima a Siegfried Giedion), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

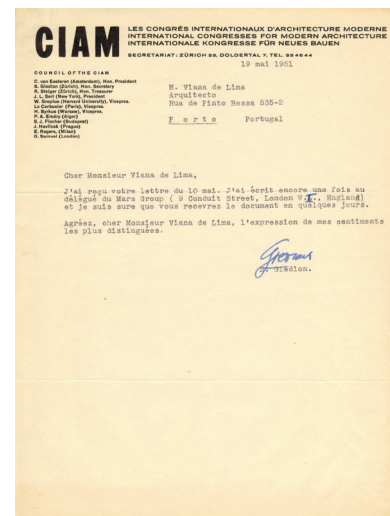


Figura 2.2.6. Carta 19 Maio 1951 (Siegfried Giedion a Viana De Lima), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

Formas do Habitat “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

MARS GROUP
9, Conduit Street, London, W.1. Mayfair SW14/6

Monsieur Viana de Lima,
Rua de Pinto Basso 555-2º
Porto,
Portugal.

24th May 1951

Dear Sir,

I must apologise for the delay in replying to your letter to Mr. Wells Costes.

I have pleasure in enclosing the programme for CIAM 8 and in saying that the MARS Group will be very pleased to see you at Hoddenden.

I am arranging to reserve you a single room at Hoddenden, if you require more accommodation than this would you please let me know as soon as possible.

Yours faithfully,
Jonathan Squire
(Jonathan Squire)
Hon. Secretary

OWING, 31st. May 1951.

Mr. Jonathan Squire
9, Conduit St.
London, W.1.

Dear Sir,

Dear thanks for your letter of the 24th instant.

In reply I must inform you that I shall have a great pleasure in attending to CIAM 8 at Hoddenden, but I sincerely regret to be unable to present my work of mine, because of the scarcity of time.

I thank you for your kindness in reserving a single room for me, which is quite well. By the way, I want to tell you that there are two other Portuguese architects who would also like very much to attend to CIAM 8. I am wondering whether your regulations would allow him to accompany me there. Will you be so kind as to give me a reply on this particular at your earliest convenience?

Thanking you again for all your kindness,

I am, Dear Sir,
Yours faithfully,
Viana de Lima

MARS GROUP
9, Conduit Street, London, W.1. Mayfair SW14/6

Viana de Lima, Esq.,
Rua de Pinto Basso 555-2º
Porto,
Portugal.

6th June 1951

Dear Sir,

Thank you for your letter dated 31st. May.

I very much regret that the MARS Group cannot extend an invitation to the two Portuguese architects whom you mention. Accommodation is strictly limited and we have a large number of members of CIAM groups wishing to attend.

I am sure that you will appreciate that the conference is primarily for CIAM Groups and it was only at the instance of Mr. Gert that an exception was made in your case.

Yours faithfully,
Jonathan Squire
(Jonathan Squire)
Hon. Secretary

Figura 2.2.7. Carta 24 Maio 1951 (grupo MARS a Viana De Lima), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

Figura 2.2.8. Carta 31 Maio 1951 (Viana De Lima ao grupo MARS), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

Figura 2.2.9. Carta 16 Junho 1951 (Mars A Viana De Lima), Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

No discurso feito por Viana de Lima no CIAM VIII, consultado também no seu espólio, realçou o primeiro Congresso Nacional de Arquitetura em Portugal, sob o patrocínio do estado, em que diz que começaram a verdadeira luta pela aprovação das conclusões relativas à arquitetura, à educação e formação, aos organismos a criar ou remodelar, às medidas a tornar para melhorar a atividade profissional, à “forma portuguesa” dos novos edifícios, ao problema de habitação e urbanismo nacional. Tendo-se concluído “que no estudo dos problemas de urbanismo e construção, os princípios estabelecidos principalmente na carta de Atenas devem ser considerados objetivamente, sempre que surjam problemas semelhantes aos que deram origem à sua declaração, nunca esquecendo que a sua aplicação deve ser feita em contacto íntimo com as necessidades nacionais.”²¹

Também mencionou a realização de uma exposição de arquitetura contemporânea no Porto, composta exclusivamente por obras de arquitetos do norte do país, referindo que é no norte de Portugal que existe o maior número de apoiantes dos princípios que enunciou. Explicou ainda que foi utilizado um sistema semelhante à grelha do CIAM para a exposição, a fim de nos permitir visitar as principais cidades do país, com a intenção de fazer a nossa população urbana e rural compreender melhor os factos que podem resultar de novos desenhos e métodos. Apesar de frisar a modesta posição do nosso país no desenvolvimento, demonstra-se convencido que é o momento ideal para a criação do grupo português. Foi, deste modo, através da voz de Viana de Lima, que surgiu a formação do grupo CIAM português.

²¹ Citação do discurso CIAM VIII feito pelo Arquiteto Viana de Lima, consultado no seu espólio, Arquivo do Centro de documentação da FAUP (documento em anexo)

Após o congresso CIAM VIII, onde Viana Lima esteve presente, o encontro de *Sigtuna* teve particular importância, pois, foi a primeira vez que Portugal se tornou um grupo oficial. Este encontro, realizado de 25 a 30 de Junho de 1952, na Suécia, foi notável pela presença de vários jovens membros do CIAM e pela ausência das figuras centrais como Le Corbusier, Giedion, Sert e Gropius.

Numa carta também encontrada no espólio de Viana de Lima, de 30 de Outubro de 1951, Arménio Losa anuncia uma reunião dos membros fundadores do ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) para finalmente trabalhar na reorganização do grupo com vista à sua integração no CIAM.

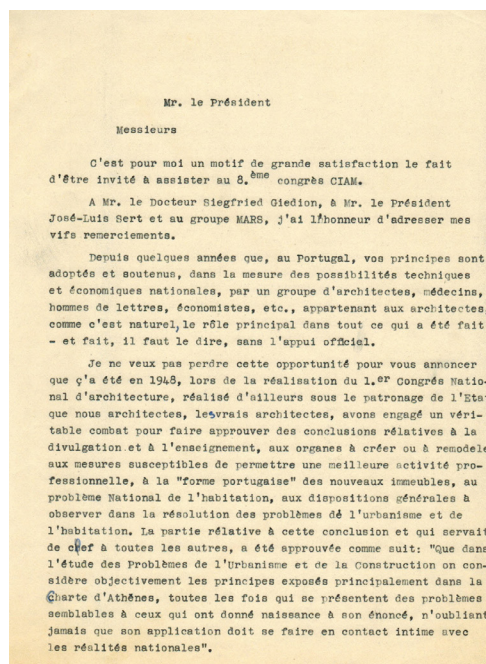


Figura 2.2.10. Viana de Lima, discurso CIAM VIII, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

Na reunião foram tomadas resoluções definitivas quanto ao destino dos ODAM e às obrigações, encargos e responsabilidades de cada membro. O grupo português nos CIAM era composto por membros do ODAM, formado em 1947 por arquitetos de destaque da escola do Porto, nomeadamente, Arménio Losa (1908-1988), Fernando Távora (1923-2005), Agostinho Ricca (1915-2010), Cassiano Barbosa (1911-1988), José Carlos Loureiro (1925-2022), Octávio Lixas Felgueiras (1922-1996), Mário Bonito (1921-1976), entre outros.

As discussões no encontro de *Sigtuna* focaram-se sobretudo, como iremos ver mais à frente no tema *Habitat*, representando uma mudança importante no pensamento do CIAM, que reflete olhar mais humano sobre arquitetura moderna. A escolha deste tema fez com que se criassem algumas ambiguidades, pois cada membro fez diferentes associações.

Porém apesar de não terem conseguido definir com exatidão o que se queria sugerir com *Habitat*, de maneira geral, assumiram como um meio que fomentasse o bem-estar físico e espiritual dos seus habitantes.

Estas primeiras utilizações do termo *habitat* irá representar uma mudança de valores e lógicas dos congressos seguintes, desta aproximação mais humana da arquitetura surge a ideia de que se deveria criar então, uma Carta do *Habitat* que, tal como a Carta de Atenas, serviria de guia e orientação do desenvolvimento futuro da arquitetura. Como vimos nos documentos do espólio do Arquiteto Viana de Lima, enquanto que Carta de Atenas é uma carta de urbanismo que prepara o quadro da vida humana por várias gerações, a Carta do *Habitat* trataria das células do corpo organizado pelo urbanismo. Essas Células variam ao longo do tempo de acordo com a necessidade e meios por isso não são aplicáveis a outros meios ou gerações.

*“La Charte de l’Habitat traite donc de l’aspect précaire, temporaire et variable du domaine bâti, tandis que la Charte d’Athènes considère son aspect permanent et durable.”*²²

Assim, a Carta do *Habitat* declara o dever de a sociedade proporcionar um *Habitat* digno a cada indivíduo que a constitui. Também cabe ao indivíduo dedicar uma atividade produtiva ao *Habitat*, isto é, abdicar dos direitos individuais em prol do bem comum.

Tal como foi mencionado no capítulo anterior, a própria noção de comunidade e a rede de ligações criadas entre os vários indivíduos, surgem das necessidades tanto materiais como espirituais do Homem quando este vem ao mundo. O coletivo surge de modo a facilitar a vida ao Homem e assegurar que a partir do seu nascimento as suas necessidades básicas estão garantidas, providenciando também a continuidade da espécie. Assim, é importante que cada Homem cumpra uma função neste corpo socialmente organizado.

Podemos comparar face ao capítulo anterior, em que também procurámos estudar a essência do *Habitat* com o estudo que foi feito pelos CIAM. Através da Carta do *Habitat* chegaram-se às seguintes conclusões: que o *Habitat* não é apenas um abrigo, mais uma célula de um corpo socialmente organizado, e esta célula depende deste corpo do qual é parte integrante. A célula sem este corpo perde todo o sentido em que o entendemos. O *Habitat* do ponto de vista individual assegura que a família satisfaz as suas próprias necessidades espaciais, biológicas, espirituais e emocionais, e protege-a dos elementos e fenómenos externos. Ao mesmo tempo que assegura as manifestações da vida individual e familiar, o *Habitat* permite a integração desta vida individual nas manifestações da vida da sociedade. Para além disso, é essencialmente evolutivo, cabendo à Carta do *Habitat* expressar objetivos permanentes e universais.

²² Citação do documento Intitulado “Charte de l’habitat”, consultado no espólio do Arquiteto Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

Tradução livre: “A Carta do Habitat trata, portanto, do aspecto precário, temporário e variável do ambiente construído, enquanto a Carta de Atenas considera o seu aspecto permanente e duradouro.”

Estes objetivos deverão ter em consideração quatro aspetos humanos essenciais: o espaço, a biologia, a mente, a sensibilidade. Exemplificando, o controlo do sol é um problema universal e permanente, porém, procurar o sol, proteger-se dele são aspetos particulares ou locais deste problema. Um problema geral requer soluções particulares.

O tópico da Carta do *Habitat* voltou a ser discutido no CIAM IX que ocorreu no ano de 1953 em Aix-en-Provence, França com o seguinte título: *Charte de l’habitat*. Este congresso foi o maior e mais diversificado dos CIAM, com vários novos delegados. Houve a necessidade de completar o título para evitar más interpretações acrescentando “*the dwelling*”, ou seja visava sobretudo as áreas residenciais. Baseou-se em três principais tópicos, a nossa maneira de viver, configuração física para o indivíduo e para a comunidade e as implicações técnicas.

O tema era bastante complexo porém o material que foi apresentado foi muito bom. Este congresso, por ter tido a participação de muitos arquitetos para sessão de considerada de trabalho e com a agravante de a duração ser demasiado curta, como resultado, não foi possível elaborar resoluções ou declarações finais, mas foi um passo muito importante para os acontecimentos posteriores. Tornou os grupos do CIAM mais interessados no tema do *Habitat*, uma vez que os documentos mostrados tornavam mais claras as deficiências da Carta de Atenas. Neste congresso, o principal esforço foi dado ao estudo, análise, discussão e confronto de exemplos de projetos apresentados pelos diferentes grupos. No programa recebido por Viana de Lima referente a este congresso vem ainda enunciado que “*L’ensemble de tout ce que l’homme organise et construit pour habiter est un tout organise et non pas l’addition de parties indépendantes. Par conséquent la modification d’une partie modifie le tout, et l’organisation d’une partie a une répercussion sur l’organisation du tout.*”²³

A função de viver varia continuamente de acordo com a evolução da sociedade. Portanto, a organização do que o homem constrói para habitar deve ser suficientemente flexível para acompanhar esta evolução, isto é, deve ser capaz de mudar perpetuamente, não devem ser passivas. Existe uma ação e reação constante entre este “recipiente” e a vida humana que nele se desenvolve. Os homens ditam o programa de organização do ambiente, e este ambiente reage às pessoas influenciando-as continuamente e ajudando a moldar as suas vidas.

Apesar do objetivo principal ter sido a formulação da Carta do *Habitat*, não existiu uma conceção clara da mesma, o objetivo ficou por cumprir, houve apenas o trabalho de análise apresentado pelas comissões. Alguns dos membros mostraram a necessidade de ter uma recapitulação e uma síntese do pensamento resultante do CIAM IX e como este poderia ter continuidade no CIAM X e por isso promoveram um encontro em *Doorn*, na Holanda, em Janeiro de 1954.

²³ Citação do documento do programa do CIAM IX, consultado no espólio do Arquiteto Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP. (documento anexado)

Tradução livre: “O conjunto de tudo o que o homem organiza e constrói para habitar é um todo organizado e não a adição de partes independentes. Por isso, o mosaico de uma parte modifica o todo, e a organização de uma parte repercute-se na organização do todo.”

A Team X, ficou assim denominada por ser o grupo de arquitetos responsável pela organização do CIAM X, podemos considerar deste modo a sua formação no nono congresso, em Aix-en-Provence. As figuras centrais do grupo foram sobretudo Jaap Bakema (1914-1981), Georges Candilis (1913-1995), Giancarlo De Carlo (1919-2005), Aldo van Eyck (1918-1999), Alison e Peter Smithson (1928-1993 e 1923-2003, respetivamente) e Shadrach Woods (1923-1973).

Deste encontro em *Doorn* resultou um manifesto, que marca então ponto de partida da Team X e que serve de prefácio para o CIAM X. No encontro de *Doorn* procurou-se determinar o porquê dos métodos analíticos da Carta de Atenas não estarem a produzir “boas” cidades e, também, porque é que o sistema de comissões usado no recente congresso não foi produtivo. O encontro decidiu que a análise por meio das quatro funções de Atenas (viver, trabalhar, recrear-se e circular), apesar de ter dado provas de ser um útil instrumento para tornar evidente a desordem mecânica das cidades, mostrou-se inadequada quando colocada perante a construção e reconstrução urbana. O encontro decidiu que a razão disto era que uma tal análise era impotente para utilizar (num sentido criador) as forças do agrupamento humano é que devem ser a base do urbanismo.

É evidente que aquilo que se refere à organização da vida se escapa pelas malhas das quatro funções e está, de facto, para além dos objetivos de um pensamento analítico. Para entender as associações humanas deveria considerar-se cada comunidade como um complexo particular e total. Sugeriu-se que cada problema deve ser considerado como pertencendo a um dos campos seguintes – Logarejo, Aldeia, Cidade, Metrópole ²⁴ - que se apresentam, em forma de diagrama. Criaram-se então quatro classes de trabalho, agregadas a cada um dos quatro campos.

Dando ao congresso a possibilidade de estudar formas ou funções particulares, dentro do seu contexto próprio. Por exemplo, uma metrópole poderia ser comparada com a expansão de outras metrópoles ou ser confrontado com expansões numéricas similares em diferentes campos.

As palavras “Metrópole”, “Cidade”, “Aldeia”, “Logarejo” são símbolos de uma série muito mais complexa de relações e acarretam um significado superior do que denominações meramente quantitativas tal como “grande grupo”. É do conhecimento comum de que, dentro destas categorias que foram definidas existem como entidades e podem considerar-se como constantes. E, embora evoluam, é indispensável reconhecê-las como pontos de partida.

No CIAM X poderiam ser encontrados novos tipos de agrupamento, mas começou-se pelo reconhecimento daquilo que a sociedade já construiu, as qualidades fundamentais de comunidade a que damos o nome de e “Metrópole”, “Cidade”, “Aldeia”, “Logarejo”.

²⁴ Denominações presentes num documento intitulado “CIAM X”, consultado no espólio do Arquiteto Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

Formas do Habitat “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

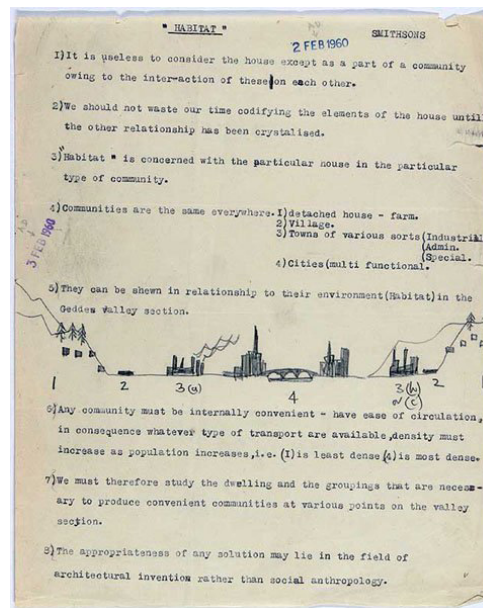


Figura 2.2.11. Manifesto de Doorn, resultado do encontro em Doorn em 1954.

No encontro de *Doorn*, considerou-se também como essencial que os projetos apresentados no próximo congresso não fossem tentativas banais para fornecerem condições tidas como ideais, tal como aconteceu na Carta de Atenas, mas sim, projetos com o propósito de encontrar solução para ajudar a resolver alguns dos problemas que a Carta de Atenas não reconheceu e que se consideram vitais.

Este trabalho preliminar foi apresentado no conselho do CIAM em Junho de 1954. Na mesma ocasião foi sugerido que tenha sido prematuro fixar o objetivo final das investigações, com uma Carta do *Habitat*, e que a excessiva preocupação de “procurar a Carta” e uma teoria, fez com que de facto o estudo do *Habitat* fosse reduzido. Desta vez, no CIAM X, os esforços deveriam concentrar-se na investigação e não na produção de uma “carta”, e por essa mesma razão decidiu-se abandonar o termo “carta” no congresso.

Na preparação dos seus projetos os grupos poderiam empregar os métodos que entendessem como necessários para se chegar a uma solução, sejam eles quais fossem, como, por exemplo, a colaboração com engenheiros, antropologistas e especialistas de qualquer área. Mas o congresso apenas estaria interessado nestas colaborações se delas resultassem termos de arquitetura e não em diagramas de relações ou estudos analíticos.

No décimo CIAM, que se realizou em Dubrovnik, e com o seguinte tema: “*The Habitat: Problem of inter – relationships*”, teve a intervenção de uma nova geração da qual fazem parte, entre outros, Van Eyck, Bakema, os Smithson e De Carlo, que como vimos anteriormente, colocaram em causa o funcionalismo e responsabilizaram os seus defensores por ações onde se constata a individualização de funções, a rigidez formal e a escala desumana que serviram de impedimento à vida social que era pretendida no *Habitat*.

De modo a exemplificar este argumento são utilizados como exemplo os aglomerados tradicionais, que serão apontados como paradigmas de situações onde o processo de relação entre os habitantes tem grande complexidade e riqueza. Távora, em total consonância com este posicionamento, é, juntamente com Viana de Lima, um dos arquitetos presentes neste congresso. Antes do congresso decorrer, foi lamentavelmente anunciado que o CIAM X, não poderia ter lugar no próximo ano em Argel, devido à eclosão da revolta. O grupo português propôs que o congresso se realizasse em Portugal, no entanto o convite acabou por ser recusado.

O grupo concordou que o CIAM X tinha três tarefas: preparar a Carta do *Habitat*, extrair novo material sobre as relações a partir das novas grelhas da carta e determinar o futuro do CIAM. A acta enfatiza ainda o acordo de que todos os trabalhos principais para a Carta do *Habitat* devem ser concluídos antes do final do CIAM X.

Cerca de um ano antes do CIAM X, deu-se início à realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, acabou posteriormente por ser publicado em 1961, numa obra intitulada *Arquitetura Popular em Portugal*. Este Inquérito, ou “investigação sistemática dos elementos da nossa arquitetura tradicional”²⁵ foi orientada pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos e “Propôs um “olhar” sobre a arquitetura de génese vernácula, tendo demonstrado existirem relações autênticas entre cultura, geografia e construção. (...) Os arquitectos procuraram através do estudo da arquitectura vernácula o conhecimento de uma arquitectura intemporal que não tem Tempo: na transmissão do conhecimento de geração para geração, de um modo de construir com os materiais saídos da terra, integrados nos contextos climáticos e geográficos.”²⁶

Segundo o Ana Tostões, o Inquérito é reflexo das preocupações da nova geração, uma renovação do modo de pensar que procura uma fundamentação histórica baseada nas raízes orgânicas da arquitetura.

²⁵ Citação da obra de Ana Tostões, 2015, *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p.287.

²⁶ Citação da obra João Santa Rita, 2021. *Projectar com o clima em Portugal: entre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e a Revolução de Abril, 1955-1974*, Lisboa: IST - tese para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura, p.37.

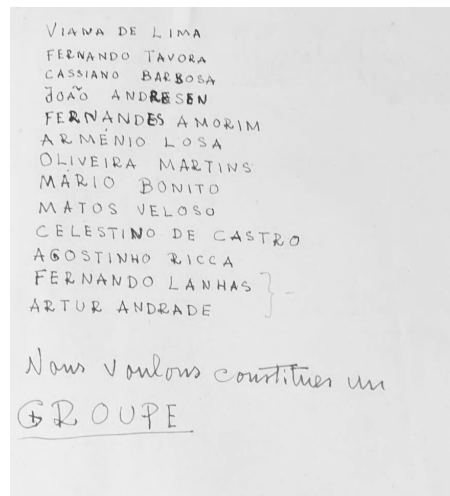


Figura 2.2.12. Viana de Lima, Esquício com os elementos pertencentes ao grupo CIAM Port, Espólio do Arq. Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP.

A iniciativa foi apoiada pelo governo, pois acreditavam que iria servir para um aportuguesamento da arquitetura moderna, porém tal como foi referido pelo arquiteto Sérgio Fernandez na entrevista prestada, o Inquérito evidenciava o oposto, um Portugal possível que estava desconhecido. Afinal havia tantas tradições quanto regiões, recorrentes pelas diferentes condições do *Habitat*.

Este equívoco, como o Inquérito, era símbolo da resistênciados arquitectos face à estagnação da arquitetura nacional fruto da vontade do regime do Estado Novo. Nos arquitetos portugueses nascia um desejo pelas lições que só da arquitetura popular se conseguiria extrair. Lições de economia de meios, de funcionalidade, de engenho, de pragmatismo... entre muitas outras, que sem dúvida podem acrescentar à formação académica, mais técnica e teórica de um arquiteto.

Assim, revelava uma arquitetura provavelmente mais eficaz para o nosso contexto económico e social, para a nossa realidade do que propriamente as teorias e os modelos importados dos outros países. Descobrir essa arquitetura foi deste modo essencial para retirar várias lições e fundamentos que poderiam ser aplicados.

O espírito do inquérito era uma aproximação mais sensível ao homem e por isso há a manifestação de uma humanização da arquitetura. Esta iniciativa mobilizou vários arquitetos, organizados em seis equipas e tinham por objetivo proceder ao estudo das verdadeiras condições de habitação para melhor compreender de que forma a variação das condições do lugar condicionava o tipo de construção. Após este conhecimento das tradições regionais, seria possível constatar o que levou à adoção de certas técnicas e como foram solucionados os problemas associados ao meio e às condições de vida de cada região, de facto, a aparência de cada construção era verdadeiramente influenciada pelas

condições do *Habitat* de cada local. Tudo isto era merecedor de uma análise profunda para posteriormente se poder alicerçar o novo pensamento arquitetónico.

Para a leitura do território para o Inquérito utilizou-se a geografia de Orlando Ribeiro (1911-1997), que foi um dos especialistas de outra área consultado para complementar o enunciado e as diretrizes que deveriam ser estabelecidas. O livro “Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico” foi assim uma das principais referências bibliográficas para os arquitectos do Inquérito.

Keil do Amaral, enquanto coordenador da iniciativa, propôs a divisão geográfica do território nas regiões norte, centro e sul e a atribuição, a cada equipa, de uma zona específica. Visitaram-se várias povoações e foi feito um levantamento detalhado - fotografias, desenhos, levantamentos, notas escritas - representativos da arquitetura de cada região.

Zona 1- Minho: Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres;

Zona 2- Trás-os-Montes: Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias;

Zona 3- Beiras: Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato;

Zona 4- Estremadura: Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco Silva Dias;

Zona 5- Alentejo: Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo Mata Antunes;

Zona 6- Algarve: Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres.

“O conhecimento das realidades sociais das populações para quem se dirige a produção arquitectónica começa a considerar-se imprescindível para uma correcta ação disciplinar. O Inquérito, contribui, desde o início da sua elaboração, para a revelação dessa realidade fora dos centros urbanos. Será necessário então conhecer nestes, o comportamento da população perante o ambiente construído a fim de se detectarem os tipos de respostas a dar para uma efectiva promoção das suas condições de vida. A importância da sociologia, bem como o estudo da cidade, marcarão profundamente, a partir do fim dos anos cinquenta, os profissionais mais atentos às realidades concretas do País.”²⁷

Surge um novo olhar sobre o território, arquitetura e a população. Este contacto com a realidade exterior aos centros urbanos, a noção de que existe um Portugal muito diferente do que o experienciado nas grandes cidades, irá criar também uma nova amplitude no domínio da habitação social. A tomada de consciência da necessidade de conhecimento das realidades sociais das populações para quem dirige a operação, começando a falar-se do tema da “participação” e a dar-se grande importância às questões da sociologia, sobretudo da sociologia urbana.

²⁷ Pensamento retirado da obra de Sérgio Fernandez, 1988, *Percurso da Arquitectura Portuguesa 1930-1974*. Porto: FAUP, p.115.

A arquitetura popular podemos quase considerar como uma exposição permanente. Os edifícios expõem as instruções de utilização, o método de construção dos seus elementos, para que não se esqueça os passos a seguir, mantendo a memória da sua própria técnica. É uma ferramenta para transmitir conhecimentos técnicos e preservar a memória histórica dos homens, para além da morte.

Todos os elementos da construção e por vezes a própria forma do edifício registam e recontam histórias que só através da memória humana e da oralidade por si só teriam-se certamente dissipado. Para além disso, a arquitetura não é apenas a expressão da sua própria linguagem material, física e estrutural, mas o meio narrativo de uma cultura, religião, política, permitindo recordar uma arte de viver. Torna-se um exemplar acessível e intuitivo por ser independente das leitura e da escrita.

2.3. A pertinência do contexto português

Assim, o CIAM X decorreu entre 3 e 13 de agosto de 1956, e contou com a presença de duzentos e cinquenta elementos vindos de quinze países. Portugal foi representado por Viana de Lima e Fernando Távora, que apresentaram, tal como solicitado, uma proposta de uma solução de *Habitat*, organizada em quatro painéis. A sua proposta refletia o recente Inquérito, e tratava-se de uma comunidade rural.

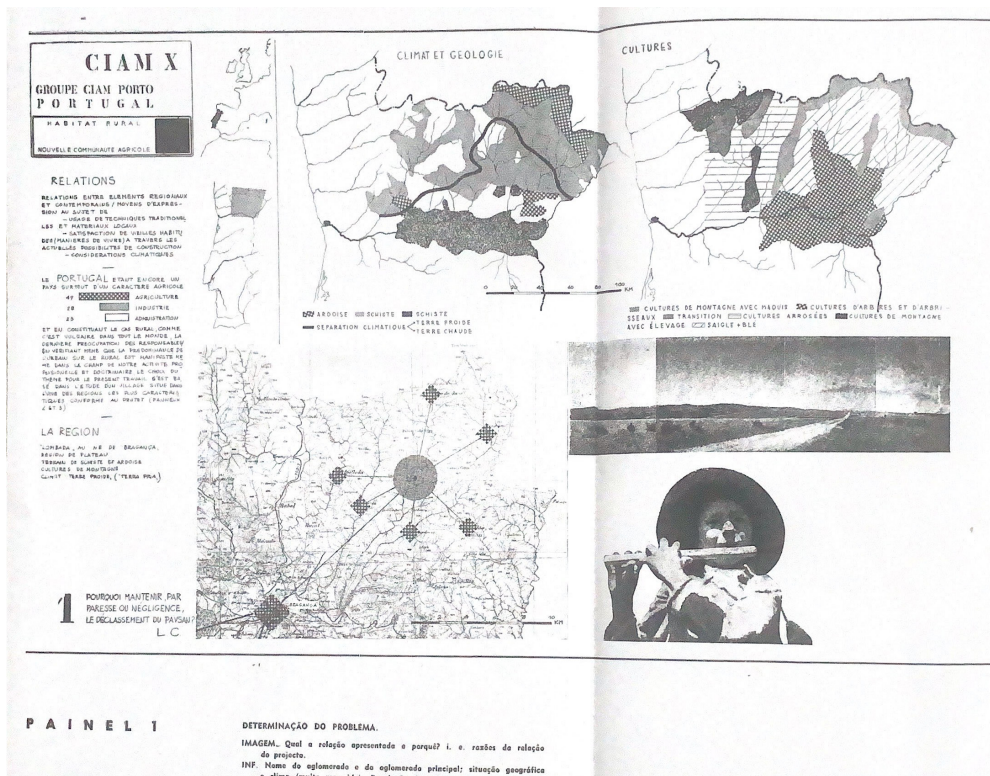


Figura 2.3.1. Painel 1, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista *Arquitectura*, 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».

O Painel 2, é focado na escala do aglomerado, a proposta situa-se num vale agrícola, ocupando as duas margens de um rio e desenvolvendo-se paralelamente ao seu curso de água, seguindo a ondulação do terreno.

A praça é um ponto de contacto entre as duas margens, permanecendo a igreja fora do centro e o “grupo cooperativo” com ligação direta para os campos agrícolas. O “Grupo cooperativo” inclui diversos equipamentos para uso coletivo, a escola, e os grandes edifícios de produção agrícola. A unidade habitacional está localizada em linhas orgânicas, paralelas ao rio, deixando assim disponíveis os terrenos férteis ao longo do percurso. O plano prevê a habitação de uma disposição evolutiva que agrupa 2, 4 ou 6 módulos de casas, intercalados com pequenas estruturas coletivas que as suportam, dando algum fôlego a todo o conjunto.

Seguindo a sucessiva aproximação de escala ao espaço doméstico, o Painel 3, aborda o conjunto habitacional proposto. A habitação é organizada em torno de uma peça central, o *foyer*, núcleo da vida doméstica. O equipamento sanitário e a supressão da coabitação com o gado, constituem novas soluções para a pobreza existente. A planta permite não só uma grande variedade de tipologias adaptáveis aos diversos agregados familiares, mas também a possibilidade aumentar a área através de pequenas obras que os próprios membros da família podem fazer. Um processo de autoconstrução que é simultaneamente um processo de apropriação que permite converter a habitação-tipo na “sua casa”.

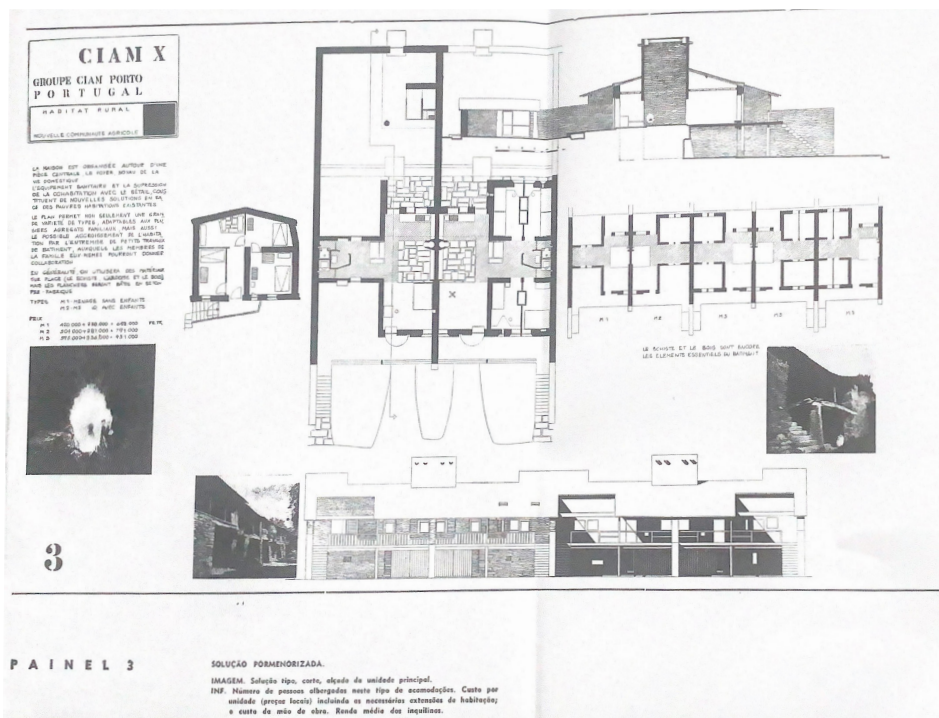


Figura 2.3.3. Painel 3, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista Architectura, 1956. «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».

Não sendo um processo de anexação de novas estruturas, mas sim da criação de zonas de expansão coerentes com a estrutura original, este processo de expansão fomenta a estabilização da família no mesmo núcleo habitacional, criando assim possíveis relações de identidade e enraizamento. Para a construção propõe-se a utilização de materiais existentes no local, xisto, ardósia e madeira. Porém, os pavimentos em betão pré-fabricado. Por último, no Painei 4, definem-se os elementos fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

O *Foyer*, como centro da habitação e prolongamento natural do alpendre. Com os seus degraus e a lareira como coroamento da cozinha, permite que a vida familiar seja mantida numa base verdadeiramente humana.

O Largo, centro de reunião da vida em sociedade e por isso o lugar escolhido para as lojas (a venda), e a sede das organizações administrativas. O Grupo cooperativo, uma inovação incomum no meio.

Ainda no painel 4, a proposta ia além dos aspetos formais e técnicos do projeto. Foi denunciada a realidade dos aglomerados rurais existentes, com falta coesão social, sem poética da realidade e sem se preocupar com o realismo da vida.

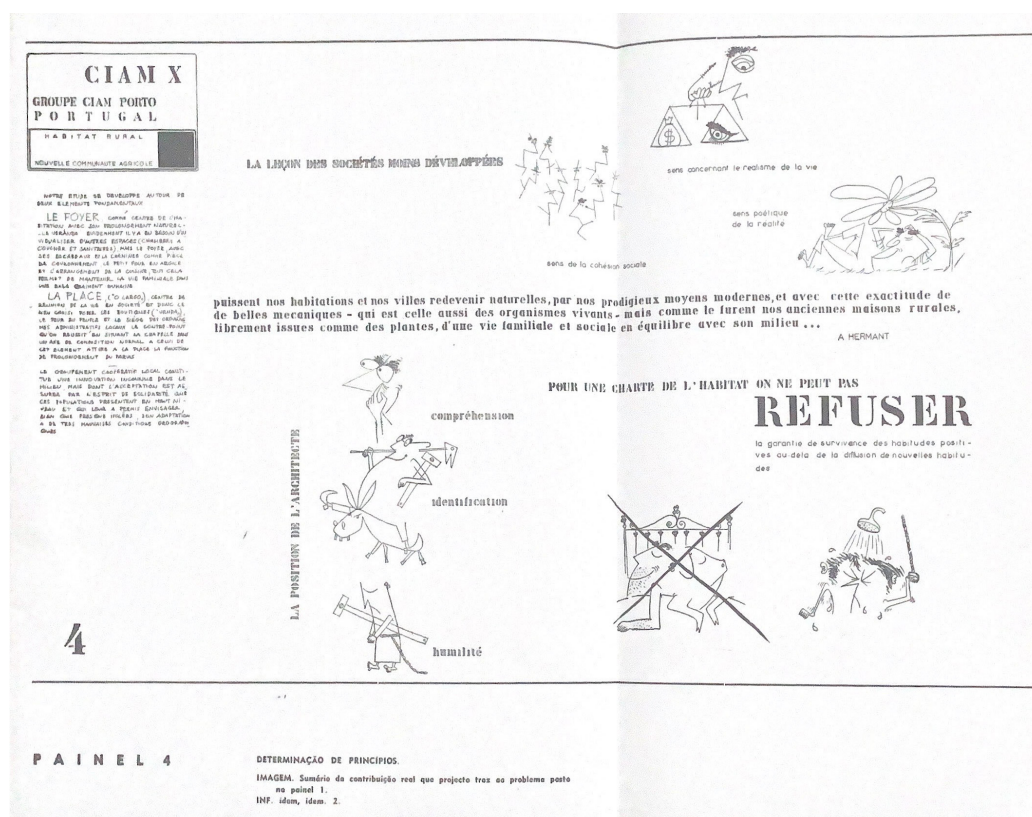


Figura 2.3.4. Painei 4, apresentado no CIAM X pela equipa portuguesa, revista *Arquitectura*, 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM».

Deste modo, era essencial os arquitetos demonstrarem uma atitude compreensiva e humilde, de maneira a entenderem os diferentes modos de habitar do nosso país. O contexto português caracterizou-se pela intenção de reinventar a reunião entre os arquitetos e o contexto social, económico e político. Esta reinvenção do papel dos arquitetos na sociedade estava relacionada com a intensificação de abordagens multidisciplinares e a abertura da arquitetura às ciências sociais.

Os CIAM terminarão, em 1959, em Otterlo. A validade absoluta dos princípios do movimento Moderno, com esta nova tendência humanista, tinham sido definitivamente considerados redutores, e consequentemente surgem conflitos no seio do grupo.

Apesar da maioria dos grupos internacionais dos CIAM terem terminado a sua atividade após o CIAM 10, foi em Otterlo que se anunciou, oficialmente, o fim dos congressos. O encontro decorreu entre 7 e 15 de setembro de 1959 e nele estiveram presentes em média quarenta arquitetos vindos de vinte países, inclusive o as principais figuras da Team X. O CIAM de Otterlo serviu para exemplificar a questão da importância do utente e da comunidade, sugerindo que a noção corrente de espaço e tempo deveria ser substituída pelo conceito mais vital de lugar e ocasião.

Quanto à participação portuguesa, estiveram presentes Viana de Lima, Fernando Távora e os estudantes: Bento Lousã, Sílvia Viana de Lima e Sérgio Fernandez. Viana de Lima apresentou o projeto do Hospital de Bragança e Fernando Távora apresentou o Mercado de Santa Maria da Feira. Numa outra sessão de apresentações, Viana de Lima apresentou a Casa das Marinhas, projetada entre 1954 e 1957, e Fernando Távora apresentou a Casa de Ofir, projetada entre 1957 e 1958. Contrariamente ao Hospital, o projeto do Mercado de Fernando Távora foi bastante elogiado, sobretudo por Van Eyck, pois suscitou o diálogo acerca da possibilidade de a arquitetura gerar o encontro social espontâneo.

Na entrevista ao arquiteto Sérgio Fernandez, presente enquanto estudante, podemos ter uma perspetiva na primeira pessoa deste congresso.²⁸

²⁸ Sérgio Fernandez, conta que trabalhava com o arquiteto Viana de Lima e era amigo do arquiteto Távora e, juntamente com um colega fizeram uma viagem para visitar as obras de Le Corbusier e decidiram ir ver o congresso dos CIAM. Estavam convencidos de que chegariam lá e que os mandavam embora, e foi exatamente o contrário, foram muito bem recebidos, estiveram em todas as sessões, no entanto não intervieram. Foi para ele um deslumbramento porque os autores dos livros todos que idolatravam estavam lá, enquanto estudantes foi uma experiência muito enriquecedora.



Figura 2.3.13. Jerzy Soltan, Alfredo Viana de Lima, Oskar Hansen, Ralph Erskine, Kenzo Tange, no último CIAM de Otterlo, em 1959 , ASP Archive, Warsaw

Capítulo 3 - FORMAS DO HABITAT, ruralidade

3.1. A Lição de Rio de Onor

Sérgio Fernandez era um jovem arquiteto na época em que presenciou este debate sobre o *Habitat*, em ambos os contextos, o europeu através dos CIAM e o português, mais modesto e rural. Assim, utilizarei como caso de estudo, o seu projeto para o CODA (Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto) publicado em 1964.

A sua minúcia na observação das problemáticas da aldeia, as relações pessoais estabelecidas entre a comunidade e sua proximidade com os habitantes reflete-se numa abordagem que se destaca face a maioria das intervenções arquitetónicas. As formas deste *Habitat* rural, sobre o qual se debruçou Sérgio Fernandez, levanta interessante discussão da perspetiva social e económica da comunidade e de que modo estes tópicos se repercutem na forma de habitar.

Este projeto tem semelhanças com o projeto apresentado pelo grupo português no CIAM X, no modo de entender o espaço rural, e pelo facto também de ambas as aldeias localizarem-se em Bragança. Porém, considero este projeto de Sérgio Fernandez mais completo em termos metodológicos, pois debruça-se com mais detalhe nas questões sociais da comunidade e também demonstra uma busca muito próxima e direta por esse conhecimento.

Os documentos referentes a este projeto, englobam uma descrição e análise pormenorizada de todas as características da aldeia (do *Habitat*) quer através de texto ou desenhos, e demonstram eficazmente os tópicos que intervêm na “equação” do *Habitat* a que foi referido no primeiro capítulo. Um exaustivo levantamento fotográfico tanto de pessoas como de trabalhos agrícolas, diário de campo e calendário com os trabalhos mais significativos. Por essa mesma razão encontrei neste projeto/estudo um ótimo processo arquitetónico que considero ser importante relembrar.

Habitat = Habitação + Prolongamento Habitação

Habitat = Homem + Organização Social + Meio

Homem = Necessidade Material + Necessidade Espiritual

Organização Social = Económico + Social + Financeiro + Leis

Meio = Geografia + Clima

Sérgio Fernandez é um arquiteto da escola do Porto e a sua formação ocorre na fase de realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, ou seja, no momento de charneira do modo ver a arquitetura em Portugal. Como o próprio menciona iniciou o curso a venerar Le Corbusier, priorizando a modernidade, e acabou por se converter a um pensamento mais humanizado fruto desse contacto com a arquitetura popular.

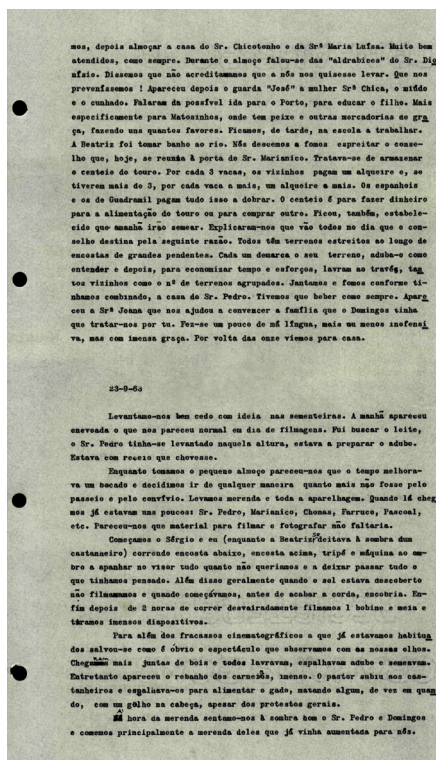


Figura 3.1.1. Sérgio Fernandez, Página do diário, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Esta descoberta de novas referências criada da escassez de recursos e sem arquitetos foi algo decisivo, despertou a curiosidade em conhecer o contexto económico e social da realidade. O trabalho final do curso seria então o pretexto ideal para aprofundar este género de questões do seu interesse pessoal.

Antes de avançar, é meu dever elucidar de que modo surgiu esta intervenção. Na entrevista, Sérgio Fernandez explica que o projeto foi proposto por ele e posteriormente aprovado pelos orientadores e tinha como objetivo procurar saber o que um curso superior poderia fazer numa situação extrema, como era o caso da realidade rural de Rio de Onor. Uma vez que estava ligado ao arquiteto Viana de Lima, que foi consultor em Bragança, surgiu essa oportunidade. Pois, de facto, desconhecia Rio de Onor, foi Viana de Lima que abriu as perspetivas e interesse para os problemas do contexto rural.

Estas problemáticas notadas por Viana de Lima recorrem das influências que teve nos congressos dos CIAM pois, tal como vimos anteriormente, também ele apresentou no CIAM X, uma aldeia modelo em Bragança. Outra figura relevante neste estudo foi Carlos Ramos (1897-1969), que aceitou o trabalho e sua integração no Centro de Estudos da ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto), e fez as diligências no sentido de criar facilidades junto das autoridades de Bragança. Sérgio Fernandez

esteve um período sozinho a viver em Rio de Onor e um outro período esteve acompanhado por quatro colegas.

É notória a admiração e agradecimento do arquiteto Sérgio Fernandez à população de Rio de Onor e Rihonor que segundo ele, lhe abriu as suas portas, mostrou interesse pelos problemas e lhes prestaram um sincero diálogo. Proporcionaram-lhe com a maior boa vontade tudo o que puderam oferecer, desde alimentação, alojamento, que fizeram sentir como um membro da família.

O processo passou por várias fases antes de se iniciar qualquer estudo de planificação para o trabalho, surgiu a hipótese de ser entregue o projeto para a Casa do Povo de Rio de Onor, este fator centralizou assim a atividade. Posta esta condicionante, começaram por analisar o problema, igualmente importante da recuperação de aldeias no aspeto de equipamento coletivo.

Pretendiam encarar os problemas da vida rural e tentar a sua resolução, apesar de todas as limitações, queriam contribuir com o que a profissão diz respeito, para encontrar uma solução. As condicionantes que foram encontradas e que afetaram a organização de um aglomerado rural exigiram que o grupo de trabalho estabelecesse diálogos diretos com a população. Estes apenas foram possíveis após uma permanência demorada e uma participação no dia a dia das referidas populações. Deste modo, o

amadorismo dos recursos e do processo arquitetónico foi compensado pela aproximação à população.



Figura 3.1.2. Sérgio Fernandez, Levantamento, Planta da aldeia de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

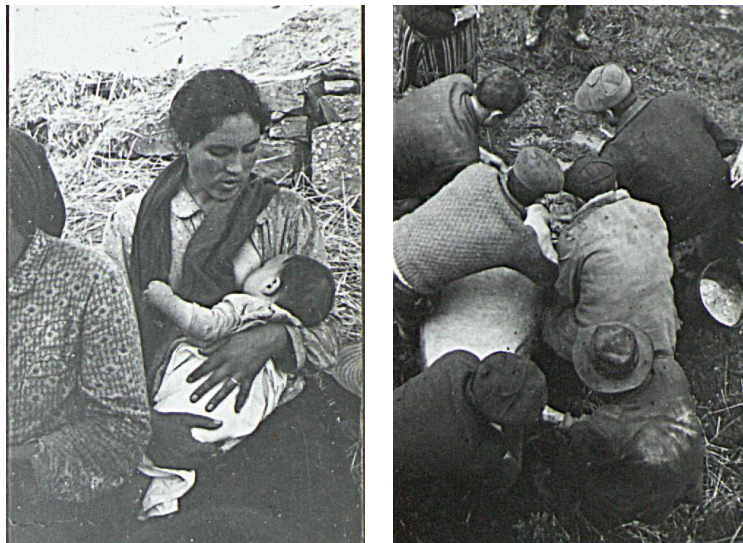


Figura 3.1.3. e 3.1.4. Sérgio Fernandez, População, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Homem = Necesidade Material + Necesidade Espiritual

Sérgio Fernandez permaneceu na aldeia um ano e apesar de ter sido muito difícil devido às condições, foi muito enriquecedor porque foram criadas relações de amizade que se mantiveram até aos dias de hoje. Conta que se estabeleceram relações muito boas e do ponto de vista metodológico foi bastante útil pois foi decidido, juntamente com os colegas que para avançar era necessário de conhecer realmente as pessoas e a melhor maneira de conhecer as pessoas foi criando esses laços que permitiram sentir, discutir e analisar os seus problemas profundamente.

Num olhar romantizado da vida rural de Sérgio Fernandez, julgava que a aldeia deveria preservar-se conforme estava. No entanto, em convivência com a população entendeu que de facto existiam bastantes dificuldades e desafios no modo e forma de habitar. Tomou consciência de que a população vivia completamente isolada e sem os serviços básicos atribuídos, eletricidade, abastecimento eficaz de água... Para realçar a falta de condições, a aldeia teria sido formada no séc. XIII e seriam muito poucas as alterações que foram feitas.

De forma a conhecer melhor a população, foi executado um inquérito a cada família, com questões que abrangiam os mais variados tópicos, nomeadamente a sua identificação, as suas ocupações, o uso e posse de terrenos ou habitações, o tipo de alimentação, os instrumentos de trabalho que possuíam, o estado de saúde e a sua escolaridade.

Meio = Geografia + Clima

Salientando-se a contribuição de Jorge Dias (1907-1973) , para o conhecimento da aldeia, através da sua obra “Rio de Onor - Comunitarismo Agropastoril” de 1953. Iniciou-se com uma análise geral do aglomerado e as lógicas que este estabelece com o meio em que se insere.

Citando o texto escrito por Sérgio Fernandez, “Rio de Onor apresenta condições geográficas bem definidas. Na zona de terra fria, uma cota que vai dos 700 aos 750 metros, situa-se na fronteira linha de demarcação totalmente fictícia sob o ponto de vista geográfico. Ao falarmos de Rio de Onor está implícito Rihonor de Castilla. Na realidade não se trata de dois aglomerados distintos, mas sim duma povoação localizada em dois países. Os dois núcleos apresentam apenas as diferenças que decorrem logicamente do facto de haver organismos oficiais diferenciados.”

Apesar de serem dois países, a relação entre ambas as comunidades era constante, como Sérgio Fernandez menciona, para além de haver relações familiares, havia uma troca permanente de pessoas rotas... O que é um pouco antagónico visto que a fronteira era rigorosamente vigiada fruto do regime.

O seu isolamento relativamente a centros de carácter urbano, agravado pela total ausência de acessos pelo lado espanhol e pelo seu péssimo estado dos acessos, relativamente recentes, do lado português, fomentaram a independência deste conjunto.

A aldeia desenvolve-se ao longo dum vale, as casas implantam-se segundo as linhas de nível das elevações marginais. No topo norte do aglomerado português o rio flecte para poente e o relevo que lhe determina essa orientação, forma uma barreira aos ventos gelados da serra da Sanábria. O rio é um elemento determinante no esquema de organização da aldeia; atravessado num único sítio pela ponte há outra travessia ao nível do leito, apenas utilizável no verão, rege toda a composição urbanística; dois arruamentos paralelos a ele e com perfil longitudinal pouco acidentado determinam, com a ponte um esquema em forma de H. As ruas secundárias, que partem em sentido normal ao das duas ruas principais são de fortes pendentes.

Os arruamentos são relativamente estreitos, beneficiando, no entanto, dos espaços que se estendem sob as varandas, que quase todas as casas ainda vão tendo. A ponte termina por dois espaços amplos, de relativa horizontalidade.

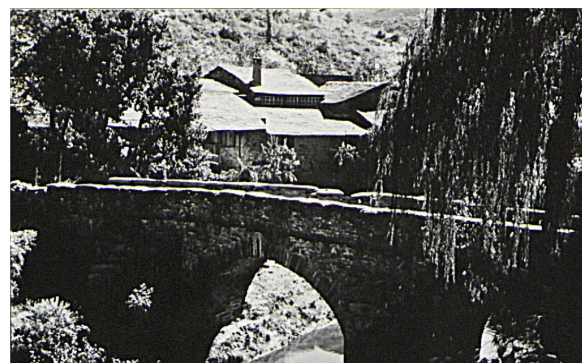


Figura 3.1.5. e 3.1.6. Sérgio Fernandez, Paisagens de inverno e primavera, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Organização Social = Económico + Social + Financeiro + Leis

Fruto das várias restrições derivadas do meio em que está inserida, tanto a nível geográfico como climatérico, faz com que a região de Rio de Onor esteja isolada de vários serviços e apoios tendo sido criadas instituições próprias que regiam o sistema de vida. Existia uma acentuada comunicabilidade entre habitantes, todos participavam na resolução dos problemas que surgiam e que afetavam a população em geral, o mesmo sucedendo a problemas de carácter mais particular.

O órgão legislativo e executivo para a comunidade tanto de Rihonor como de Rio de Onor, é o conselho, constituído apenas por homens, segundo o inquérito feito por Sérgio Fernandez à população, a razão seria porque as mulheres faziam muito barulho. Esta autogestão, imposta pelas necessidades, dá a oportunidade de cada um participar nos interesses da comunidade. Reuniam-se normalmente uma vez por semana, no mínimo, e a deliberação era mediante uma votação feita após a discussão. Sempre que qualquer assunto pudesse interessar à comunidade, é apresentado aos mordomos que tocam o sino, convocando assim todos os vizinhos.

Tinha, para além do mais, uma ação social fantástica, por exemplo, se alguma casa se incendesse ou se tivesse algum problema, havia uma espécie de seguro. Não havia praticamente dinheiro porque todo o sistema era feito por troca.

O conselho deliberava o dia de algumas atividades agrícolas e tinha ainda funções executivas como por exemplo consertar os caminhos públicos. E um poder deliberativo que era multar, isto é, as pessoas que prevaricassem, que colhessem algo que não lhes pertencia, etc... pagariam uma multa em vinho.



Figura 3.1.7. Sérgio Fernandez, Conselho de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

A gestão das atividades da aldeia era deficientíssima, produzia-se quase exclusivamente o que se consumia, havendo assim uma estagnação do nível de vida, não havia capitalização do que era produzido. A impossibilidade da utilização de transportes rápidos para centros de permuta de géneros, fez com que se chegasse a desaproveitar os excedentes de produção, legumes, especialmente.

As deslocações a Bragança eram muito esporádicas, devido às fracas possibilidades económicas e do excessivo trabalho diário, sendo apenas para as compras indispensáveis e as vendas que possíveis para a realização de algum capital, isto é, quando absolutamente necessário. Seria comum um adolescente não ter ido mais que uma ou duas vezes à cidade.

A assistência a nível de saúde era muito má com a agravante de pôr ser um meio tão isolado e pouco habitado existia vários problemas de consanguinidade.

Quanto às atividades agrícolas, o território era extremamente dividido e disperso, como consequência das heranças, as propriedades vão sendo consecutivamente parceladas. A mecanização era praticamente inexistente, existia apenas uma malhadeira mecânica. Estes fatores faziam com que a produção fosse conseguida com muito esforço e fruto de trabalho árduo.



Figura 3.1.8. e 3.1.9. Sérgio Fernandez , Atividades agrícolas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Formas do Habitat “terra, quanta vejas, casa, quanto baste”

[illegible]

Figura 3.1.10. Sérgio Fernandez, Inquérito feito às famílias de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964. CODA.

A Habitação

As casas, delimitavam continuamente as ruas e iam-se adaptando ao terreno. Tinham 2 pisos, muitos casos rés-do-chão parcialmente enterrado, raramente a altura máxima excedia 4,50m, o que fazia com que houvesse uma ótima relação entre a altura das habitações e a largura da rua. Os outeiros, que cercavam de perto a povoação, reforçam ainda a escala do sítio. A vegetação era bastante densa, aproximando-se das ruas e era constituída na sua maioria por castanheiros, negrilhos, choupos e nogueiras.

As casas eram construídas em xisto na quase sua totalidade, com apenas, alguns acréscimos em tijolo ou blocos de cimento. A cobertura de lousa, pesada e pouco inclinada, a espessura das paredes e as pequenas aberturas vincavam a sensação do seu agarramento à terra.

A madeira era um elemento importante na composição das fachadas: todas as casas têm varandas de madeira e pesadas caixilharias limitadas por padieiras e ombreiras ao mesmo material.

O levantamento sistemático das casas de Rio de Onor, para além de ter sido um processo técnico e arquitetónico foi utilizado como um veículo para estabelecer relações com a população. Conseguiram entender o modo como cada família vivia, as suas condições económicas e sociais. Estudando cada caso em particular conseguiram traçar padrões coletivos e comuns em várias famílias do aglomerado.

Para além das visíveis constatações que foram retirando foi ainda feito um inquérito para recolher alguns dados que consideram relevantes

O uso da casa reduz-se ao essencial, é visto como um abrigo para algumas funções, dorme-se, cozinha-se e guardam-se bens. Estas funções são comuns em todas as habitações e por isso o tipo de compartimentos é semelhante variando apenas em número e dimensões, são estes, no primeiro andar: a cozinha, a sala, os quartos, a adega no rés-do-chão e a varanda.

A cozinha é o espaço mais utilizado, é na cozinha que se vive quando se está em casa e principalmente em redor do fogo, as zonas da lareira/fogo, é destacada e perfeitamente delimitada e é onde estão todos os objetos de uso diário. A lareira é o centro da casa, ponto de convívio da família, onde o fogo arde todo o ano, local de pausa entre os trabalhos do campo, ou após o cansaço do dia. E no inverno é a única defesa contra o frio rigoroso.

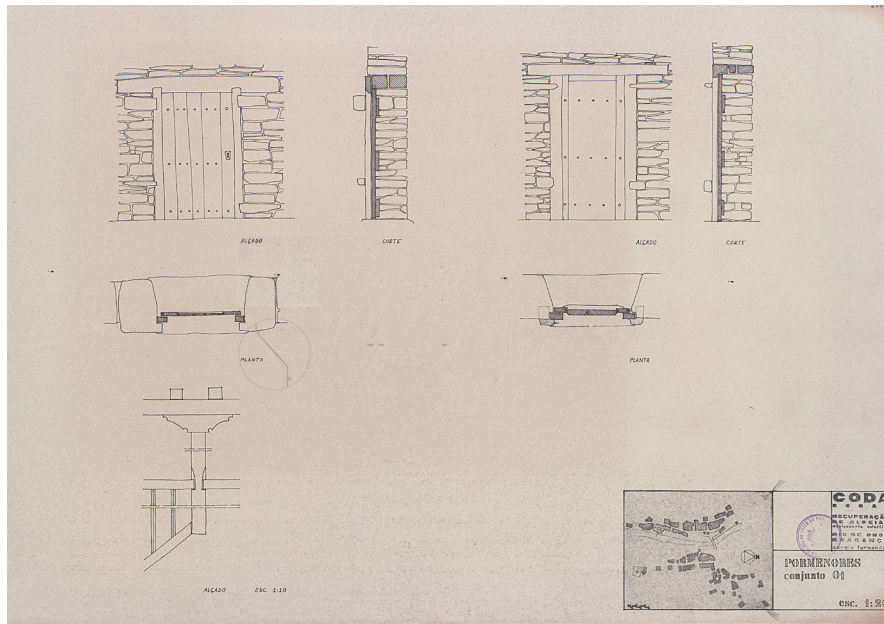


Figura 3.1.11. Sérgio Fernandez, Levantamento, Desenho técnico de detalhes construtivos das construções de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Nas habitações de uma classe económica superior existe uma sala, normalmente integrada num dos quartos e tem uma mesa para festas, um louceiro para as melhores loiças e uma serie de cadeiras dispostas ao longo das paredes, a cama tem um papel secundário.

Os quartos, à semelhança das cozinhas, também são espaços de armazenamento, porém de objetos de uso menos diário. A rua e a varanda têm, em Rio de Onor funções bem mais importantes que os de simples acessos.

As varandas e as escadas constituem verdadeiras zonas do estar, exteriores, zonas que se libertam das espessas paredes, da falta de luz, da incomunicabilidade dos interiores. A varanda prolonga a casa para o exterior e para além de ser um espaço de permanência é também o local onde se desempenham algumas atividades seca-se os feijões, as roupas e guarda-se alguma lenha. Num esquema geral, a varanda tem acesso tanto à cozinha como à área íntima dos quartos.

A construção tradicional das casas é feita de xisto argamassado com barro, nas paredes. A cobertura em lousa apoiada sobre travejamentos de carvalho ou castanho, as portadas e o soalho também em castanho.

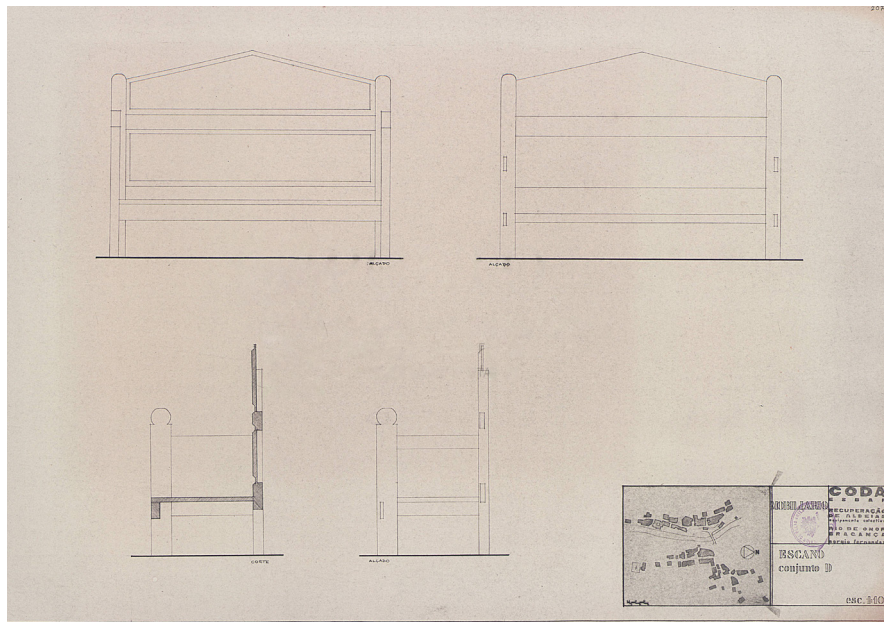


Figura 3.1.12. Sérgio Fernandez, Levantamento, Desenho técnico do mobiliário das construções de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.



Figura 3.1.13. e 3.1.14. Sérgio Fernandez, Fotografias das casas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

A Rua

A rua, espaço mais fluido, com constante movimento é, designadamente no verão, o grande centro de convívio. Mesmo no inverno, na impossibilidade da longa permanência no exterior, é nela que se reúnem os rionorenses sempre que podem. Nesta estação os serões são mais compridos porque o trabalho abranda, e a vida social afirma-se de outra maneira, mas com igual intensidade, as famílias concentram-se, em diferentes casas, em volta da lareira.

Posteriormente a este detalhado estudo e análise, focaram-se em detetar as principais problemáticas tanto gerais do aglomerado como também de casos isolados de habitação. Uma das primeiras questões levantadas foi relativamente ao calçetamento das ruas, um dos problemas encontrados logo no primeiro contacto com a aldeia de Rio de Onor.

O facto de as ruas não serem calçetadas fazia assim com que nos meses mais quentes houvesse muita poeira e nos períodos de chuva as ruas se tornem um lamaçal.

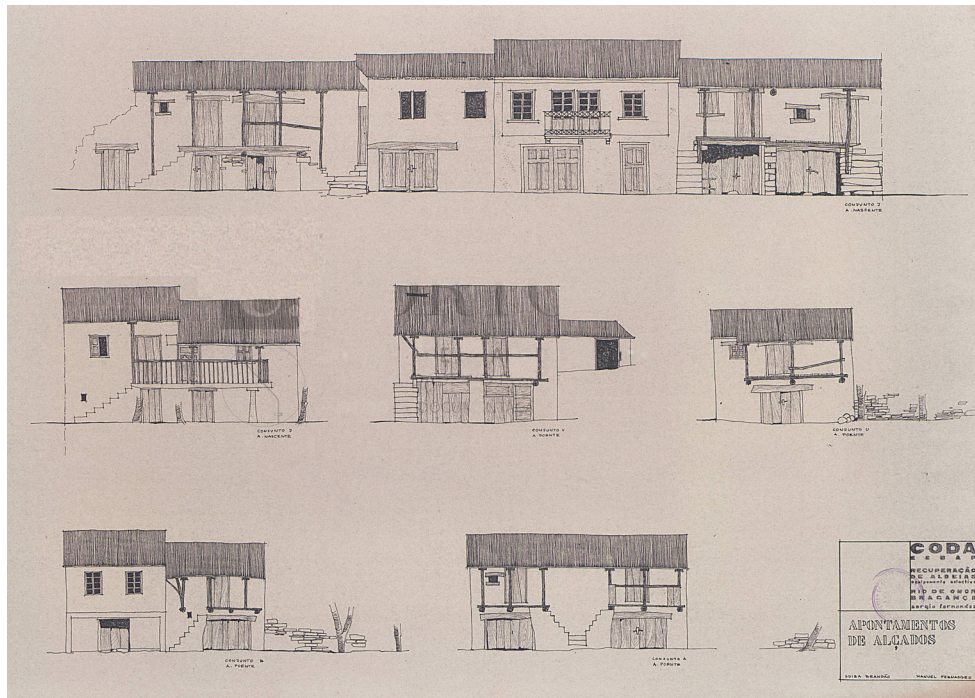


Figura 3.1.14. Sérgio Fernandez, Levantamento, Alçados das casas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

Para saber o ponto de situação para a resolução deste problema, contactaram a Câmara Municipal de Bragança, foram informados de que apenas em 1964 se iria iniciar qualquer trabalho, tendo o presidente da Câmara de Bragança pedido o contributo de todos os elementos que a equipa achasse a útil para a sua realização. Relativamente ao material a utilizar foi consultada a população se a preferência seria xisto ou granito, tendo obviamente em consideração, o valor associado a cada um, quanto à extração e ao transporte.

Após conhecerem o projeto desenvolvido pela Câmara para o calcetamento foi-lhes pedido os ajustes que eles consideravam importantes para melhorar a proposta. É nas alterações que descrevem que se consegue concluir a relevância do papel mais humanista do arquiteto, para todas as problemáticas são considerados os cenários possíveis que só se consegue através de um conhecimento profundo da aldeia e do seu dia-a-dia.

O problema apresentado prevê apenas a pavimentação das duas ruas principais. Eram justamente as que tinham um perfil longitudinal mais regular. Nelas desembocam outras ruas de acentuadas inclinações, por essa mesma razão julgavam ser absolutamente necessário pavimentar também estas últimas, correndo, o contrário, o risco de as primeiras serem, por um lado invadidas pela lama proveniente das ruas de cotas superiores e por outro desgastada a camada de regularização junto das ruas de cotas mais baixas.

Quanto às expropriações, foram evitadas de modo a não alterar o traçado atual das ruas, a sua proposta inutiliza uma varanda duma casa abandonada e parte do patamar do posto da Guarda Fiscal e retifica-se o alinhamento do muro junto do terreno da futura Casa do Povo.

Contrariamente ao projeto feito pela Câmara, o seu estudo prevê uma valeta central em substituição das duas valetas laterais. Pela facilidade na construção e é uma solução que permite que em dias de chuva os acessos às casas se façam em melhores condições, facilita o abrigo das pessoas sob os beirais e simplifica o acerto do pavimento com as soleiras, de níveis bastantes irregulares.

Atendendo às condicionantes económicas, propõem uma solução de carácter misto: xisto e granito. Uma vez que o xisto natural da aldeia, não tem muita resistência nem durabilidade e por isso torna-se mais escorregadio. Iria optar-se por duas passadeiras centrais, em granito, ao longo das ruas e a pavimentação também em granito nos locais de maior movimento. Já nas ruas de pendentes muito acentuadas, por terem menos movimento, não exigem as passadeiras de granito, optou-se pela pavimentação com os dois materiais, de modo a ficar garantido um atrito satisfatório.

Juntamente com o projeto de calcetamento, foi mandado executar um projeto relativamente à rede de distribuição de água. Apenas existiam hoje dois bebedouros, sendo necessário então definir a localização de quatro novos pontos de distribuição de água e reparar um dos bebedouros existentes. Para implantar os novos fontanários foi tida em consideração os problemas das distâncias, de tipos de percursos e do número de utentes.



Figura 3.1.16. e 3.1.17. Sérgio Fernandez, Fotografias das ruas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

“A eletrificação de Rio de Onor constitui um problema ainda sem solução imediata, o transporte da energia elétrica através das aldeias portuguesas que se situam entre este aglomerado e Bragança, conduz a uma operação praticamente incomportável para a população.”²⁹ Colocou-se a hipótese de que o fornecimento poderia ser feito da rede espanhola, pois seria mais acessível. Contudo, enquanto arquitetos e pelo conhecimento que já tinham da povoação, acharam possível definir os pontos de luz para a iluminação pública.

²⁹ Retirado do CODA do Arquiteto Sérgio Fernandez, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964

A escola

Rio de Onor iria ter uma nova escola devido ao Plano dos Centenários, esta substituiria uma que o povo construiu e ofereceu ao Estado. A antiga escola iria ficar parcialmente sem utilização, visto que metade dela constitui a residência da professora. Apesar de ainda não se saber se o Estado ia devolver a escola, decidiram propor um reuso da escola como um abrigo. Dadas as excepcionais características da paisagem daquela zona e a elevada frequência de visitantes que durante a época da caça que se deslocam a Rio de Onor, sem que lá possam permanecer, seria útil tirar partido das salas de aulas.

A ideia foi bem aceite, pois, o turismo, mesmo em pequena escala, seria vantajoso quer sob o ponto de vista económico, quer no aspeto de contactos com pessoas de outras realidades.

As modestas obras seriam repartidas em três fases de modo a evitar o emprego dum capital inicial considerável. A localização da escola tinha boa exposição solar e com relativa independência em relação à aldeia, conferindo ótimas condições para esta nova funcionalidade.

Para além dos problemas comuns da aldeia, à medida que a equipa de Sérgio Fernandez se foi integrando no dia-a-dia da população de Rio de Onor foram-se criando amizades e com a intimidade e confiança crescente. Procuraram ajuda para resolução de diferentes problemas das suas habitações, nomeadamente na organização das próprias residências. Na sua maioria as obras não foram iniciadas, por falta de disponibilidades monetárias do proprietário.

A Casa do Povo

A receção da ideia da construção da Casa do Povo foi muito positiva, pois teriam um espaço de lazer e convívio abrigado e evitava as reuniões do conselho nas lojas dos animais durante o inverno. No programa foi ainda possível inserir a existência duma biblioteca, sanitários e um posto clínico. “Levantámos a questão da sua localização, já tinha sido escolhido um terreno, junto da nova escola primária. Não nos parecem muito indicado uma vez que se situava numa cota muito superior a da povoação e completamente isolado desta. Sugerimos o terreno que inutilizará algumas hortas de pouco valor, por serem extraordinariamente subdivididas. Discute-se esta hipótese com os interessados, que virão a aprová-la. A escolha obedeceu a várias exigências; deveria situar-se a Casa do Povo em lugar de fácil acesso, se possível central em relação aos dois “lados” em que a aldeia se divide e dimensões, que permitissem o volume de construção exigido pelo programa de edifícios deste tipo.

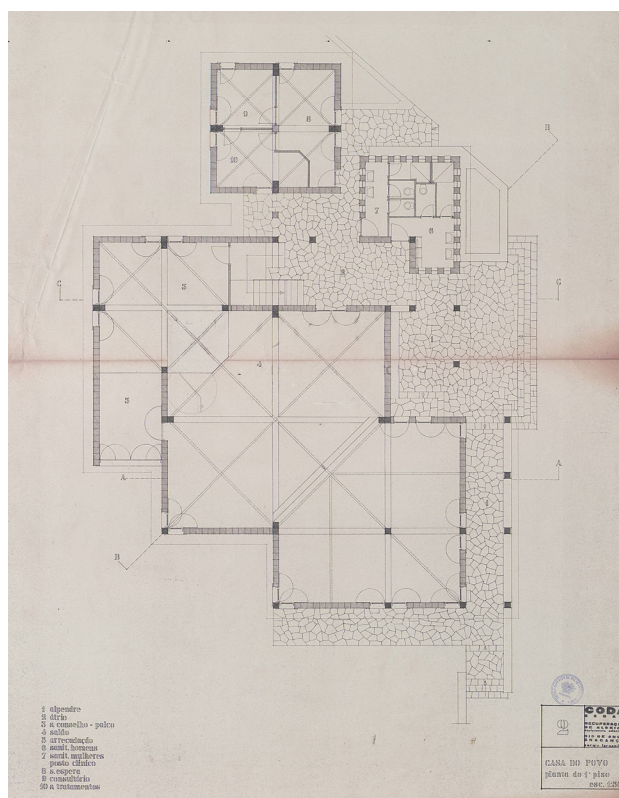


Figura 3.1.18. Sérgio Fernandez, Planta do Projeto para a casa do povo de Rio de Onor , Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

As vantagens da localização da Casa do Povo neste ponto tornam-se evidentes, uma vez que a sua utilização não contraria os movimentos naturais da população, antes acentua o hábito de reunião existente. (...) Quaisquer outros terrenos a considerar situar-se-iam nos extremos da povoação, em locais afastados dos percursos obrigatórios o provocariam um desequilíbrio no esquema de vida do aglomerado.”³⁰

A população iria construir com os próprios meios o que conseguir, por falta de confirmação das entidades oficiais. Não havendo garantias, por parte das entidades oficiais, da construção da Casa do Povo de Rio de Onor, interessou-se a população pela ideia da realização duma fase que constituísse um ponto de partida.

Face às fracas possibilidades técnicas e económicas e da disponibilidade de tempo para realizações deste tipo, estudou-se uma primeira fase que correspondesse a esse início, que garantisse uma utilização e que orientasse, sem comprometer, o futuro desenvolvimento de um edifício completo, mesmo obedecendo a moldes distintos dos considerados na planificação geral apresentada. O programa mínimo que se poderia estabelecer seria o de uma zona coberta permitindo reuniões do Conselho, ou outras de carácter cultural e recreativo (bailes, espetáculos).

³⁰ Retirado do CODA do Arquiteto Sérgio Fernandez, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964.

Não se acreditava que Rio de Onor, por si só, conseguisse realizar um volume de construção destas dimensões, mesmo que simplificado em extremo. Como solução foi proposta a organização de um campo de trabalho para estudantes, ideia acolhida favoravelmente pela população. Um edifício a erigir dentro destas condicionantes deveria, por conseguinte, ser realizado em moldes construtivos rudimentares.

Muitas das vezes, a arquitetura é utilizada como ferramenta para exercer poder e autoridade não tendo em consideração o espaço vivido, as práticas que a população utiliza. A abordagem utilizada por Sérgio Fernandez vai em busca da maneira como se habita e a consequente construção, a arquitetura sem arquitetos, mas que surge da procura e tentativa em satisfazer as necessidades do quotidiano dos indivíduos e do aglomerado. Esta arquitetura, ao contrário do que acontece com a arquitetura denominada erudita, não tem assinatura individual o autor é coletivo, o povo. Não é uma arquitetura universal, mas enraizada a um local ou região. Por essa mesma razão, tem se mantido estagnada ao longo das épocas, não num sentido pejorativo, mas sim de autenticidade e despretensiosismo. É uma representação real da passagem do tempo e dos diferentes modos de habitar ao longo das épocas. O legado que herdamos vai informando-nos sobre o modo de viver, há um carácter autodescritivo na arquitetura popular. Há uma forma de habitar que é aperfeiçoada e esculpida pelo uso e as necessidades que é necessário as construções responderem.

Já a arquitetura de autor é datável e universal, surge fruto de várias influências históricas e lógicas de massas e por isso pode ser inserida em épocas e correntes estéticas. A arquitetura popular é depurada de elementos supérfluos no sentido ideológico, ou seja, mantém-se indiferente a tudo que lhe é alheio.

A humildade de Sérgio Fernandez que ao invés de se impor ao sistema, ele próprio se inscreve e se posiciona no meio das condições pré-existentes, topográficas, as formas de ocupação do solo já definidas, os traços culturais e a organização social. Envolve-se nestes temas da realidade rural, e desenvolve o seu processo de arquitetura e organização do espaço, indo à descoberta do seu papel enquanto arquiteto e profissional no seio da comunidade. Como as suas valências podem melhorá-la, atenuar as problemáticas existentes e enaltecer as qualidades já atingidas como a forte cultura gregária e os inteligentes métodos de cooperação entre a comunidade.

Podemos considerar a expressão final do *Habitat* como a convergência de motivos interdependentes, como sejam, os recursos, os acidentes topográficos, as imposições climáticas e as necessidades e circunstâncias sociais e domésticas. São producto espontâneo popular e original, sem a menor intenção de o ser, simples e convincente, porque são sobretudo exemplares económicos, claros e apropriados ao fim prático.

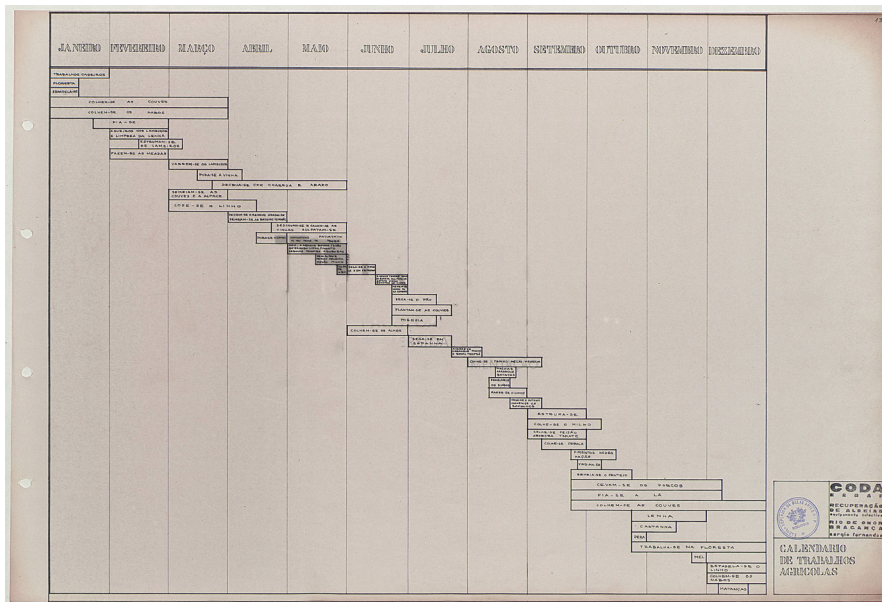


Figura 3.1.19. Sérgio Fernandez, Calendário de tarefas agrícolas de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

A arquitetura vernacular trata-se quase como uma exposição permanente, os edifícios expõem as instruções de utilização, o método de construção dos elementos para que não esqueça dos passos a seguir, mantendo a memória da sua própria técnica. É uma ferramenta para transmitir conhecimentos técnicos, preservar a memória histórica dos homens, para além da morte. Todos os elementos da construção e por vezes a própria forma do edifício registam e recontam histórias que a memória humana e a oralidade por si só teriam certamente dissipado. Para além disso, a arquitetura não é a expressão da sua própria linguagem material, física e estrutural, mas o meio narrativo de uma cultura, uma religião, uma política, permitindo recordar uma arte de viver. Torna-se um exemplar único, quando a maioria da população não sabe ler nem escrever.

Deste projeto, nada foi construído, as alterações que as aldeias sofreram deveu-se à mobilização de recursos humanos para a guerra colonial, do melhoramento dos acessos, com a eletrificação e a consequente chegada da televisão e obviamente o após 25 de Abril. “Ficámos a conhecer toda a aldeia e toda a aldeia e toda a aldeia nos ficou a conhecer a nós ; fomos promovidos a vizinhos da aldeia de Rio de Onor.”³¹

“Que coisa mais natural, mais espontânea, mais consequente, mais lógica do que a nossa arquitetura popular?... não para copiar, porque copiar o espontâneo é como querer colher o ar com as mãos... Se alguma coisa ficar entre elas, é pó!...não para plagiá-la! mas para aprender dela honradez, verdadeiro funcionalismo e, sobretudo, amor à paisagem, que é o primeiro escalão para os homens comecem a querer-se, para que possam conviver.”³²

³¹Retirado do CODA do Arquiteto Sérgio Fernandez, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964.

³² Citação retirada do CODA de Arnaldo Araújo intitulado: “ Formas do habitat rural - Norte de Bragança: contribuição para a estrutura da comunidade”, do autor Miguel Faisca.



Figura 3.1.20.;3.1.21.;3.1.22.;3.1.23.;3.1.24.;3.1.25. Sérgio Fernandez, Fotografias da população de Rio de Onor a executar tarefas agrícolas, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA.

“o fenómeno da descaracterização dum povo realiza-se, com maquiavélica existência, pela progressiva substituição dos usos e costumes, que são a marca exterior da sua alma. Assim principia-se por substituir-lhe o vestuário típico, confeccionado com produtos da região, pelas mais incaracterísticas peças, provenientes da indústria citadina ou internacional. Depois, substitui-se lentamente a alimentação do povo, habituando-o a produtos de proveniência industrial. Altera-se-lhe, ainda o tipo de habitação, que-deixa de se integrar no ambiente próprio para se uniformizar sob falsos pretextos técnico (...)”³³

³³ “mensário das cosas do povo” (fevereiro de 1956), Arnaldo Araújo, Formas do habitat rural - Norte de Bragança: contribuição para a estrutura da comunidade, CODA.

Conclusão

Iniciou-se esta tese com uma vontade de encontrar na arquitetura soluções que possam proporcionar o bem-estar ao Homem, tendo em consideração o contexto português atual, a questão inicial imposta foi: Que características deverá tomar a estrutura do habitat para restabelecer o equilíbrio (económico e social) das áreas rurais em Portugal?

Com as conclusões possíveis desta pequena reflexão espero contribuir ou resencadear mais questões que visem o debate do tópico.

Penso que o principal problema, primeiro que tudo, reside na nossa leitura de território. Fará sentido segregar e dividir, um país tão pequeno como o nosso - 218 km de largura e 561 km de comprimento - em litoral e interior? Quando comparamos Portugal a outros territórios mundiais, não poderemos considerar uma cidade nossa, do interior, também ela próxima do mar? Ainda que sejam, obviamente, ambientes diferentes, um mais rural do que o outro, a distância não é significativa e ainda poderia ser mais relativa caso se melhorasse a mobilidade. A divisão teria mais sentido se apenas se limitasse à definição área urbanas e áreas rurais, e a economia poderia ter um sistema coeso e que se ajudasse mutuamente.

Assim, é crucial arranjar formas de comunicação entre as atividades rurais com as que estão conectadas com o mundo urbano ou ao litoral. Para que isto seja possível, é necessário criar condições que possibilitem estas medidas de modo a combater o despovoamento rural. É neste sentido que o papel do arquiteto poderá fazer a diferença.

A partir do estudo da obra de Heidegger - “*Bauen Wohnen Denken*” - entende-se que, primeiro, construir já é habitar, nós praticamos atividades e construímos abrigos para executá-las, assim qualquer tipo de construção por si só já é habitar. Habitar também é visto como a maneira como os mortais estão na terra, é uma característica inerente ao Ser, ser um Humano significa estar na Terra como um mortal, a maneira de como nós, seres humanos estamos na Terra já é habitar. E, por último que, construir enquanto habitar desdobra-se no construir que cultiva coisas em crescimento e no construir que ergue edifícios, ambas as ações constituem o construir genuíno, que é habitar.

O *Habitat* surge então, da forma como o Homem se foi libertando das suas limitações orgânicas e da vagarosa transição de mudança biológica, desenvolvendo uma “segunda natureza”, a cultura, transmitida por imitação e hábito. Essa cultura, acabou por se tornar mais natural do que a natureza original do homem e a formação dos primeiros grupos humanos deverá ter demonstrado o mesmo tipo de comportamentos em relação ao território.

Preocupando-se com a perpetuação da espécie, o *Habitat* defendia contra intrusos e dentro do mesmo desenvolvia-se um hábito de vida local. Com ele veio a noção de lar e família: uma habitação

permanente e um modo de vida regular, favorável a um maior desenvolvimento.

Na estrutura contemporânea pode-se considerar o *Habitat*, como a habitação e o seu prolongamento. E, neste caso, a habitação não compreende apenas o alojamento, mas qualquer espaço que acolhe uma atividade do ser, pois tal como revimos em Heidegger construir por si só já é habitar, por definição, então será o local onde o Homem habita e permanece.

Para aplicar esta reflexão na problemática que nos propusemos debruçar, a primeira aproximação será entender, com base naquilo que já foi estudado o porque destes *Habitats* terem “falhado” no bem-estar e satisfação da população. É relevante voltar a frisar a distinção entre o problema do alojamento do da habitação. Esta reflexão vai além do problema do alojamento é parte integrante de um problema mais abrangente, problema da habitação e do *Habitat*. Consideramos o alojamento e os locais onde o Homem “age” como grandes conjuntos, conjuntos estes que devem ser moldados em função das necessidades do Homem, do meio e da sociedade.

Como foi visto, segundo Hannah Arendt, as três atividades fundamentais do Homem, que juntas se denominam por *vida ativa* são: *labour*, *work* e *action*.

O *labour* é a atividade que assegura a sobrevivência do individuo e a vida da espécie, as necessidades biológicas a condição humana do labor é a própria vida. Quanto ao *work* este assegura o produto da vida, conferem uma certa permanência e durabilidade à banalidade da vida.

Por último, *action*, é a única atividade que isenta de qualquer relação com a parte material do mundo. Corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de não habitar a Terra de maneira individual. Obviamente estas três atividades estão condicionadas e conectadas às condições determinantes da existência humana, o nascimento e a morte.

O mundo no qual acontece a *vida ativa* é constituído por coisas produzidas pelas atividades humanas, ou seja, os homens criam constantemente as suas próprias condições e todas as atividades humanas são condicionadas pelo facto de os homens viverem juntos. Por essa mesma razão, foi também estudado a organização social. Primeiramente, o Homem não consegue satisfazer as componentes da sua vida - *labour*, *work*, *action* - nele e procura solução noutros aglomerados. Se conseguirmos reduzir estas trocas entre *Habitat*, conseguimos evitar complexidade desnecessária e o homem estando preenchido nos três âmbitos não será forçado a sair do seu *Habitat* caso não o deseje. Seria utópico pensar que conseguiremos satisfazer as necessidades do homem contemporâneo, repleto de desejos e ambições, reduzindo-nos apenas as necessidades básicas e fundamentais.

Importante será tomar consciência de que estes três ramos ao longo da vida humana terão mutações e a resposta também terá um carácter diferente tanto na infância, adolescência, idade adulta ou velhice. Ainda que haja uma crise demográfica e Portugal tenha uma população bastante envelhecida

é importante que se mantenha um planeamento intergeracional.

Um *Habitat* que respeita esta lógica será em teoria um Habitat que acompanha o ciclo de vida do Homem consoante a progressão das suas necessidades, providenciando uma vida que vale a pena ser vivida. Se conseguirmos estruturar um *Habitat* que se seja regido por esta visão humanista que revimos, somos capazes de gerar equidade e bem-estar para o homem, que é uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável e duradouro.

Podemos considerar a sociedade como um conjunto de famílias economicamente organizadas, não como um simples agregado ocasional de indivíduos, o *Habitat* é a expressão da multiplicidade de trocas sociais, que se fundem num organismo único. A sociedade pode ser encarada uma esfera híbrida entre o privado e o público, na qual os interesses privados assumem por vezes uma importância pública.

O que se pode constatar atualmente é que a gestão e produção dos aglomerados está maioritariamente entregue aos interesses privados, gerando vários conflitos visto que cada um possui estratégias e ideologias que pretendem a exaltação particular. Assim, é crucial haver uma gestão por parte do estado para regular estes atores e criar um fio condutor de um desenvolvimento sustentável. Torna-se impossível criar uma sociedade sólida que providencie as necessidades coletivas e que suporte as classes sociais com menos poder quer económico como social.

O papel do arquiteto também se foi obviamente alterando ao longo dos anos, anteriormente seria uma visão mais construtiva e empírica. Com o avançar do tempo, foi-se intelectualizando a profissão, os processos manuais foram-se reduzindo o que criou um afastamento entre a obra e o arquiteto. O arquiteto enquanto autor adquire uma conotação diferente a partir do momento em que o desenho, a visualidade e estética se sobrepõem à realidade material. A supremacia da imagem aconteceu sobretudo com o aparecimento das revistas, onde se divulgavam fotografias e não apenas os desenhos técnicos. Fotografias que retratam a obra de maneira imaculada e intacta, imediatamente após ser construída e sem qualquer tipo de apropriação por parte dos habitantes. Uma visão distante da realidade, uma abstração, que enaltece o ego do arquiteto enquanto criador, evoca uma noção irreal de beleza e desvia-se do verdadeiro propósito do arquiteto.

Esta intelectualização e consideração do arquiteto quase como um artista, e o processo arquitetónico tendo em conta um utilizador passivo e idealizado pelo autor é uma atitude a meu ver, autoritária e paternalista, pois impõem uma forma de habitar por vezes incoerente com as lógicas já criadas dentro do aglomerado, e que podem ser influenciadas por uma romantização de algumas problemáticas vivenciadas pela população. O desenho do arquiteto e a arquitetura com autor passou a enfatizar a imagem e a visualidade do projeto que aos poucos se foi distanciando da realidade material, impondo um desenho ideal.

A construção e o processo de fazer a obra muitas vezes serve apenas para garantir quase como fiscalização que o projeto é seguido, e não como instrumento também de desenvolvimento arquitetónico. Com o surgimento desta metamorfose na nossa sociedade e das novas relações com o espaço, o pensamento contemporâneo exige uma atitude mais humana por parte dos principais atores na formulação do *Habitat*. E ao que tudo indica o papel dos arquitetos, na sua grande maioria, está numa tendência oposta.

Como ponto de partida para uma reflexão teórica da arquitetura atual, foi importante olhar para as raízes históricas da época do pós-guerra e projetar a sua aplicabilidade no processo atual arquitetónico, explorar novas perspetivas na relação da arquitetura e comunidade e do arquiteto no ato de construir e conceber o espaço.

A discussão que aconteceu durante os congressos dos CIAM serviu durante os seguintes anos como base do pensamento arquitetónico e obviamente repercutiu-se no método de ensino da arquitetura pelo mundo. Sendo Portugal, um dos países participantes da última fase dos CIAM, obviamente também toda esta experiência irá alterar a arquitetura portuguesa. É essencial rever a herança deixada visto que foi uma importante ferramenta para a alteração da responsabilidade do arquiteto para com a sociedade.

Devido ao regime governamental pelo qual Portugal estava a passar existia uma grande discrepância entre o contexto português e o europeu. O primeiro congresso nacional de arquitetura realizado em Portugal nesse sentido foi bastante relevante pois apelou a uma aproximação da discussão europeia, da modernização. Deste interesse coletivo surge a vontade na formação do grupo português nos CIAM, sendo Viana de Lima o principal impulsionador da participação português.

Neste seguimento, acontece também o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, onde foram retiradas várias lições da arquitetura popular, conheceu-se um Portugal que faltava explorar. Revelou-se uma arquitetura que teria mais sentido do que meras soluções e teorias importadas de outros países e realidades. Esta experiência impulsionou uma visão social da arquitetura e o conhecimento das realidades sociais das populações para quem se dirige.

O novo modo de ver a arquitetura influenciou também o pensamento dos arquitetos portugueses da época, mais especificamente da escola de Porto, que foram por iniciativa própria parte integrante dos congressos CIAM posteriores à Guerra. Assim, para entender o seu impacto na história da arquitetura portuguesa da época foi crucial rever os temas que foram discutidos e que contribuirão para a realidade portuguesa.

A ideia de reestruturação do pós-guerra liderada por ideais mais humanos, foi desenvolvida por vários arquitetos que tentaram aprofundar o conceito de *Habitat*. O modo como habitamos, a configuração

física para o indivíduo e para a comunidade e as consequentes implicações técnicas. Uma arquitetura mais social e não apenas de ordem estética. Esta procura evidenciou de que modo a arquitetura deve ser entendida e quais os novos raciocínios a utilizar para que esta se volte a humanizar.

Das várias contribuições que foram dadas podemos realçar a análise da cidade a partir do core, sendo considerado como o elemento que dá sentido de comunidade, em qualquer organização comunitária. Uma estrutura interna, em que a sua forma e expansão testa os limites da cidade.

Seguidamente surge a ideia de formulação de uma Carta do *Habitat* que serviria de guia e orientação do desenvolvimento futuro da arquitetura. Enfatiza-se a noção de que a sociedade deve proporcionar um *Habitat* digno a cada indivíduo e consequentemente também cabe ao indivíduo dedicar uma atividade produtiva ao *Habitat*. A consciência de que o *Habitat* é evolutivo e que existe uma ação e reação constante entre “recipiente” (o *Habitat*) e a vida humana que nele se desenvolve. Os homens ditam o programa de organização deste ambiente e este ambiente reage às pessoas influenciando-as continuamente e ajudando a moldar as suas vidas.

Para além disto, a importância de conhecermos as realidades sociais nas quais estamos a atuar. Um interesse particular na arquitetura popular, como demonstrado no inquérito, existe uma valorização num processo mais humanizado da arquitetura que reconhece e se adapta ao clima, à topografia, à organização social, à necessidade dos habitantes. Ou seja, uma aproximação a áreas como a geografia, antropologia e sociologia.

O panorama em Portugal era diferente da restante Europa, por ser um país periférico, maioritariamente com áreas rurais e num regime ditatorial fez com que houvesse um atraso do moderno em Portugal. Os modelos modernos importados eram reinterpretados dando um cunho especial à arquitetura desenvolvida em Portugal, acabando por distinguir-se do resto do mundo, essa peculiaridade ficou patenteada na proposta apresentada pelo grupo português no CIAM X intitulado “Nova Comunidade Agrícola” em Bragança. Desenvolvida a partir dos dados recolhidos no inquérito, mais especificamente da zona 2.

O projeto torna-se pertinente pois revela uma ambição de inserir nas referências vernaculares numa linguagem moderna, por exemplo na forma como o conjunto habitacional é organizado. Neste caso, é criado um sistema evolutivo para a aldeia para além do projeto apresentado para as habitações. Isto é, uma criação de zonas de expansão coerentes com a estrutura original, este processo de expansão fomenta a estabilização da família no mesmo núcleo habitacional, criando assim possíveis relações de identidade e enraizamento.

Esta proposta foi para além da vertente mais técnica da arquitetura, denunciando a realidade dos aglomerados rurais existentes no país. Sendo que os arquitetos deveriam assumir uma atitude

compreensiva e humilde, de maneira a entenderem os diferentes modos de habitar do nosso país. Esta reinvenção do papel dos arquitetos na sociedade estava relacionada com a intensificação de abordagens multidisciplinares e a abertura da arquitetura às ciências sociais.

Para além dos aspetos mencionados demonstra ser ainda uma referência na forma como utiliza os materiais existentes para o aspeto plástico da construção; na economia de meios, tentando fazer a melhor articulação com os escassos recursos disponíveis; E relativamente ao próprio desenho dos espaços, é notável o controlo da escala, a fluidez dos espaços internos (articulados em torno da lareira) e também a sua integração da natureza (noção de intervenção na paisagem).

Podemos concluir que quanto menor a dimensão do espaço, mais rígido este se torna e será ainda mais difícil a liberdade de funções segundo a intenção dos utilizadores, ou seja menos possibilidade de apropriação existiram.

O caso de estudo escolhido, o projeto CODA do Arquiteto Sérgio Fernandez para Rio de Onor, acaba por nos exemplificar várias possibilidades de encarar o *Habitat*, pois é um agrupamento de indivíduos, nem demasiado restrito nem demasiado grande possibilitando uma natureza imediata, simples e direta das relações e o seu valor moral. Este projeto tem semelhanças com o projeto apresentado pelo grupo português no CIAM X, no modo de entender o espaço rural, e pelo facto também de ambas as aldeias se localizarem em Bragança.

A sua abordagem destaca-se pelo seu estudo minucioso de todas as vertentes do *Habitat*, do homem, a organização social do aglomerado e o meio em que está inserido e de que modo estes tópicos se repercutem na forma de habitar.

De forma a sintetizar a sua intervenção e processo arquitetónico, modestamente foi organizada e dividida em quatro estratégias a sua atuação, as quais foram denominadas por: ***Territorialidade, Participação, Transformação, Cooperação.***

Territorialidade

Na primeira estratégia, a Territorialidade, pretende-se que se analise o local e reinterprete a narrativa do contexto ao invés de tratar da arquitetura como um objeto. O conceito de tabula rasa, comum no processo arquitetónico contemporâneo aspira à condição de falta de inserção ou enraizamento do projeto. Assim, aquando da estruturação do pensamento devemos considerar a topografia e as condições climatéricas do local, e ancorar a obra nestas particularidades. A cooperação com outros profissionais de diferentes áreas pode ser a resposta para um conhecimento mais aprofundado do local em que estamos a intervir.

A pesquisa do local é o requisito para se atingir uma arquitetura re-humanizada. Resulta de uma identificação criteriosa de elementos concretos de uma arquitetura particular, historicamente identificável e que se relaciona com uma região. O *Habitat* resulta de movimentos da sociedade, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. A natureza dos aglomerados é uma dinâmica complexa de forças e processos que variam ao longo do tempo, a geografia e morfologia do território é muitas das vezes, a forma como os sinais da história se solidificam. Para dar continuidade à lógica do local e de modo a não contraproducente com a forma do *Habitat* construída no passado é crucial fazer este estudo. O espaço não é definido pelas paredes, mas é um produto das interações sociais. Neste sentido, elas definem o espaço público como um espelho social, é preciso conhecer cada “situação”, ou seja, as condições sociais específicas, estando estas em permanente transição e transformação. Esta consciência das narrativas do *Habitat* dá-nos a possibilidade de recontá-las e reproduzi-las.

Sérgio Fernandez lembrou-nos da importância de estudar a vocação do território para acolher a atividade humana que se pretende, para isso é necessário ter a percepção morfológica e fenomenológica do espaço, ter o conhecimento profundo dos hábitos e possibilidades do aglomerado. Em Rio de Onor, Fernandez e a sua equipa sabiam a localização bem determinada dos hábitos de frequência dos locais por parte dos habitantes, as facilidades de acesso, o que foi profundamente relevante para ter noção das “situações” do conjunto.

Participação

A segunda estratégia aplicada, a Participação, este processo inicia-se primeiro com a descoberta das necessidades dos utilizadores e depois, inclui-os no processo arquitetónico. A ideia de participação também inclui, a construção de uma equipa variada de profissionais que possam contribuir com o seu conhecimento no desenvolvimento eficaz do aglomerado.

O trabalho desenvolvido em Rio de Onor, segundo o próprio arquiteto Sérgio Fernandez conclui, deve ser interpretado apenas como experiência. Pois, os trabalhos que tiveram ao fazer os inquéritos fez com que tivessem de abandonar as restantes atividades que lhes pertencia enquanto arquitetos. Este estudo pormenorizado é crucial, a necessidade de entender e integrar a população nas problemáticas não deve ser esquecida. Existe, porém, uma carência de profissionais de áreas como a sociologia e antropologia que possam integrar a equipa como parte constituinte do projeto de arquitetura. Nesta situação, tiveram de assumir o risco de o trabalho poder ter sido mais bem conseguido.

Em Rio de Onor, outra das problemáticas relatadas foi o facto de não existirem elementos especializados em assuntos de economia, foram apenas consultados técnicos agrícolas, que não pu-

deram dar, por falta de dados, senão uma panorâmica geral dos aspetos que a este campo dizem respeito.

É importante perceber que a certo momento no processo arquitetónico há uma transição para outras áreas, quer sejam elas ciências sociais, arte, construção... ter uma equipa completa e colaborativa para além de facilitar a nossa tarefa enquanto arquitetos enriquece e melhora o projeto.

Levanta-se ainda uma outra questão nesta estratégia, é importante clarificar as diferenças entre planear “para” e planear “com”. Atualmente é comum uma arquitetura dita participativa, mas no fundo é só um projeto para as respetivas necessidades dos utilizadores, neste caso de planear “para”, o ato de planear permanece autoritário e repressivo apesar das intenções liberais iniciais. No caso de planear “com”, o ato torna-se libertador e democrático estimulando uma múltipla e continua participação.

Como vemos na intervenção em Rio de Onor, as propostas foram ajustadas com a população, dando a possibilidade de estes participarem efetivamente na elaboração do programa e na realização do edifício. A autoconstrução, como uma possibilidade de viver e trabalhar juntos a renovar o *Habitat*.

Transformação

A terceira estratégia, a Transformação, ter em consideração os edifícios preexistentes e englobá-los como possível resposta para determinados programas ou necessidades. A transformação é a reinterpretação do edifício existente, que tem muito mais potencial no mundo contemporâneo, uma vez que já tudo existe.

É imperativo averiguar a aptidão dos edifícios a um novo uso, deste modo a qualidade do edifício mantém-se a única coisa que se transformou foi a funcionalidade atribuída ao espaço. Esta aproximação envolve o debate de duas intenções, preservação e mudança.

As necessidades dos utilizadores variam ao longo do tempo, dado que as relações sociais e atividades a que a população se dedica também, assim o *Habitat* precisa de acompanhar estas evoluções de maneira a garantir sempre a habitabilidade dos espaços.

O funcionalismo pode projetar espaços unifuncionais que remetem apenas a um tipo de utilização é importante ter a consciência da flexibilidade de cada espaço bem como os comportamentos e funções que pode acolher. O novo modo de habitar acarreta alguns desafios em termos de durabilidade e flexibilidade espacial e funcional ao longo do tempo. Quanto menor a dimensão do espaço mais rígido este se torna e será ainda mais difícil fomentar a liberdade de funções segundo a intenção dos utilizadores, ou seja, menos possibilidade de apropriação. Flexibilidade, mobilidade e multifuncionalidade de usos corresponde as novas qualidades necessárias para a nova experiência de habitabilidade. Quando

falamos em flexibilidade, falamos por exemplo em parâmetros como montar e desmontar, ajustar, combinar, transportar.

Também os objetos são parte indispensável da paisagem doméstica. São presenças silenciosas que, satisfazendo as exigências do habitar, medeiam a relação entre o homem e o espaço. Os objetos são essenciais e medeiam a relação com circunstâncias, as pessoas e o próprio espaço.

Nem sempre existe a possibilidade da construção ou fazer alterações drásticas no aglomerado, quer seja por razões económicas, falta de recursos, como no nosso caso de estudo, ou mesmo por que a transformação pode ser considerada a vanguarda de uma nova economia circular de arquitetura e luta contra o desperdício de material e falta de sustentabilidade. Ao adaptar o que já existe, a mobilização de recursos é menos exigente face por exemplo, a uma demolição.

No entanto, é verdade de que tudo o que habitamos é suscetível à transformação, por isso desta estratégia advém um sentido critico para deliberar o que realmente se deve ou não preservar e transformar.

Nesta decisão o que poderá ajudar é de facto utilizar as duas estratégias anteriores, tanto a territorialidade, como participação. Pois, tal como vimos em Rio de Onor, foi através do conhecimento das necessidades e saber que o território numa determinada altura tinha vários visitantes para a caça que se viu um possível uso para a escola. Mais do que impor um uso, é conhecer já as suas potencialidades enaltece-las tirando partido do que o aglomerado da possui.

Ter a consciência do destino de cada edifício e as consequências inerentes a cada cenário, ou seja, na sua produção (extração, fabrico, transporte e aplicação na construção), no uso (contacto, desgaste, manutenção e função construtiva) e no destino final quando esgotado o tempo de vida do material (demolição, reciclagem).

Assim, antes de mais deveria estudar-se os hábitos de vida e o clima, cabe ao arquiteto estudá-las e dar desta forma uma expressão adequada ao modo de vida. Para esta expressão adequada, primeiro de tudo é necessário por parte do arquiteto imaginação social e espacial para que possa satisfazer as necessidades atuais dos utilizadores e também pensar nas possíveis adaptações futuras. Previsões que permitam alterações aos projetos, sem destruição das partes já realizadas.

Cooperação

A Cooperação pode ser vista como uma terceira opção entre o privado e o público, uma organização em torno de um recurso que gere e suporta e todos beneficiam disso. No contexto português é essencial a descentralização e a reorganização do estado num processo gradual. Explorando as qualidades sociais e económicas das comunidades rurais, seria possível viver dentro e pela região,

num mecanismo territorial que evitaria o isolamento e abandono das zonas mais remotas e prevenindo a tendência perigosa para a centralização.

A gestão eficaz das áreas e das diferentes funções consoante as suas aptidões, a forma como se organiza o solo representam as qualidades orográficas e climáticas para uma determinada função. Numa citação encontrada no Espólio de Arnaldo de Araújo aquando da investigação, Walter Gropius diz:

“Estou profundamente convencido de que a construção de outos comunais é ainda mais urgente que a construção das próprias casas, pois estes centros representam um campo de criação cultural que permite ao individuo de alcançar a sua plena estatura dentro da comunidade... E onde o espírito da comunidade possa encontrar a sua pública expressão.”

A aldeia de Rio do Onor acaba por ser um bom exemplo deste pensamento de Walter Gropius, sendo ela um regime cooperativo, estruturado em torno de um conselho, cada família tem os seus interesses salvaguardados e no possui quase um seguro vitalício. As cooperativas podem ser uma ótima solução para o desenvolvimento económico e social, não necessitam de ser investimentos públicos podem também recorrer de iniciativas privadas, em que são concedidas às cooperativas de habitação contratos de arrendamento a longo prazo, renováveis, de terrenos e propriedades. Com este modelo de contrato de arrendamento, existe um maior controlo, na gestão do território, uma vez que, um dos problemas terá sido deixar nas mãos de privados a gestão e programa do nosso território. Sendo a única preocupação de um investidor privado, que o seu capital gere mais capital, o bem-estar dos habitantes e os problemas sociais foram obviamente ignorados, fazendo com que haja ainda mais discrepância de desenvolvimento entre as zonas do país. O planeamento da comunidade traduz a estrutura económica e territorial, o espaço é um produto social dos movimentos laborais. As várias funcionalidades provêm dos diferentes usos que são atribuídos ao espaço e que se relacionam com a rotina social.

Ao invés de se ignorar a análise da vida real e aplicar num guia de princípios de planeamentos perfeito baseado em especulações sem conhecer a ordem e a complexidade das funções ou o tecido de relações sociais. São estes fluxos que testam os limites e condições do aglomerado pela sua força e instabilidade e por isso é necessário planear os aglomerados com maiores condições de fluidez e adaptabilidade.

Arquivo Documental

ARAÚJO, Arnaldo, CODA, Formas do habitat rural - Norte de Bragança: contribuição para a estrutura da comunidade, 1957, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

FERNANDEZ, Sérgio, CODA, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

FILGUEIRAS, Otávio, Espólio, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

LIMA, Viana de, Espólio, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

Bibliografia

AMARAL, Keil do. 1947. «Uma iniciativa necessária». Em *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 2.ª série, n.º 14, Abril de 1947

AMARAL, Keil do, et al. 2004 [1961]. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

ARENDT, Hannah. (2001). *The Human condition*. Lisboa: Relógio d'Água.

DIAS, Jorge. (1981). *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Lisboa: Presença.

FERNANDEZ, Sérgio. 1988. *Percurso da Arquitectura Portuguesa 1930-1974*. Porto: FAUP.

FRAMPTON, Kenneth. 1997. *História Crítica da Arquitectura Moderna*, 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

FRAMPTON, Kenneth. 2002. *Labour, work and architecture : collected essays on architecture and design* Nova Iorque ; Londres : Phaidon

FRAMPTON, Kenneth. 1996. *On Reading Heidegger*. New York : Princeton Architectural Press

FRAMPTON, K. 1983. *Critical Regionalism six points for an Architecture of Resistance. Essays on Post-modern Culture*, Washington: Bay Press

GIEDION, Sigfried. 1958. *Arquitectura e comunidade*. Lisboa: Livros do Brasil.

GIEDION, Sigfried. 2004 [1941]. *Espaço, Tempo e Arquitectura: Desenvolvimento de Uma Nova Tradição*. Edição São Paulo: Martins Fonte.

GREGOTTI, V. (1985) 'Territory and Architecture.' In Nesbitt, K. (ed.) (1996) *Theorizing a New Agenda for Architecture Theory, 1965-1995*. NY: Princeton Architectural Press

HEIDEGGER, Martin. 2010 [1951]. «Construir, habitar, pensar». *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, 349-351. José Manuel Rodrigues (coord.). Lisboa: Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio.

MUMFORD, Eric. 2002. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928–1960*. The MIT Press

MUMFORD, Lewis. 2021. *As Transformações Do Homem*, Lisboa: Antígona

PALLASMAA, Juhani. 2011 [2005]. *Os Olhos da Pele. A Arquitectura dos Sentidos*. Bookman: Porto Alegre.

RIBEIRO, Orlando. 1986. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora

ROSSI, Aldo 1977 [1966]. *A Arquitectura na Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

SANTA RITA, João. 2021. Projectar com o clima em Portugal: entre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e a Revolução de Abril, 1955-1974, Lisboa: IST - tese para a obtenção do Grau de Doutor em Arquitectura

TÁVORA, Fernando. 1947 [1945]. «O Problema da Casa Portuguesa». Em *Cadernos de Arquitectura*, n.º 1. Lisboa.

TÁVORA, Fernando. 2008 [1962]. *Da Organização do Espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TOSTÕES, Ana. 1997. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TOSTÕES, Ana (coord. científica). 2004c. *Arquitectura Moderna Portuguesa 1929-1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Ministério da Cultura.

TOSTÕES, Ana (coord. científica). 2006a. *IAPXX – Inquérito à Arquitectura Portuguesa do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

TOSTÕES, Ana. 2008. *Em Sindicato Nacional dos Arquitectos – 1º Congresso Nacional de Arquitectura, Edição Fac-similada*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

TOSTÕES, Ana. 2013a. «Pensar, habitar, construir». Em *Habitar, Pensar, Investigar, Fazer – Colóquio Internacional*, 45-60. Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

TOSTÕES, Ana. 2015. *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ZEVI, Bruno. 1977. *Saber Ver a Arquitectura*. Lisboa: Arcádia.

Publicações

Arquitectura, 1956, «Representação Portuguesa X Congresso CIAM». *Arquitectura*, 2.ª série, 1956.

Fernandez, S. (2011). *Joelho 02*, Rio de Onor, 1963-1965

Czech H. (1989), 'Transformation', in *OASE#92 Codes and Continuities*, 2014

Wainwright, O. (2020) 'The case for ... never demolishing another building', *The Guardian*, 13 January

Webgrafia

https://sigarra.up.pt/faup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=53722 (consulta 17 de Fevereiro de 2023)

<https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48234> (consulta 4 de Dezembro de 2023)

<https://grattoncourses.files.wordpress.com/2017/08/paul-voice-labor-work-action-arendt-key-concepts.pdf> (consulta 18 de Maio de 2023)

<https://www.oasejournal.nl/en/Issues/106/BeyondaGameofTetris#098> (consulta 18 de Maio de 2023)

Anexos

Entrevista ao Arq.º Sérgio Fernandez,

realizada a 9 de Dezembro de 2022, na FAUP.

Em que contexto surge a sua participação no CIAM'59, em Otterlo?

Sérgio Fernandez: Eu trabalhava com o arquiteto Viana de Lima e era amigo do arquiteto Fernando Távora. Eu e um colega fomos fazer uma viagem por aí fora ver as obras de Le Corbusier e decidimos ir ver os CIAM convencidos de que chegaríamos lá e que nos mandavam embora, e foi exatamente o contrário receberam-nos otimamente, estivemos em todas as sessões, mas não participamos. Aquilo foi um deslumbramento porque os autores dos livros todos que idolatrávamos estavam lá todos, “tu cá, tu lá” connosco. Para nós estudantes foi assi uma coisa maravilhosa, fantástica. Participei, mas não tive nenhuma intervenção.

Sabe como surgiu a vontade da formação do grupo CIAM Porto, por parte de Viana de Lima, que troca a correspondência sempre em nome próprio?

Sérgio Fernandez: A mulher de Viana Lima era luso francesa e ele tinha algumas relações com gentes do atelier do Le Corbusier e até o próprio. E era mais por isso. É revelador da vontade partilhada pelos congressistas de fazer arquitetura moderna, que era muitíssimo contrariada.

Sei que não participou no inquérito, mas acompanhou-o com alguma proximidade?

Sérgio Fernandez: Eu fiz o meu curso todo acompanhando por fora o inquérito à Arquitetura Popular. As pessoas abraçaram este inquérito porque o inquérito revelava um país maravilhoso e terrível ao esmo tempo, e um país que nos não conhecíamos. Portanto, todos fomos condicionados por esta situação.

Quais as oportunidades do inquérito?

Sérgio Fernandez: O inquérito foi importante porque nós tínhamos aquela ânsia de conhecer o país e se calhar até se mitificou um bocado tudo, o que era bom era o que era primitivo. O inquérito foi uma peça fundamental, foi feito pelos melhores arquitetos ditos modernos, tentavam fazer cá com muita dificuldade, e aperceberam-se que estavam mais a imitar e não tinha relação, e que era preciso. Foi Keil do Amaral que sugeriu que se fizesse um inquérito. E a ideia era encontrar as raízes para servirem de base para uma arquitetura que fosse nossa, e aliás foi por isso que Salazar quis o inquérito, porque finalmente íamos ter uma arquitetura mais tradicional. O inquérito foi entregue ao Salazar, foram lá levar-lhe um exemplar, e quem entregou foi o arquiteto Távora, que era jovem nessa altura, e Salazar disse: “Tão jovem e tão perverso!” O inquérito revelava um Portugal possível, um Portugal autêntico... e ele pagou aquilo na esperança de que os estereótipos fossem perpetuados....

A possibilidade de trabalhar em Rio de Onor surge de que forma?

Sérgio Fernandez: Nós tínhamos de propor um projeto final e cada um proponha o que queria, e que fosse aprovado pelo orientador. Na prática o que eu queria era saber o que um curso superior poderia fazer numa situação extrema. E, como eu estava relativamente ligado ao arquiteto Viana de Lima que foi consultor em bragança, surgiu essa oportunidade. Porque, na verdade, eu nem conhecia Rio de Onor, fui andando de carro, pelas aldeias e ver onde é que seria. Era mesmo o âmago do primitivismo e depois além disso Rio de Onor era, já não é, uma aldeia comunitária. E isso tinha também a ver as minhas preocupações políticas e, portanto, organizei tudo e na altura lembro-me que me custou 60 e tal contos. Eu tinha uma família que vivia bastante bem e tinha arrecadado esse dinheiro. E estive lá durante um ano sozinho, e depois estive parcialmente acompanhado por um grupo. E foi assim uma descoberta, para já porque a aldeia é muito bonita. Atualmente está muito estragada.

Foi alguma coisa implementada ou alterada, recorrente do vosso estudo?

Sérgio Fernandez: Não, rigorosamente nada. Foi completamente utópico. Foi a melhor coisa que me podia ter acontecido na vida. Inclusivamente houve umas pessoas lá que me pediram para fazer uns desenhos para umas casas, mas nem isso se fez.

Como foi a experiência de lidar com a realidade de Rio Onor durante o período que lá permaneceu?

Sérgio Fernandez: Estive lá um ano e foi muito difícil porque não tinha eletricidade, não tinha água, não tinha qualquer espécie de comunicações, era um frio de morrer, nem vidros existiam.

Por acaso, ainda ontem me ligaram, porque eu fui criando relações de amizade que ainda mantenho com alguns. Estabeleceram-se relações muito boas e do ponto de vista metodológico, nós decidimos, eu e os meus colegas, que para avançarmos tínhamos de conhecer realmente as pessoas e a melhor maneira de conhecer as pessoas foi estabelecer relações diretas e fazer o levantamento de todas as casas incluindo os arrumos. Facultaram-nos as salas de aula, de uma escola primária que lá havia, feita pelo povo.

Nestas condições e na ausência de uma base séria de informação, como se contribui para o progresso da região?

Sérgio Fernandez: Foi complicado porque não havia base técnica e também não havia eletricidade. Foi uma experiência duríssima, mas ao mesmo tempo muito enriquecedora. Digamos a qualidade relações que se estabeleceu e aquela sensação de que estamos a intervir num sítio que conhecemos. Muitas das dificuldades que tinham era de assistência médica, e, portanto, na altura havia uma instituição, que

eram as casas do povo, e que quando nos lá chegamos eles pediram, “ah vocês podiam era fazer-nos uma casa do povo!”. A pedido da população, mas nunca foi feito nada. O único progresso para a região foi chamar um bocadinho a atenção para a existência deste regime, e para a riqueza arquitetónica e social da região.

Chegaram a assistir a reuniões do regime comunitário? Ou como foi um projeto académico não tiveram essa experiência?

Sérgio Fernandez: A população tinha um conselho de homens, o pretexto era que, as mulheres faziam muito barulho. Cada família tinha um delegado/representante, eram 25 famílias, e uma ou duas não tinham homens na família e, portanto, nem tinham representante.

E reuniam normalmente aos domingos, mas nem todos os domingos. Reuniam na rua, no caminho ou na ponte e deliberavam tudo, por exemplo, as colheitas...

Quais foram as mais valias que encontrou neste tipo de regime?

Sérgio Fernandez: Tinha, para além do mais, uma ação social fantástica, por exemplo, se alguma caso houvesse algum incêndio numa casa ou se tivesse algum problema, havia uma espécie de seguro. Não havia praticamente dinheiro porque era tudo troca e ao contrário da maioria do país também não havia miséria. Comia-se bastante bem, tinha-se uma produção excedente, produzia-se mais do que aquilo que se consumia. Inclusivamente estava lá um casal minhoto que ele era pedreiro e a mulher era doméstica e eles viviam do que lhes davam, só.

Tinham de facto excedente de comida, de muito boa qualidade, era defeituosa, por exemplo o peixe era raríssimo... Não havia fome, existiam eram muitas limitações.

Que tipo de limitações?

Sérgio Fernandez: Casas muito frias, assistência na doença, não havia estradas... Eu na altura comprei um carro americano velho e muitas vezes cheguei a puxá-lo a carro de bois porque o carro avariava. Era terrível a questão da saúde, por exemplo os partos, havia uma senhora que era parteira por vocação, não por formação. Assisti uma vez a uma rapariga que teve um filho morto, 4 dias de trabalho de parto, surreal... e depois ainda foi mais surreal porque me pediram para fotografar o defunto. Ah! a aldeia era dividida pela fronteira, mas não havia distinção, havia guarda republicana e guarda civil espanhola. Na altura após 3 dias de eu chegar a Rio de Onor, eu tinha ido falar com o presidente da câmara de bragança. E foram me contar que a PIDE tinha lá ido perguntar o que lá andava a fazer, porque na altura podia parecer subversivo.

Mas aconteceu com um rapaz que agora é guarda civil, eram duas da manhã, e vieram-me pedir para levar o miúdo ao hospital a bragança, 27 Km. Lá fui eu para o hospital, quando cheguei lá, foram umas freiras que lhe fizeram os exames todos e depois disseram: “Ah o menino é espanhol...”, “sim, mas é

de Rio de Onor”, “Mas não podemos fazer nada, vá-se embora e se vir que está muito mal faça-lhe uma traqueotomia”. Voltei novamente para Rio de Onor e ele foi mais 4h até Samora. Estas coisas foram duríssimas, não se imagina...

Como não havia imagem, havia uma pessoa que tinha um rádio a pilhas e havia um telefone. E, portanto, as pessoas não tinham nenhuma imagem. Eu quando vinha ao porto trazia gente que estava doente, e ficavam em casa dos meus pais que já era um espanto. As casas não eram minimamente tratadas, nem confortáveis.

Eles vinham ao Porto e Rio de Onor tinha um rio no meio, um rio estreitinho e levava-os a ver o mar e eles perguntavam onde é que estava o outro lado. Eles diziam: “gostam muito disto porque não vivem cá, porque isto é um buraco!”. E realmente era.

O que é que reteve desta realidade que lhe foi útil para o futuro?

Sérgio Fernandez: Deu-me uma consciência do que é conhecer as pessoas, o que é trabalhar com eles e isso depois foi muito útil para os SAAL. Após o 25 de Abril utilizei exatamente este mesmo princípio.

Até que ponto havia abertura para o papel do arquiteto?

Sérgio Fernandez: Era engraçado porque eles tinham uma relação ótima connosco, do lado português o padre implicava porque, quando estávamos lá em conjunto com a malta da escola nós erámos todos rapazes, mas havia duas raparigas. Ele fazia-nos mesmo uma guerra que depois os moradores nos vinham contar e detestavam o padre português. Porque ele recolhia dádivas para a igreja e depois tinha uma loja e vendia em Bragança e eles sabiam e por isso detestavam. Ao contrário do padre espanhol, que muito engraçado, um tipo muito culto que vinha de burro. De 15 em 15 dias a missa era em Espanha e em Portugal e depois acabava a missa jogava sueca e fazia batota.

Fizemos esses inquéritos as casas e tal e constatámos que as pessoas que mais nos mentiam eram os mais íntimos. Portanto em termos de propriedades não revelavam tudo. Aliás nos primeiros dias foi muito complicado porque as pessoas achavam que nós íamos lá para lhes aumentar os impostos. Custou um bocado a estabelecer uma relação de confiança, é natural.

Entretanto na parte espanhola chegou a eletricidade e nós decidimos mostrar uns slides. É que é um mundo que não tinha as relações que nós temos.

Levantámos o mobiliário deles, aquilo tinha sido visitado pelo Dr. Jorge Dias, e ele era a nossa base e também era muito considerado pelas pessoas de Rio de Onor. Porque foi a única pessoa que lhes deu atenção. Mas cheguei-me a encontrar com Giacometti, que fez um pequeno documentário.

Viana de Lima, discurso CIAM VIII, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

Mr. le Président

Messieurs

C'est pour moi un motif de grande satisfaction le fait d'être invité à assister au 8.^{ème} congrès CIAM.

A Mr. le Docteur Siegfried Giedion, à Mr. le Président José-Luis Sert et au groupe MARS, j'ai l'honneur d'adresser mes vifs remerciements.

Depuis quelques années que, au Portugal, vos principes sont adoptés et soutenus, dans la mesure des possibilités techniques et économiques nationales, par un groupe d'architectes, médecins, hommes de lettres, économistes, etc., appartenant aux architectes, comme c'est naturel, le rôle principal dans tout ce qui a été fait - et fait, il faut le dire, sans l'appui officiel.

Je ne veux pas perdre cette opportunité pour vous annoncer que ç'a été en 1948, lors de la réalisation du 1.^{er} Congrès National d'architecture, réalisé d'ailleurs sous le patronage de l'Etat, que nous architectes, les vrais architectes, avons engagé un véritable combat pour faire approuver des conclusions relatives à la divulgation et à l'enseignement, aux organes à créer ou à remodeler aux mesures susceptibles de permettre une meilleure activité professionnelle, à la "forme portugaise" des nouveaux immeubles, au problème National de l'habitation, aux dispositions générales à observer dans la résolution des problèmes de l'urbanisme et de l'habitation. La partie relative à cette conclusion et qui servait de chef à toutes les autres, a été approuvée comme suit: "Que dans l'étude des Problèmes de l'Urbanisme et de la Construction on considère objectivement les principes exposés principalement dans la Charte d'Athènes, toutes les fois qui se présentent des problèmes semblables à ceux qui ont donné naissance à son énoncé, n'oubliant jamais que son application doit se faire en contact intime avec les réalités nationales".

=2=

Nous venons de réaliser à Porto une exposition d'architecture contemporaine, constituée exclusivement pour des travaux d'architectes du nord du Pays. Il faut vous dire, entre parenthèses, que c'est dans le nord de Portugal qui se trouve le grand nombre de partisans et paladins des principes énoncés par vous. Dans notre Exposition a été utilisé un système semblable à la grille CIAM, de façon à nous permettre de parcourir les principales villes du pays, dans l'intention de faire mieux comprendre à notre population urbaine et rurale les bienfaits qui peuvent s'ensuivre des conceptions nouvelles et des nouvelles méthodes.

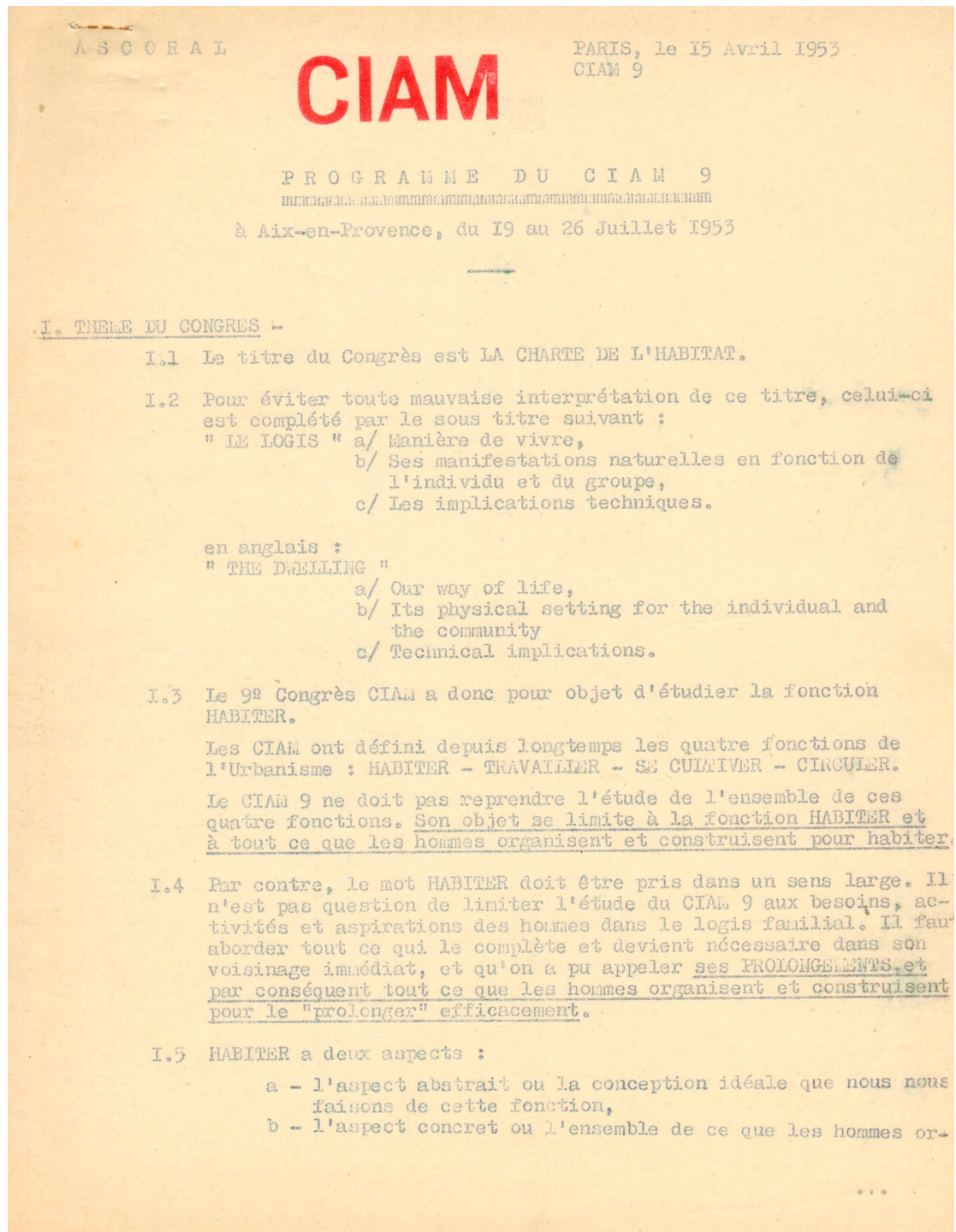
Nous connaissons parfaitement la position modeste que notre pays occupe en relation au développement des autres nations et surtout des pays Sud-Américains, qui ont de si grandes affinités historiques et linguistiques avec le Portugal. Mais je suis tout à fait convaincu que c'est bien ce moment - ci le plus indiqué pour la création du groupe CIAM Portugais.

Avec votre assistance et votre appui auprès du Sub-comité de l'Habitat de la Commission Economique pour l'Europe, organisme pour faire partie duquel Portugal a été invité, nous, ceux qui avec un véritable amour et à travers tous les sacrifices nous sommes battus pour les principes énoncés dans votre 4^{ème} Congrès à Athènes nous, avec vous, aurons l'opportunité de voir réalisées nos aspirations si justes et si nobles.

Viana de Lima
(A. Viana de Lima)

Juillet 1951

Programa CIAM IX, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP



ganisent et construisent pour accomplir au mieux leur fonction HABITER.

Il importe de ne pas perdre de vue que l'aspect concret n'est que l'expression physique et matérielle de la conception abstraite.

- I.6 L'ensemble de tout ce que l'homme organise et construit pour habiter est un TOUT ORGANISE et non pas l'addition de parties indépendantes. Par conséquent la modification d'une partie modifie le tout, et l'organisation d'une partie a une répercussion sur l'organisation du tout.
- I.7 La fonction HABITER varie continuellement suivant l'évolution de la société. Donc l'organisation de ce que l'homme construit pour habiter doit être assez souple pour suivre cette évolution. Ce que l'homme construit pour habiter doit pouvoir perpétuellement changer.
- I.8 Les constructions de l'homme pour HABITER ne sont pas passives. Le "tout organisé" qu'elles forment constitue le milieu physique, le "contenant matériel" dans lequel il "habite". Il y a une action et une réaction constantes entre ce contenant et la vie humaine qui s'y développe. Les hommes dictent le programme d'organisation de ce "milieu". Et ce milieu réagit sur les hommes en les influençant continuellement et en contribuant à façonner leur vie.

II. PROGRAMME DE TRAVAIL -

- II.1 Donc, le CIAM 9 étudiera la fonction HABITER en tenant compte des aspects et des remarques exposés ci-dessus.
Le travail portera essentiellement sur des exemples concrets. L'effort principal sera donné à l'étude, à l'analyse, à la discussion et à la confrontation de tous les exemples de projets et de réalisations exposés par les différents groupes. C'est à ce travail que le congrès consacrerait le plus de temps.
- II.2 Il sera recherché notamment pendant ce travail et à la lumière des exemples concrets et pratiques exposés par les groupes, si la fonction HABITER peut être elle-même divisée en plusieurs fonctions pouvant donner lieu à une étude distincte comme, ce fut le cas, au Congrès d'Athènes, pour les quatre fonctions de l'Urbanisme.
- II.3 Il résultera peut être de ce travail, nous l'espérons, un document que nous pourrions appeler CHARTRE. C'est le but du Congrès. Mais rédiger une chartre ne peut être qu'une conséquence du congrès, et non pas son programme de travail proprement dit.
Il est essentiel sur ce point de procéder comme au Congrès d'Athènes dont le programme était l'étude et la confrontation de

...

nombreux plans d'Urbanisme, étude dont a pu résulter, mais seulement comme une conséquence, la charte d'Athènes.

- II.4 Par conséquent, il est demandé aux groupes de préparer pour le CIAM des exemples concrets de projets ou de réalisations se rapportant à la fonction HABITER, particulièrement au sous-titre du Congrès, le LOGIS, vu sous les trois aspects définis au § I.2.

Ces exemples, exposés suivant la méthode décrite au chapitre suivant seront expliqués par leurs auteurs et discutés par l'ensemble des participants au Congrès.

- II.5 Pour le 15 juin au plus tard, chaque groupe doit préciser au groupe ASCORAL (A. Wogenscky - 35, rue de Sèvres, Paris 6^e) le nombre d'exemples qui seront exposés par lui et le temps approximatif demandé par leurs auteurs pour l'exposé et la discussion de chacun d'eux. Préciser également la longueur horizontale à prévoir pour la présentation (hauteur verticale maximum : 4 bandes horizontales plus les titres).

Il sera tenu compte des réponses, dans toute la mesure du possible, pour établir le calendrier quotidien de travail.

III. PRESENTATION DES TRAVAUX -

- III.1 Il est souhaitable que le CIAM 9 permette de créer une GRILLE DE LA FONCTION HABITER. Mais il ne faut pas oublier que cette grille ne peut être, comme nous le disions de la Charte, que le résultat du congrès. Il faut d'abord étudier la fonction Habiter pour pouvoir ensuite la schématiser en grille. L'inverse serait arbitraire et conduirait à des impasses.

- III.2 Mais dans le but de normaliser les moyens d'analyser et de démontrer le thème proposé sous le titre : L'Habitat, les travaux seront présentés, dans toute la mesure du possible, sur trois bandes horizontales correspondant aux trois sous-titres indiqués ci-dessus.

SOUS-TITRES

TITRE : L'HABITAT

LE LOGIS	10	11	12	13
Manière de vivre Our way of life	I n d i c a t i f b l e u			
Ses manifestations matérielles Its physical setting	I n d i c a t i f j a u n e			
Implications techniques Technical implications	I n d i c a t i f r o u g e			

Arménio Losa, Carta 30 de Outubro de 1951, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

ARMÉNIO LOSA
ARQUITECTO
RUA MAGALHÃES LEMOS, 111-2.º
PORTO

30/10/51

Prezados colegas:

Na próxima quinta-feira — 1 de Novembro — realizar-se-á uma reunião dos membros fundadores do ODAM para, finalmente, se assentarem as reorganizações do grupo com vistas à sua integração nos CIAM.

Dada a importância desta reunião restrita — em que serão tomadas decisões definitivas quanto ao destino do ODAM e às obrigações, encargos e responsabilidades de cada um dos seus membros — osamos esperar a sua comparecência, com pontualidade.

A reunião principiará às 21,3/4 precisas.

Saudações cordiais

O arquiteto

Local: Praa Filipe de Gusmão, 22 - 6º/10

Sert, Opening Talk, CIAM X, Espólio Viana de Lima, Arquivo do Centro de documentação da FAUP

C I A M X, Dubrovnik

14

OPENING TALK by the President, J. L. Sert: August 6th, 1956

We are now opening the tenth congress of CIAM and I want to greet the delegates and friends here present. I know that it has not been easy for many of them to get here, but I hope that our stimulating work and the pleasure of meeting in such a beautiful city will compensate any sacrifice. I want to thank the organizers of the congress for their help. We are all aware that it is not easy to organize such a congress during the summer season when such places as this one are crowded and transportation is difficult to obtain, but I am sure that this tenth congress will represent a turning point in the history of CIAM.

We are going to deal with the future structure of the human habitat, a rather ambitious subject which we have been studying and debating in previous meetings; with other names this same object has been our constant concern for many years. After the Brussel's meeting of 1931 CIAM realized that the individual buildings or small groups of buildings could not be properly studied if considered out of the general complex of the community. This led CIAM to the analysis of the city as a whole and the formulation of the "Athenes Charte" of 1933. This is a document of urbanism, it is a "charte of urbanism", but it stated that the City has to be considered a part of a larger complex or region defined by geographical, political, social and economical factors. The following congress, that of Paris in 1937 dealt with "dwelling and recreation" and limited its studies to residential sectors. It explored the relationship of the different types of dwellings to landownership, and to open areas and briefly to community services. The community core was not considered in the way we do now, but this congress carried on from

the "Athenes Chart" in trying to develop its governing principles as applied to residential areas. The idea then was to develop the "Athenes Chart" in each of its fundamental chapters. The Congress was aware then that the "Athenes Chart" should be completed in successive congresses.

Before CIAM could meet again the war started.

Our next meeting was one of reunion at Bridgewater in 1947 after the war. Ten years had gone by since the last meeting and the Congress felt that the aim of CIAM should be restated, and it was thus formulated:

"To work for the creation of a physical environment that will satisfy man's emotional and material needs and stimulate his spiritual growth."

The force behind CIAM that has brought us together during the last twentyeight years has been a common belief and a confidence in the destiny of man, in human dignity, a faith in a better future, in man's capacity to build a better world. An awareness of the great possibilities of modern technical knowledge and recent scientific discoveries to make that better world a reality if put to a constructive use. Immediate not remote possibilities to build better cities with homes, working and meeting places designed to man's measure to serve his needs both spiritual and physical to make our lives worth living as stated in our aims in Bridgewater.

The Bergamo Congress concerned itself with a means of expressing our problems and suggested solutions in a new graphic way. Corbusier's Grille system was tested and enthusiastically accepted. This graphic expression permitted comparisons and easier understanding of essential factors and gave us a more direct means of communication with the outside world. In their structure the

Grilles follow the classification in four functions of the "Athenes Chart". They are a continuation of research in the same direction following the constant CIAM line.

Hoddesdon in 1951 followed Bergamo, and the subject chosen was "the Core of the City". This also tended to complete the Athens Chart breaking the too rigid and elementary barriers established in that document with its division of all urban life into four functions. The accent on interrelationships of functions was already in the core. The results of this congress were very important and their influence considerable. A new and basic chapter was added to the Athens Chart.

Aix-en-Provence in 1953 was to deal with the total concept of the habitat as it refers to residential areas. The subject was large and difficult. The material presented in graphic form was very good. The people were too many for a working congress and the time to meet too short. As a result no resolutions or final statements could be worked out, but Aix was a very important step to what came afterwards. It made CIAM groups more interested in the habitat theme, as documents shown made clearer the shortcomings of the Athenes Chart. After long debates a new approach to the subject of the habitat was apparent. An emphasis on human relation, the constructive work done in the last La Sarraz meeting is a proof that CIAM is over the difficulties and hesitations and has found a new line that is a continuation of the old. The Grilles prepared under the guidance of group X, responsible for the technical organization of the Congress are remarkable documents proving that CIAM is always a working Congress exploring new grounds, searching new approaches and finding new directives. These will influence in the future, as they have done in the past, the work now carried out around the world by younger people,

especially by students in every country. We can say this now that so many barriers have disappeared and modern architecture and planning principles are being accepted around the world. We hope that the meeting of minds and identity of aims that brought CIAM to life 28 years ago will continue to give positive results. These are expected from us by the students of architecture and city planning in the major universities and we cannot let them down when so much is expected of us. Korsmo has suggested that CIAM establish some organisation of university groups that could exchange ideas and work on problems along the lines now being determined by the Congress. This seems a happy idea as it is among the younger people that our Congress has greater following.

But CIAM is now faced with changes. The inevitable changes determined by the inescapable cycle of life that requires a constant renewal. The Congress is 28 years old, and 25 years represent a new generation. CIAM is still a young Congress. Our heated debates are a proof of this and our members can be only classified in young, younger and youngest but the young ones are very busy and new blood is needed in all living organisms. CIAM is not like other congresses, it is a living organism and demands work and energy, and the youngest can do this task better than those who have been here for 25 years. We regret the absence in this Congress of Corbusier, Walter Gropius, Helen Syrkus and Van Eesteren. They all have sent kind messages that will be read to you, but we should prefer their presence to their letters as CIAM can not be guided by remote control. In agreement with our statutes the CIRPAC should elect a new council. It is time for a change in the Congress direction within the framework of continuity of the

general aims that make CIAM remain what it is, a Congress different from all others. We should not forget that these differences are our force. By taking a critical attitude towards our own work and by becoming a working Congress CIAM has opened new subjects to discussion. It is today the smallest, poorest, but most stimulating group organization in the architectural field. Changes may bring us a different CIAM, a new CIAM, but this is natural and healthy. I am sure that we all will like to remain is some capacity active in CIAM as our Congress is an active congress, one of participants. It is up to CIRPAC to determine what his capacity should be. Those of us who have been here for many years may represent a factor of continuity and if this is the desire of this Congress I am sure that none of us will be unwilling to help within the limits of time at our disposal. The old should be replaced by the better, not only by the new. It is useful to review our views and methods with the objective of obtaining clearer views and developing better methods. A diversity of trends exist today in our midst and many "certainties" of the 20ties and 30ties appear questionable. It is only natural that CIAM should register these differences. This is a proof that our organization is not an academic organization tied to a doctrine, but that it is alive and live is mutation. These differences are CIAM, this structure should be kept in the future and CIAM, no matter how small and poor, should continue to be an independent organization. In this lies the future of our Congress.

Many of our members have worked very hard for the Congress since our last meeting, preparing grilles, formulating documents, translating texts, etc. Group X was entrusted by the Council and the CIRPAC with the formulation of the programme for CIAM X and the

organization of the material to be presented. This group has done an outstanding job. Previously, the North-African group had done considerable work in the organization of the Algiers Congress that had to be abandoned because of conditions there. Later, Alfred Roth and Ibler were charged with the organisation of this tenth Congress. The programme formulated by CIAM X and agreed to by the Council and the CIRPAC will be read by Jaqueline Tyrwhitt right away. After this our work will start, let us roll up our sleeves. The task is not an easy one.

97

Sérgio Fernandez, Inquérito feito às famílias de Rio de Onor, Recuperação de aldeias em Rio de Onor, 1964, CODA

FICHA DE INQUÉRITO

IDENTIFICAÇÃO	marido ABILIO AUGUSTO NUNES mulher MARIA ANTONIA RODRIGUES (FALEC.) filhos MANUEL - ANTONIO - FERNANDO - LUIS filhas JULIETA - IRENE - FELICINDA familiares m. familiares f.	idade " 62 " 26-25-23-19 " 15-14-9
Ocupações	trab. rend. vel trab. doméstico conselho	jeito de vida. n.º hor. época ANO. MARÇONDE FLORES rend. rend. ABRIL - MAIO prop. em rendim. 700 ALQ. E - 4 C. BAT. - 40 ALM. V. cr. anim. PORCOS E GALINHAS tempo inv. todo o dia costura REMENDOS E MEIA f. lã e m. f. linho NÃO, PORQUE FICA AO MEIO PREÇO DO COMPRADO outros funções MANUEL tempo ocup. trab. efectivo no INV. 2 DIAS / MES (CAMINHOS) - PRIMAVERA INHES
USO OU POSSE DA TERRA	propriedades só arrendadas	n.º qualid. 100 TERREAS - 26 CHÁOS - 32 LAHEIROS valor 80.000 " expl. TODAS " arr. por outr. renda " p. prop. desp. n.º ass. NÃO época vendas 50 ALQ. DE CENTÉIO
USO OU POSSE DA CASA	arrendadas propriedades	utiliz. higiene distr. cama equipamento renda utiliz. 2 PALMEIRAS E 2 CASAS higiene D. 2ª S. MA distr. cama 2 / CAMA equipamento MAU
ALIMENTAÇÃO	n.º refeições 3 alim. predomin.	verão HORTALIÇA, BATATA inverno FEIJÃO, BAT., CACAHUETA, BACALHAU, SARD. vinho TEM TODO O ANO alim. re. nascidos
INSTRUMENTO DE TRABALHO	alimais 2 CABRINHOS, 2 CABROS, 2 BARROS animais 2 DUNHAS, 1 VITELA máquinas MALHADERA DO POVO	
LAZER	gabem ler os filhos 18? SIM	o quê? A VIDA DE CRISTO
SAÚDE	filhos nasc. 7 mortos NÃO razão doenças TUMOR - MULHER idade limite natalid.	
CONVÍVIO	com outros COM OS CUNHADOS com a família povoação SIM onde NAS RUAS E NA PORTUÇA casa (int.) COZINHA casa (ext.) VARANDA	
TRABALHO ESCOLAR	n.º horas escola A MAN NOVA 9-12 e 13-16 trab. casa DEVERES ajuda familiar DAS IRMÃS despesas ± 100.000 / ANO	

CODA
RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS
equipamento colectivo
RIO DE ONOR

